





RELATORIO  
DO  
TRIBUNAL DE CONTAS  
SOBRE  
AS CONTAS DOS MINISTERIOS

E DA  
Comprindo o preceito do artigo 157º do Decreto com força de lei, n.º 1, de 19 de  
agosto de 1866, que determina que os contadores da Junta do Crédito Público, no dia 12 de dezembro de cada ano, apresentem ao Conselho de Estado, para aprovação, as contas dos ministérios e das juntas da administração pública, relativamente ao exercício de 1866-1867.  
JUNTA DO CREDITO PUBLICO  
RELATIVAS  
AO EXERCICIO DE 1860-1861  
Secretaria d'estado dos negócios estrangeiros, 12 de dezembro de 1867.



LISBOA  
IMPRENSA NACIONAL  
1867

RELATORIO  
ao  
TRIBUNAL DE CONTAS

SECRETARIA  
JUNTA DO CREDITO PUBLICO  
CARTAS  
AO EMISSARIO DE 1860-1861



LISBOA

ESTAMPA MACIONAL

1861

SENHORES:

Cumprindo o preceito do artigo 15.<sup>o</sup> do decreto com força de lei, n.<sup>o</sup> 1, de 19 de agosto de 1859 e do artigo 306.<sup>o</sup> do regulamento geral da contabilidade publica de 12 de dezembro de 1863, tenho a honra de vos apresentar o relatorio do tribunal de contas, sobre as contas geraes do thesouro publico, de despesa dos diversos ministerios e da junta do credito publico, com referencia ao exercicio de 1860-1861.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 23 de dezembro de 1867.

*Antonio Maria de Fontes Pereira de Melo.*

## INDICE

### CAPITULO II

#### Despesa publica

	Pag.
Comparação da natureza das despezas com os creditos.....	9
Recapitulação da despesa do exercicio de 1860-1861.....	»
Proveniencia da receita do exercicio de 1860-1861.....	»
Impostos directos .....	»
Impostos directos que excederam a avaliação do orçamento.....	4
Impostos de quotidade.....	»
Direitos de mercê .....	»
Papel sellado e sello de verba .....	»
Impostos directos cujo producto foi inferior à avaliação do orçamento.....	»
Sizas e transmissão de propriedade.....	»
Contribuição para a universidade .....	»
Compensação das camaras de Belém e Olivaes .....	»
Comparação dos impostos directos nos exercicios de 1860-1861 e 1859-1860 .....	»
Impostos indirectos .....	»
Rendimentos das alfandegas .....	»
Direitos de importação .....	»
Direitos de exportação .....	»
Direitos de reexportação .....	»
Direitos de consumo .....	»
Observações sobre o rendimento das alfandegas .....	»
Comparação do rendimento das alfandegas nos exercicios de 1860- 1861 e 1859-1860 .....	»
Rendimento do tabaco .....	»
Proprios nacionaes .....	6
Pinhaes e matas .....	»
Correio geral .....	»
Comparação de alguns rendimentos do correio nos exercicios de 1860-1861 e 1859-1860 .....	»
Rendimento dos telegraphos .....	»
Rendimento da imprensa nacional .....	»
Juros de titulos pertencentes á fazenda .....	»
Imposto de viação .....	»
Comparação dos restos por cobrar nos exercicios de 1860-1861 e 1859-1860 .....	7
Comparação das contas do tesouro de gerencia e exercicio .....	»
Receita do exercicio de 1860-1861 julgada pelo tribunal .....	»
Comparação, por districtos, da receita nos exercicios de 1860-1864 e 1859-1860 .....	8
Confrontação da receita julgada pelo tribunal com a escripturada no tesouro .....	»
Observações sobre as contas ainda não julgadas .....	»
Fazenda .....	13
Capitulo 2.º—Camaras legislativas .....	»
Capitulo 4.º—Juros .....	13
Capitulo 15.º—Diversas despezas .....	»
Despesa extraordinaria .....	»
Capitulo 5.º—Classes inactivas .....	»
Capitulos 6.º a 11.º, 13.º e 15.º .....	»
Capitulo 5.º—Estabelecimentos scientificos, litterarios e industriaes .....	»
Reino .....	13
Capitulo 8.º—Soccorros a estabelecimentos de beneficencia .....	»
Capitulo 10.º—Diario de Lisboa .....	»
Capitulo 3.º—Supremo tribunal de justiça .....	»
Capitulo 6.º—Ministerio publico .....	»
Capitulo 7.º—Sustento de presos e policia de cidades .....	»
Capitulo 6.º—Estabelecimentos de instrução .....	14
Capitulo 8.º—Comissões .....	»
Capitulo 9.º—Corpos sedentarios .....	»
Capitulo 12.º—despezas eventuaes .....	»
Justiça .....	13
Capitulo 4.º—Arsenal da marinha .....	»
Guerra .....	13
Marinha .....	13

	Pag.		Pag.
Estrangeiros .....	14	Novos fundos de 3 por cento.....	12
Obras publicas		Antigos fundos de 3, 4 e 5 por cento.....	22
Junta do credito publico.....	15	Fundos de 6 por cento com juros até 30 de junho de 1835 .....	«
		Capitulo 8.º—estabelecimentos de instrução .....	»
		Capitulo 2.º—Juros .....	»
		Capitulo 4.º—Diversos encargos da dívida interna .....	»
		Capitulo 8.º—Diversos encargos de dívida externa .....	»
		Recapitulação geral da receita e da despesa publicas .....	»
		Deficit .....	»
<b>CAPITULO III</b>			
<b>Serviço de thesouraria</b>			
Operações de thesouraria no anno economico de 1860-1861 .....	17		
A conta de exercicio do thesouro e as operações de thesouraria..	18		
<b>CAPITULO IV</b>			
<b>Balanço da administração da fazenda publica no ultimo dia do exercicio</b>			
Observação sobre o balanço da administração da fazenda.....	19		
Dívida fluctuante no exercicio de 1860-1861.....	»		
<b>CAPITULO V</b>			
<b>Situação da dívida publica no ultimo dia do exercicio de 1860-1861</b>			
Observação geral.....	21		
Situação da dívida do estado no ultimo dia do exercicio.....	»		
Dívida publica interna.....	21		
<b>CAPITULO VI</b>			
<b>Camaras municipaes e estabelecimentos de beneficencia</b>			
Observação geral.....	27		
Diversidade de opiniões sobre exercícios .....	»		
Despesa com os expostos .....	»		
Camara municipal de Villa Nova de Gaia .....	»		
Camara municipal de Belem.....	»		
Empregos creados pelas juntas geraes .....	»		
Indemnisação para uma condenação do tribunal .....	28		
Suprimentos .....	»		
Conclusão .....	»		

SENHOR:

Expondo a Vossa Magestade o resultado do exame da conta de cada um dos ministerios e junta do credito publico, das contas geraes do estado no exercicio de 1860-1861, comparadas com a legislação que autorisou a receita e despesa respectivas e com as contas individuaes dos responsaveis, o tribunal satisfaçao ao preceito da lei; e apresentando as considerações que este exame lhe suggeriu, julga que poderá concorrer com o governo de Vossa Magestade para ir successivamente melhorando este ramo do serviço publico.

A reforma tem ainda poucos annos de existencia, e os vicios eram inveterados. A luta será ainda por algum tempo porfiada, mas a organisação ha de triumphar. Nos outros paizes iguaes instituições encontraram maiores dificuldades no seu desenvolvimento; mas isto não é desculpa, é motivo para aplicar maior diligencia e para ter confiança no futuro.

Esta exposição não é um trabalho completo, é o principio de uma tarefa gradual e incessante. O edificio não está perfeito e acabado em quanto não se lhe collocar a ultima pedra; e as circunstancias não permittiram ainda que essa pedra se talhasse.

O tribunal examinou a receita publica, comparou a liquidada e cobrada com a orçada, e explicou as diferenças que se encontram em algumas verbas.

Comparou, alem disso, a receita liquidada e cobrada no exercicio de 1860-1861 com a do exercicio de 1859-1860.

Notou as diferenças que existem entre as contas do thesouro das gerencias de 1860 a 1862 e a do exercicio de 1860-1861.

Desenvolveu por cofres os rendimentos liquidados e cobrados, segundo os julgamentos do tribunal.

Examinou a despesa publica por ministerios, comparando a paga com a auctorizada e liquidada, e a do exercicio de 1860-1861 com a do exercicio de 1859-1860.

Comparou, por ministerios e capitulos, a despesa auctorizada e paga no exercicio de 1860-1861.

Examinou as operações de thesouraria do anno economico de 1860-1861, ponderou as dificuldades que ha para a apresentação do balanço da administração da fazenda, e fixou a situação da dívida publica.

Estes trabalhos estão desenvolvidos nos cinco primeiros capitulos d'este relatorio.

No capitulo vi expoz o estado da contabilidade dos corpos administrativos e estabelecimentos de beneficencia.

## CAPITULO I

### RECEITA PUBLICA

A comparação que o tribunal vai fazer é baseada nos elementos que lhe presta a contabilidade publica. Houve durante este exercício uma transformação e substituição de impostos que requer algumas explicações, para se poder apreciar bem a mesma comparação.

A recapitulação do rendimento orçado, dos direitos liquidados, da receita arrecadada e da que ficou por cobrar, consta do seguinte quadro:

Receita publica	Avaliação do orçamento	Sommas		Restos para cobrar das sommas liquidadas
		Liquidadas	Cobradas	
Receita ordinaria .....	12.108.037\$575	13.027.889\$727	12.689.509\$322	338.380\$405
Receita extraordinaria.....	19.600\$000	167.342\$470	167.342\$470	-\\$-
	12.127.637\$575	13.195.232\$197	12.856.851\$792	338.380\$405
Reposições dos ministerios .....	-\\$-	793\$329	793\$329	-\\$-
Total das contribuições e rendimentos publicos	12.127.637\$575	13.196.025\$526	12.857.645\$121	338.380\$405
<b>Esta receita provém das seguintes fontes</b>				
Impostos directos .....	3.151.051\$874	3.655.263\$711	3.333.596\$737	321.666\$974
Impostos indirectos .....	6.313.146\$127	7.468.136\$555	7.468.035\$833	100\$722
Proprios nacionaes e rendimentos diversos.....	1.580.567\$723	1.406.778\$220	1.390.163\$511	16.612\$709
Imposto por lei de 14 de agosto de 1858.....	174.665\$075	73.925\$715	73.925\$715	-\\$-
Imposto para a amortiseração das notas.....	888.606\$776	423.785\$526	423.785\$526	-\\$-
Receita extraordinaria.....	19.600\$000	167.342\$470	167.342\$470	-\\$-
Reposições dos ministerios .....	-\\$-	793\$329	793\$329	-\\$-
Somma igual .....	12.127.637\$575	13.196.025\$526	12.857.645\$121	338.380\$405

Os estados n.º 1 e 2 completam este quadro, apresentando, o primeiro, o desenvolvimento da receita propria do exercicio de 1860-1861, pela ordem e designações seguidas no orçamento e na conta geral do estado, o segundo, a comparação da mesma receita com a do exercicio de 1859-1860.

A receita do exercicio de 1860-1861, comparada com a avaliação do orçamento, com a legislação que a autorisou e com a receita do exercicio anterior, oferece as seguintes conclusões:

A liquidação dos impostos directos respectivos ao exercicio de 1860-1861, segundo a conta do tesouro, elevou-se a..... 3.655.263\$711  
a avaliação do orçamento era de..... 3.151.051\$874

Houve portanto um aumento de receita de..... 504.211\$837

Este aumento verificou-se como se segue:

1.º Rendimentos não comprehendidos no orçamento..... 353.594\$779

2.º Rendimentos que excederam a respectiva avaliação:

Imposto de quotidade.....	401.161\$114
Direitos de mercê.....	79.077\$672
Papel sellado.....	96.930\$208
	277.168\$994
	353.594\$779

Transporte.....	277:168\$994	353:594\$779
Sélio de verba.....	19:056\$750	
Matriculas e cartas.....	33:023\$886	
Imposto para a construção e conservação das estradas.....	8:253\$835	
Multas judiciaes e outras.....	5:115\$184	
Quinto, finto e quartos das maquias nas ilhas.....	3:197\$059	
Contribuição predial e 2 por cento para falhas e annullações.....	2:264\$004	350:079\$742
		703:674\$491

Este aumento é attenuado pela diminuição nos seguintes rendimentos:

Sizas.....	134:756\$310	
Transmissão de propriedade.....	9:263\$991	
Terças dos concelhos e contribuição para a universidade.....	22:953\$961	
Compensação das camaras dos concelhos de Belem e Olivaes.....	20:304\$090	
Dizimos e subsidio litterario nas ilhas.....	40:330\$957	
Decima predial nas ilhas.....	4:853\$345	199:462\$654
		Somma igual..... 504:211\$837

Impostos directos que excederam a avaliação do orçamento.

Entre os impostos directos, cujo rendimento excede a avaliação do orçamento, avultam:

- 1.º Os impostos de quotidade;
- 2.º Direitos de mercê;
- 3.º Papel sellado e sêlio de verba; matriculas e cartas.

Impostos de quotida-de.

Os impostos de quotidade computados no orçamento foram: decima industrial e de juros, 4 por cento das rendas das casas, imposto de creados e cavalgaduras, de meneio de fabricas e sêlio de conhecimentos. Tendo porém sido extintos estes impostos, a contar do 1.º de janeiro de 1861 em diante, e substituídos pelas contribuições industrial e pessoal, em virtude da carta de lei de 30 de julho de 1860, comprehendeu-se na liquidação, sob o título de impostos de quotidade, não só o que foi liquidado dos impostos extintos, relativos ao período de julho a dezembro de 1860, mas também o que dos novos impostos se liquidou relativamente ao período de janeiro a junho de 1861; e como por efeito das disposições da dita lei as contribuições pessoal e industrial assentam sobre uma base mais larga, e a acção fiscal é maior, o producto d'ellas foi superior aos impostos substituídos, que eram os calculados no orçamento.

Direitos de mercê.

A importância dos direitos de mercê liquidados excede também consideravelmente a avaliação do orçamento, facto devido às disposições da lei de 11 de agosto de 1860, que além de facultar o pagamento d'estes direitos em títulos de dívida pública, estabeleceu para a arrecadação correspondente meios mais eficazes de fiscalização.

Papel sellado e sêlio de verba.

Foram ainda muito superiores à avaliação do orçamento os rendimentos do papel sellado, sêlio de verba, matriculas e cartas.

Impostos directos inferiores à avaliação do orçamento.

Entre os rendimentos cuja liquidação foi inferior ao cálculo do orçamento sobressaem:

- 1.º Sizas e transmissão de propriedade;
- 2.º Contribuições para a universidade;
- 3.º Compensação das camaras dos concelhos de Belem e Olivaes.

Sizas e transmissão de propriedade.

A diminuição no rendimento das sizas e no do imposto de transmissão de propriedade, procede de que tais impostos foram substituídos desde o 1.º de janeiro de 1861, pela contribuição de registro, que é representada em verba distinta, sendo por conseguinte a diminuição mais aparente do que real, porque se a importância de 267:150\$488 réis, que se liquidou dos impostos extintos, se adicionar a de 266:927\$299 réis, que se liquidou da contribuição de registro, obter-se-há uma somma de 534:077\$787 réis, superior à avaliação do orçamento em 122:906\$998 réis. Este aumento pôde ter duas causas, a maior latide na aplicação da nova contribuição e a fiscalização mais severa que se estabeleceu na carta de lei de 30 de junho de 1860.

Contribuição para a universidade.

A diferença para menos que se observa na contribuição para a universidade, e terças dos concelhos, provém de terem sido extintos estes impostos, desde o 1.º de janeiro de 1861, em virtude da carta de lei de 30 de julho de 1860.

Compensação das camaras de Belem e Olivaes.

As camaras dos concelhos de Belem e Olivaes não satisfizeram ainda n'este exercicio a importância que, a título de compensação das vantagens que o estado presta aos referidos concelhos, devem pagar ao tesouro. O termo medio anual da cobrança dos impostos abolidos por lei de 5 de agosto de 1854, que estabeleceu a indicada compensação, foi a base da avaliação do orçamento. Mas o facto de não ter sido recebido pelo estado nem um real d'aquelle receita, desde que se legislou até hoje, argue obstáculos que é necessário remover, para não se incluirem no orçamento senão as verbas que possam ser realizadas.

Comparação da liquidação e cobrança em 1860-1861 e 1859-1860.

A liquidação dos impostos directos foi na razão de 116 por cento sobre a avaliação do orçamento, e a cobrança na razão de 91 por cento da liquidação. No exercício anterior a liquidação foi na razão de 109 por cento e a cobrança na razão de 93.

2.º Impostos indirectos.

Quanto aos impostos indirectos, a lei da receita avaliou o rendimento das alfandegas em réis 4.791:243\$710 mas este rendimento, como se vê da conta do tesouro, subiu a réis 5.867:995\$354

Rendimento das alfandegas.

Houve portanto um aumento de 1.076:751\$644

Este aumento recaiu nos seguintes objectos:

Excedentes	Cobrança realizada	Da avaliação	Excedentes	
			Avaliação do orçamento	Cobrança realizada
Direitos de importação.....	3.640:191\$333	4.591:819\$050	-5-	951:627\$717
Direitos de exportação.....	114:225\$845	136:012\$127	-5-	21:786\$282
Direitos de reexportação.....	8:912\$495	22:897\$977	-5-	13:985\$482
Direitos adicionaes.....	38:498\$750	47:666\$767	20:831\$983	-5-
Direitos de porto.....	2:539\$155	2:679\$705	-5-	140\$550
Direitos de tonelagem.....	55:906\$630	61:924\$485	-5-	6:017\$853
Direitos de consumo.....	789:785\$211	893:068\$448	-5-	103:283\$207
Imposto de cereaes.....	17:666\$106	10:063\$290	7:600\$816	-5-
Imposto do pescado.....	60:392\$027	59:073\$749	1:318\$278	-5-
Receitas avulsa.....	63:126\$158	72:787\$786	-5-	9:661\$628
	4.791:243\$710	5.867:995\$354	29:751\$077	1.106:502\$721
Somma igual.....	1.076:751\$644	1.076:751\$644	1.076:751\$644	1.076:751\$644

Como mostra o quadro antecedente, os direitos cuja cobrança excede a avaliação respectiva, foram os de importação. O orçamento computará os direitos de importação estrangeira na alfândega de Lisboa, em réis 4.831:198\$246 (alem dos da importação do tabaco, que foram orçados em 119:991\$644 réis), e na alfândega do Porto em 1.263:740\$914 réis. A cobrança, porém, elevou-se na primeira das referidas alfândegas a 2.416:757\$894 réis, incluindo 221:810\$124 réis de direitos do tabaco; e na ultima a 1.777:058\$940 réis.

Os direitos de exportação excederam tambem a avaliação do orçamento. Na alfândega de Lisboa o aumento d'estes direitos foi de 10:854\$331 réis; e na do Porto de 8:956\$090 réis.

Nos direitos de reexportação o excedente da cobrança na alfândega de Lisboa, foi de réis 13:103\$391, e apena nas de 882\$091 réis nas demais alfândegas, o que perfaz o total de 13:985\$482 réis.

A cobrança dos direitos de consumo na alfândega municipal de Lisboa foi de 822:860\$273 réis, isto é, 77:760\$709 réis alem da importância calculada no orçamento; e na alfândega do Porto, réis 70:208\$145, isto é, 25:522\$498 réis mais do que a verba orçada.

Sendo o rendimento das alfândegas calculado para o orçamento pelo termo medio da sua importância nos ultimos cinco anos, e apresentando a cobrança efectiva d'esse rendimento uma somma tão elevada, pôde conjecturar-se que o aumento d'este ramo da receita publica foi rapido, e que estando na razão directa dos melhoramentos materiaes do paiz, deve continuar a progredir, apesar da deficiencia dos meios de fiscalização em algumas das alfândegas.

A nova edição da pauta geral das alfândegas de 23 de agosto de 1860, reduzindo a uma só verba o imposto principal e os adicionaes, produziu tambem alterações, que podem explicar o aumento de algumas receitas: o tribunal, porém, omite essa apreciação, porque lhe faltam para ella os elementos indispensaveis.

O rendimento das alfândegas no exercicio de 1860-1861, comparado com o do exercicio de 1859-1860, teve um aumento de 1.134:120\$396 réis; a saber:

Excedentes de receita em 1860-1861:	
Direitos de importação.....	4.048:475\$880
Direitos de exportação.....	31:286\$530
Direitos de reexportação.....	14:558\$638
Direitos de porto.....	4:825\$175
Direitos de consumo.....	75:674\$660
Imposto do pescado.....	4:243\$962
Receitas avulsa.....	12:743\$622
	1.135:808\$467

Excedentes de receita de 1859-1860:	
Direitos adicionaes.....	37:186\$503
Direitos de tonelagem.....	3:090\$840
Imposto de cereaes.....	11:410\$728
	51:688\$074

Somma igual..... 1.134:120\$396

Quanto aos outros impostos indirectos, a diferença mais notável que se oferece é a do rendimento do tabaco: o orçamento avaliou-o em 1.341:000\$000 réis e a cobrança foi de 1.371:000\$000 réis. Esta diferença de réis

Direitos de importação.

Direitos de exportação.

Direitos de consumo.

Observação sobre o rendimento das alfândegas.

Comparação do rendimento das alfândegas nos exercícios de 1860-1861 e 1859-1860 a 1860

Rendimento do tabaco.

30:000\$000 procede de que o contrato findou em 30 de abril de 1861, e não se podendo prever a receita, que pertenceria aos ultimos dois meses de maio e junho d'aquele anno, incluiu-se no orçamento só o preço annual por que o referido rendimento estava contratado.

3.º Proprios nacionaes.

A liquidação dos rendimentos de bens nacionaes apresenta algumas diferenças em relação ao orçamento, as quais convem indicar. A venda e remissão dos fóros estava orçada em 68:950\$000 réis, e produziu 76:332\$916 réis, advertindo que esta importancia compõe-se de 53:349\$242 réis em titulos de dívida fundada, 2:190\$039 réis em letras, e 20:823\$635 réis em metal, enquanto que a verba do orçamento se refere ao rendimento em metal. O rendimento liquidado dos fóros foi inferior á avaliação do orçamento em 72:002\$909 réis, consequencia do maior numero de remissões e vendas, facilitadas pelas disposições da lei de 16 de abril de 1859 e portaria de 15 de março de 1860.

Pinhaes e matas.

O rendimento dos pinhaes e matas do reino foi inferior em 31:340\$161 réis ao computado no orçamento. Não é digna de reparo similar diferença, se se attender, não só a que este ramo da receita publica é na maior parte eventual, variando consideravelmente a venda das madeiras, lenha, etc., e os fornecimentos para obras publicas e estabelecimentos de piedade e beneficencia, como tambem ao pouco desenvolvimento que a cultura florestal tem tido n'este paiz, á pobreza do mercado que as matas têm por consumidor, á pequenez do commercio que as explora, e a todas as dificuldades largamente ponderadas no relatorio da respectiva administração geral de 22 de dezembro de 1859.

Correio geral e postas.

O rendimento do correio geral e postos do reino foi superior em 37:676\$467 réis ao que fôra previsto no orçamento. Concorre para esta diferença o aumento sempre progressivo dos rendimentos dos sellos, das correspondencias recebidas e expedidas pelos paquetes da carreira transatlantica e dos premios da emissão de vales. Estes rendimentos comparados com os do orçamento, offerecem o seguinte resultado:

Designação das receitas	Avaliação do orçamento	Receita realizada	Excedente	
			Da avaliação	Da receita
Sellos de franquia .....	138:000\$000	155:171\$635	-§-	17:171\$635
Correspondencia pelos paquetes transatlanticos .....	63:000\$000	83:052\$730	-§-	20:052\$730
Premios da emissão de vales .....	2:700\$000	3:458\$823	-§-	758\$823

Comparados com os do exercicio de 1859-1860, resulta:

Designação das receitas	Receita		Diferença em 1860-1861	
	De 1859-1860	De 1860-1861	Para mais	Para menos
Sellos de franquia .....	143:231\$008	155:171\$635	11:940\$647	-§-
Correspondencia pelos paquetes transatlanticos .....	69:392\$010	83:052\$730	13:660\$720	-§-
Premios da emissão de vales .....	3:166\$905	3:458\$823	291\$918	-§-

Rendimento dos telegraphos.

O rendimento dos telegraphos excede em 10:273\$388 réis o que havia sido calculado no orçamento. O maior desenvolvimento da linha explica a razão do aumento d'esta verba da receita publica. No exercicio de 1859-1860 este rendimento foi de 20:803\$425 réis, isto é, 14:986\$293 réis menos do que no exercicio de que se trata. Com tudo para se avaliar bem o aumento d'esta receita, convém ter attenção á despesa feita com as novas construções e com o acréscimo do pessoal.

Rendimento da imprensa nacional.

A receita da imprensa nacional excede a avaliação do orçamento em 14:383\$999 réis. Este aumento verificou-se principalmente nos rendimentos da officina typographica e na fabrica das cartas, como se vê comparando os referidos rendimentos com as avaliações correspondentes.

Juros de títulos pertencentes à fazenda.

Os juros de títulos de dívida fundada pertencentes á fazenda excederam a avaliação do orçamento em réis 131:663\$633, para o que concorreram os juros dos títulos recebidos pela venda de bens nacionaes e venda e remissão de fóros, censos e pensões, e os juros dos títulos emitidos durante o exercicio no valor de 2.624:100\$000 réis, sendo 2.500:000\$000 réis para se realizar o emprestimo de 1.000:000\$000 réis, para obras publicas, autorizado pela carta de lei de 9 de agosto de 1860, e 124:100\$000 réis para garantia do emprestimo autorizado pela carta de lei de 10 de agosto do mesmo anno.

Impostos para viação e para amortisação das notas.

O imposto por lei de 14 de agosto de 1858, e o imposto para a amortisação das notas do banco de Lisboa, produziram uma somma inferior á que estava orçada. Esta diferença que no primeiro foi de 100:739\$360 réis, e no segundo de 384:821\$250 réis, teve por causa a extincção dos mesmos impostos, ordenada por carta de lei de 30 de julho de 1860, e verificada a contar do 1.º de janeiro de 1861.

Em 30 de junho de 1861 os restos por cobrar das sommas liquidadas, pertencentes ao exercicio de 1859-1860, importavam 332:122\$346 réis; em 30 de junho de 1862 os restos por cobrar da receita liquidada, propria do exercicio de 1860-1861, somavam 338:380\$405 réis; a saber:

Comparação das restos por cobrar em 1859-1860 e 1860-1861.

Classe de receita	Restos por cobrar		Diferenças em 1860-1861	
	1859-1860	1860-1861	Para mais	Para menos
Impostos directos.....	222:849\$552	321:666\$974	98:817\$422	-§-
Impostos indirectos.....	87:397\$950	100:6722	-§-	87:297\$228
Proprios nacionaes e rendimentos diversos.....	21:874\$844	16:612\$709	-§-	5:262\$135
Imposto por lei de 14 de agosto de 1858.....	-§-	-§-	-§-	-§-
Imposto para a amortisação das notas.....	-§-	-§-	-§-	-§-
	332:122\$346	338:380\$405	98:817\$422	92:559\$363
			6:258\$059	6:258\$059

Com quanto no ultimo dia do exercicio de 1860-1861 ficasse por cobrar dos direitos da fazenda, liquidados durante o mesmo exercicio, uma somma superior em 6:258\$059 réis á que estava por cobrar no encerramento do anterior, é certo comodo que a cobrança no primeiro foi mais activa do que no ultimo, como facilmente se pôde demonstrar, comparando a receita realizada com a liquidada, nos dois exercicios; assim:

de 11.985:955\$296 réis, que se liquidaram em 1859-1860, cobraram-se ..... 11.653:832\$950  
de 13.196:025\$526 réis, que se liquidaram em 1860-1861, cobraram-se ..... 12.857:645\$121

maior cobrança em 1860-1861 ..... 1.203:812\$171

Os rendimentos cuja cobrança no exercicio de 1860-1861 não foi tão proporcional á liquidação como no exercicio de 1859-1860, foram direitos de mercê. A razão d'isto encontra-se na lei de 14 de agosto de 1860, e no decreto e regulamento de 28 do mesmo mes e anno, que concederam aos devedores d'estes direitos, quando optassem pelo pagamento em prestações, o prazo de quatro annos para solverem os seus debitos; e aos novos agraciados o prazo de quatro meses para a apresentação dos seus diplomas.

A conta do tesouro relativa ao exercicio de 1860-1861, comparada com as das gerencias de 1860-1861 e 1861-1862, durante as quais elle se completou, apresenta diferenças notaveis. O estado n.º 3 tem por objecto a comparação alludida, e a indicação da origem de tais diferenças. A uniformidade nas contas prova a regularidade e boa ordem do serviço. A desharmonia pôde proceder de indispensaveis rectificações, mas n'este caso virá fazer-se a competente declaração, para não se imputar a descuido o que pôde ser necessidade do serviço.

Comparação das contas da gerencia com as do exercicio do tesouro.

O tribunal devia proceder a um exame rigoroso da receita lançada na conta do tesouro, mas não o pôde fazer, porque para esse exame era necessário que estivesse concluído o julgamento das contas de todos os responsaveis, por intervenção dos quaes se realizou a arrecadação d'essa receita. O trabalho, portanto, que o tribunal agora oferece, não é a comparação formal d'aquela com estas contas, mas apenas uma approximação, a fim de se conhecer que providencias será necessário adoptar para que, estando julgadas todas as contas relativas a um exercicio, a somma da receita n'ellas debitada seja igual á receita accusada na conta do tesouro. As contas dos encarregados da arrecadação das rendas publicas, e as dos pagadores das despezas do estado, são partes componentes de um grande todo, que é a conta do tesouro; reunidas pois aquellas contas devem apresentar um resultado identico ao que mostra a conta do tesouro.

A receita propria do exercicio de 1860-1861, que está julgada pelo tribunal, é a seguinte:

Receita julgada pelo tribunal.

Designação da receita	Receita liquidada	Cobrança realizada	Restos para cobrar das sommas liquidadas
Receita ordinaria.....	12.623:545\$050	12.321:533\$954	302:011\$096
Receita extraordinaria.....	45:176\$470	45:176\$470	-§-
	12.668:721\$520	12.366:710\$424	302:011\$096
<b>Proveniencia d'esta receita</b>			
Impostos directos.....	3.547:489\$916	3.268:184\$812	279:305\$104
Impostos indirectos.....	7.312:886\$091	7.312:798\$203	87\$888
Proprios nacionaes e rendimentos diversos.....	1.276:573\$057	1.253:956\$953	22:618\$104
Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 .....	91:034\$226	91:034\$226	-§-
Imposto para a amortisação das notas do banco.....	395:559\$760	395:559\$760	-§-
Receita extraordinaria.....	45:176\$470	45:176\$470	-§-
Somma igual .....	12.668:721\$520	12.366:710\$424	302:011\$096

Comparação por districtos, da receita liquidada com a cobrada nos exercícios de 1859-1860 e 1860-1861, a seguir:

Districtos	Exercícios		Observações
	1859-1860	1860-1861	
Aveiro	96,6 por cento	95,9 por cento	
Beja	95,5 »	94,3 »	
Braga	96,9 »	95,4 »	
Bragança	92,8 »	91 »	
Castello Branco	95,3 »	95,5 »	
Coimbra	90,5 »	92,2 »	
Evora	99,5 »	97,8 »	
Faro	-	-	
Guarda	-	-	
Leiria	94,4 »	94,4 »	
Lisboa	95,2 »	95,4 »	
Portalegre	95,5 »	97,2 »	
Porto	93,6 »	94,7 »	
Santarem	92,1 »	93,8 »	
Vianna	95,4 »	94,5 »	
Villa Real	86,2 »	86,5 »	
Vizeu	94,2 »	91,8 »	
Angra do Heroismo	-	-	Idem.
Funchal	96,9 »	91,2 »	
Horta	99 »	98 »	
Ponta Delgada	99,3 »	97,5 »	

Com quanto pareça, em vista d'esta comparação, que em alguns districtos a cobrança foi menor no exercício de 1860-1861 do que no exercício de 1859-1860, realmente não o foi, e isto comprehende-se attendendo a que, em quasi todos esses districtos, a liquidação foi superior no exercício de 1860-1861.

Confrontação da receita julgada pelo tribunal com a escripturada no thesouro.

Se se confrontar o mesmo *estado* n.º 4 com a conta do thesouro, reconhecer-se-ha que as receitas arrecadadas nos cofres dependentes dos ministerios do reino, guerra, marinha e em quasi todos os da competencia do ministerio das obras publicas, conferem. O que porém não pôde deixar de divergir é a parte relativa á cobrança realizada nas recebedorias das comarcas. As contas das recebedorias, no maior numero, vem ao tribunal inexactas, quanto á classificação dos rendimentos por exercícios, e por conseguinte as tabelas mensaes, que os delegados, em virtude da disposição do § 3.º do artigo 86.º do regulamento de 28 de janeiro de 1850, remetteram ao thesouro, participaram das mesmas irregularidades, porque procederam da mesma origem. O tribunal devolve as contas aos delegados, para que as façam rectificar, a rectificação effectua-se, mas quando a conta do thesouro já está formada, e talvez até publicada; e quando mesmo não esteja publicada não se altera, pelo facto de que os delegados, em geral, não comunicam ao thesouro as modificações ocorridas por esta causa na escripturação do districto. É indespensável portanto que sempre que a contabilidade de que foi extraída uma conta, para ser julgada pelo tribunal, for modificada por disposição do mesmo tribunal, o thesouro tenha conhecimento d'issò, para averbar a sua escripturação, aliás nunca poderá haver conformidade, porque não podem ser iguais a uma terceira duas cousas que não são iguais entre si. Para facilitar a comparação seria tambem conveniente que acompanhasse a conta do thesouro um mappa ou desenvolvimento dos rendimentos liquidados e cobrados em cada districto, com a classificação de exercícios, extraído do livro dos rendimentos.

Contas ainda não julgadas.

A grande diferença que se apresenta entre a receita julgada pelo tribunal, e a receita accusada na conta do thesouro, quasi se desvanece se se observar que entre varias contas que ainda não foram julgadas, e das quaes por isso se não fez menção no *estado* n.º 4, avultam as da agencia em Londres, cuja receita ordinaria foi de ..... 189:592\$890 e a extraordinaria de ..... 122:166\$000 e o que perfaz o total de ..... 311:758\$890

a dos telegraphos electricos, cujo debito sobe a 92:728\$787 réis; a da alfandega do Funchal 80:961\$616 réis; as das comarcas de Faro e Gouveia 9:824\$804 réis; e outras.

O julgamento de algumas contas é demorado pelas irregularidades que se encontram na organização d'ellas, e por não ser feita a sua remessa ao tribunal no devido prazo; irregularidades que vão pouco a pouco desaparecendo, mas que obstante ainda a que se possa fazer a comparação, que é impossivel enquanto não estiver tudo regular, porque em contabilidade tudo é imperativo. D'estas irregularidades nasce o facto de se achar publicada ha quatro annos a conta do thesouro do exercício de 1860-1861, e estar o tribunal rectificando ainda hoje contas, cujas operações n'ella figuram.

Comparação da natureza das despesas com os créditos.

## CAPITULO II

### DESPEZAS PÚBLICAS

No relatorio que precede o decreto de 12 de dezembro de 1863 diz-se: «que se o tribunal de contas funciona com regularidade no exercicio da sua acção judiciaria, é certo que ainda não pôde exercer a mais importante das suas funções, que é a que respeita á sua declaração geral de conformidade, base fundamental para a apreciação e julgamento definitivo das contas geraes de exercicio, pela impossibilidade em que o governo se tem achado de habilita-lo em tempo com todos os elementos de que para similhante fim o tribunal absolutamente carece; provindo isso da falta de uma escripturação oficial, feita diariamente, por um modo uniforme, d'onde as contas geraes de gerencia e de exercicio possam ser extraídas nos prazos fataes, estabelecidos na lei». Esta judiciosa apreciação não dispensa o tribunal de empregar incessantes esforços para corresponder aos desejos de Vossa Magestade, e ao pensamento da lei, mas explica a razão pela qual não pôde ser ainda perfeito o seu trabalho.

A recapitulação das despesas públicas liquidadas, e dos pagamentos realizados durante o exercício de 1860-1861, apresenta o seguinte resultado:

Despesas públicas	Direitos liquidados	Pagamentos efectuados	Restos para pagar
Serviço ordinario.....	19.326:820\$609	19.259:834\$635	66:985\$974
Serviço extraordinario.....	227:182\$873	227:182\$873	-5-
Total.....	19.554:003\$482	19.487:017\$508	66:985\$974

A despesa liquidada corresponde ás auctorizações legaes, d'este modo:

Despesa votada na lei de 28 de julho de 1860.....	13.344:895\$177
Creditos supplementares.....	159:437\$634
Creditos extraordinarios.....	82:752\$870
Leis especias.....	2.580:030\$261
	16.167:145\$942
Creditos que excederam as despesas liquidadas.....	417:013\$001
Despesas liquidadas que excederam os creditos.....	111:054\$318
	305:958\$683
Agio na compra de bonds.....	15.861:157\$259
	3.692:846\$223
Somma igual.....	19.554:003\$482

Comparação da despesa liquidada com as leis.

O *estado* n.º 5, e seus desenvolvimentos, oferece a demonstração d'este quadro, em relação a cada ministerio.

A despesa effectuada no exercício de 1860-1861, comparada com a do exercício de 1859-1860, apresenta uma diferença de 1.041:234\$842 réis para menos. O *estado* n.º 6 tem por objecto esta comparação. Convém observar que os encargos de alguns ministerios foram elevados consideravelmente no exercício de 1860-1861; assim, no ministerio da fazenda com a reorganização dos quadros da secretaria d'estado, thesouro publico e repartições de fazenda dos districtos e concelhos, decretada em 3 de novembro de 1860, com a indemnização ordenada pela carta de lei de 30 de julho do mesmo anno e com diversas despesas extraordinarias; no ministerio do reino, com a instrução publica e com a saude publica; no ministerio da justica com as dioceses, e com o sustento de presos e policia das cadeias; no ministerio das obras publicas com as matas nacionaes e com a administração geral dos correios; e em todos os ministerios com o aumento dos vencimentos dos empregados, em consequencia da redução das decimas, em virtude do artigo 3.º da lei de 28 de julho de 1860; finalmente, na junta do credito publico com os juros correspondentes ás emissões effectuadas durante o exercicio. Sendo portanto a des-

Comparação da despesa nos exercícios de 1859 a 1860.

peza do exercicio de 1860-1861 inferior á do exercicio de 1859-1860, não obstante alguns ramos do serviço tem exigido maiores sommas, segue-se que outros exigiram quantias superiores no exercicio de 1859-1860.

Despesas de 1860 a 1861.

A conta do ministerio da fazenda, resume-se:

Ministerio da fazenda.

Exercicio de 1860-1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	6.978:337\$048	108:710\$937	7.087:047\$985
Pagamentos efectuados.....	6.978:337\$048	108:710\$937	7.087:047\$985

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

No debito e credito da conta do ministerio comprehende-se a quantia de 3.692:846\$223 réis, agio de bonds e inscripções, ou diferença entre o valor nominal e o producto da venda dos mesmos títulos, diferença que foi considerada como pagamento, conforme a pratica seguida sempre por este ministerio.

Ministerio do reino.

Exercicio de 1860-1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	1.285:536\$330		
Pagamentos efectuados.....	1.288:193\$477		
Deficit.....	2:637\$147		

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

Os pagamentos que o ministerio do reino realizou durante o exercicio de 1860-1861, excederam a importancia dos fundos recebidos do thesouro, resultando um deficit, que o ministerio supriu com os recursos dos estabelecimentos, cujos encargos exigiram sommas superiores ás que lhes estavam votadas. O tribunal renovaria as considerações que a este respeito apresentou no seu relatorio de 22 de dezembro de 1864, se não confiasse nos sucessivos melhoramentos com que este ministerio tem aperfeiçoado a respectiva contabilidade, conforme o declarou em 28 de abril de 1865, na sua resposta ás observações do tribunal, sobre a conta do exercicio de 1859-1860.

A conta do ministerio é acompanhada de contas parciaes, relativas ás diferentes repartições e estabelecimentos da sua dependencia, extraídas das escripturações organizadas nas mesmas repartições, e assignadas pelos respectivos chefes superiores. Entre essas contas encontram-se algumas respectivas a repartições e estabelecimentos, que, tendo a seu cargo a arrecadação de receitas computadas no orçamento geral do estado, ainda não submetteram as suas contas, como lhes compra, ao julgamento do tribunal.

Ministerio da justiça.

Exercicio de 1860-1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	477:977\$975	2:620\$000	480:597\$975
Pagamentos efectuados.....	477:977\$975	2:620\$000	480:597\$975

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

Ministerio da guerra.

Exercicio de 1860 a 1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	2.850:686\$893		
Pagamentos efectuados.....	2.723:820\$517		
Resto disponivel.....	126:866\$376		

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

Os fundos de que o thesouro publico dispõe para as despesas do ministerio da guerra, antes de chegarem ao seu destino, entram nos cofres das pagadorias militares, e em muitos casos são transferidos ainda de uns para outros destes cofres. Todas estas operações devem constar da conta do ministerio com a necessaria individuação, e não em globo como n'ella se apresentam. O parlamento vota a receita e a despesa publica propria de cada anno economico; e ao tribunal cumpre examinar se na arrecadação da receita e na realização da despesa foi cumprida a lei votada. Mas como em cada anno economico se effectuam operações relativas a diferentes exercicios, as quaes por conseguinte se regem por leis tambem diferentes, é necessário que as contas sejam organisadas com a precisa distinção, para que claramente se conheça a que exercicio pertencem essas operações, e portanto a legislação com que se hão de comparar.

Acompanha a conta geral d'este ministerio uma outra da receita e despesa da repartição de saude do exercito e dos hospitais militares. Conviria que esta conta se apresentasse mais desenvolvida, de modo que pudesse ser comparada com as contas individuaes que os referidos estabelecimentos prestam ao tribunal.

Segundo a carta de lei de 28 de julho de 1860, e tabella de 8 de agosto do mesmo anno, as quotas com que diversos officiaes militares e empregados civis do exercito contribuem para o monte pio militar, devem ser encontradas nos respectivos vencimentos, que pelo ministerio da guerra lhes são abonados. Sendo, pois, receita do estado as referidas deduções, e aparecendo assim na conta do thesouro, deve a importancia debitada n'esta conta ajustar-se com a importancia creditada na do ministerio. Porém na conta do ministerio da guerra, do exercicio de 1860-1861, comprehendem-se 5:864\$056 réis, sob o titulo de descontos para o monte pio militar, e na conta do thesouro do mesmo exercicio e sob o mesmo titulo 5:824\$446 réis.

Na conta d'este ministerio ha uma outra operação, que deve ser rigorosamente fiscalizada, isto é dos *interinos*. O tribunal insiste em lembrar a necessidade de ser adoptada alguma providencia legislativa, ácerca dos recibos interinos de duvidoso ou impossivel resgate. O decreto n.º 3 de 19 de agosto de 1859 determina que este ministerio remetta ao tribunal até 30 de setembro de cada anno uma estatística dos referidos recibos, que durante o anno economico findo houverem dado entrada nos cofres das pagadorias, dos que houverem sido resgatados e dos que ficaram existindo no dia 30 de junho. O ministerio tem limitado o cumprimento d'este preceito á apresentação de uma conta muito succinta, que acompanha como documento comprovativo a sua conta de gerencia annual. A conta de 1860-1861 mostra que a quantia paga no dito anno, por interinos, foi de 1.572:503\$280 réis. Os recibos resgatados no mesmo anno somaram 1.515:417\$684 réis. A diferença entre os recibos novos e os resgatados foi de 57:085\$596 réis, para mais. N'este anno o mal aggravou-se, porque existiam no principio 1.902:836\$387 réis de interinos, e ficaram no fim 1.959:921\$983 réis.

Ministerio da marinha.

Exercicio de 1860-1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	1.015:106\$655	182:471\$051	1.197:577\$706
Pagamentos efectuados.....	815:128\$573	416:582\$336	931:710\$909
Resto disponivel.....	199:978\$082	65:888\$715	265:866\$797

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

O ministerio da marinha não costuma mencionar na sua conta de exercicio a despesa extraordinaria; conviria que no futuro esta lacuna fosse preenchida. Os documentos com que este ministerio pretende demonstrar a sua conta annual, não são organizados com o desenvolvimento e clareza devidos. Os fundos em poder dos encarregados dos diferentes navios de guerra, as importancias recebidas directamente do ministerio da fazenda pelos commandantes de alguns navios de guerra, para despesas dos mesmos navios; as munições recebidas do ministerio da guerra; os saldos credores; os descontos para o hospital por tratamento de doentes; os estornos de diversas contas para a ultramar e da conta do ultramar para diversas contas, as despesas de annos anteriores, mas que só no anno a que respeita a conta poderam ser classificadas, por ter sido então que os encarregados dos navios, regressando a Lisboa, apresentaram as suas contas, os adiantamentos a officiaes e praças da armada, nomeados para diferentes commissões do serviço, estes e ainda outros factos, devem ser apresentados muito explicitamente e com a indispensável distinção dos annos a que pertencem. O tribunal deve proferir a sua declaração sobre as contas de exercicio, e quando estas se apresentam desacompanhadas de documentos, é necessário, ao menos, que os documentos que instruem as contas de gerencia sejam classificados por exercicios, para que aquella falta possa ser assim suprida.

Ministerio dos negócios estrangeiros.

Exercicio de 1860-1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	173:788\$172		
Pagamentos efectuados.....	171:466\$518		
Resto disponivel.....	2:321\$654		

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

Ministerio das obras publicas.

Exercicio de 1860-1861			
	Serviço ordinario	Serviço extraordinario	Totais
Fundos recebidos.....	2.578:431\$5303		
Pagamentos efectuados.....	2.774:388\$5892		
Excesso de despesa.....	195:957\$589		

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

Observações comuns a todos os ministerios.

A conta que os ministerios apresentam dos fundos postos á sua disposição pelo thesouro, importa que seja desenvolvida não só por cofres, como tem sido, mas tambem por exercicios e capitulos. O ministerio da justiça ad-

ptou já este methodo na ultima conta publicada; devem segui-lo todos os outros: o melhoramento é grande e o trabalho simples.

Junta do credito publico.

Exercicio de 1860-1861			
	Divida interna	Divida externa	Totais
Fundos recebidos.....	1.974:853\$476	2.134:220\$316	4.109:073\$792
Pagamentos effectuados.....	1.976:348\$814	2.048:811\$851	4.025:160\$665
	1:495\$338	85:408\$465	83:913\$127

(Vejam-se os desenvolvimentos do estado n.º 5.)

Recapitulação dos creditos abertos e dos pagamentos reaisados.

O quadro seguinte resume os pagamentos effectuados no exercicio de 1860-1861 e os creditos para elles abertos:

Designação dos serviços	Fundos recebidos	Pagamentos effectuados	Excedentes	
			Dos creditos	Dos pagamentos
Serviços gerais dos ministérios...	da fazenda.....	7.087:047\$985	7.087:047\$985	-§-
	do reino.....	1.285:556\$330	1.288:193\$477	-§- 2:637\$147
	da justiça.....	480:597\$975	480:597\$975	-§-
	da guerra.....	2.850:686\$893	2.723:820\$517	126:866\$376
	da marinha.....	1.197:577\$706	931:710\$909	265:866\$797
	dos estrangeiros.....	173:788\$172	171:466\$518	2:321\$654
	das obras publicas.....	2.578:431\$303	2.774:388\$892	-§- 195:957\$589
Junta do credito publico.....	divida publica interna.....	1.974:853\$476	1.976:348\$814	-§- 1:495\$338
	divida publica externa.....	2.134:220\$316	2.048:811\$851	85:408\$465
	Totais.....	19.762:760\$156	19.482:386\$938	480:463\$292 200:090\$074
		280:373\$218		280:373\$218

Comparação da despesa com as leis. Observação commun a todos os ministérios.

O estado n.º 7 tem por objecto a comparação por capítulos da despesa auctorizada por lei, com a effectuada pelos ministerios, durante o exercicio de 1860-1861. Esta comparação devia ser feita em presença das contas dos pagadores, depois de julgadas pelo tribunal; oppõem-se, porém, a isto não só a falta de julgamento de algumas d'essas contas, mas tambem a circunstancia de não serem organizadas e documentadas de modo que possam servir de termo para a referida comparação, no sentido em que a lei a exige.

O decreto n.º 1 de 19 de agosto de 1859, determina que se comparem as contas dos responsaveis com a legislacão que auctorizou a despesa, e por conseguinte que a comparação se faça por exercicios e por capítulos, porque a lei divide a despesa em capítulos e refere-se a um só exercicio. Nas contas, porém, dos pagadores não existe esta distincão; as despezas effectuadas em favor de cada ministerio são creditadas em globo. Os mappas complementares, que, para se obter o necessário desenvolvimento das referidas despezas, foram exigidos dos delegados do thesouro, em circular de 14 de abril de 1863, alem de terem sido remetidos com muita irregularidade, apresentando-se os dos annos de 1860-1861 e 1861-1862, que comprehendem os pagamentos do exercicio de 1860-1861, depois de julgadas quasi todas as respectivas contas, estão ainda assim na maior parte inexacts. Acresce que os ministerios deixaram de remeter ao tribunal as tabellas mensaes dos pagamentos effectuados á sua ordem pelos diferentes cofres do estado (remessa determinada pelo decreto n.º 3 de 19 de agosto de 1859), e com as quaes deviam ser confrontados os indicados mappas, resultando d'ahi, que quando mesmo estes documentos fossem remetidos em tempo, e acompanhasssem as contas para julgamento, o tribunal os não poderia aprovar, por isso que os não legalisam os avisos de conformidade passados pelos ministerios.

As contas mensaes que os thesoureiros pagadores enviam á repartição central de contabilidade de cada ministerio, em relação aos pagamentos que effectuaram por ordens directas ou de delegação dos mesmos ministerios, designam os capítulos da lei da despesa e os respectivos exercicios; a conta da despesa que os thesoureiros prestam ao tribunal é a recapitulação d'essas contas parciaes, e portanto deve ter as mesmas classificações, e o aviso que a legalisa deve declarar a conformidade entre ella e a contabilidade do ministerio, pelo que respeita á despesa, não só na totalidade, mas tambem nos capítulos e exercicios a que foi applicada.

N'estes termos, pois, o tribunal, seguindo ainda o sistema que adoptou nos seus relatorios de 24 de dezembro de 1862 e 22 de dezembro de 1864, comparou a despesa auctorizada com a despesa effectuada pelos ministerios, segundo ella se encontra descripta nas contas respectivas.

Ministerio da fazenda. (Cap. 2.º) Camaras legislativas.

O ministerio da fazenda despendeu com as camaras legislativas (capítulo 2.º) 26:113\$350 réis alem da verba votada. Foi causa d'este aumento de despesa a prorrogação das mesmas camaras, e auctorisou-o a disposição da carta de lei de 28 de julho de 1860, que concedeu ao governo a facultade de abrir creditos supplementares para esta applicação.

No capitulo 4.º (juros e amortisações a cargo do thesouro) apresenta-se uma diferença de 3.644:030\$601 réis, (Cap. 4.º) Juros para mais, na despesa realisada; mas se se attender a que o ministerio se creditou por 3.692:846\$223 réis, somma do agio da venda de bonds e inscripções, juros de suprimentos e outras transacções, reconhecer-se-ha que, longe da despesa efectiva excede a auctorizada, ainda lhe foi inferior em 48:815\$622 réis.

A auctorisação para o capitulo 11.º foi excedida em 63:045\$975 réis, em consequencia da maior despesa (Cap. 11.º) Alfandegas com a fiscalisação das alfandegas, avultando n'este augmento a importancia de 47:834\$635 réis, que custou mais do que estava orçada a fiscalisação maritima por barcos movidos a vapor nas costas do reino.

No capitulo 15.º tambem o ministerio excede a verba votada, excesso que foi de 29:719\$905 réis, e aplicado a varias despesas eventuaes. (Cap. 15.º) Diversas despesas.

Na despesa extraordinaria o ministerio excede as auctorisações em 5:704\$392 réis, importancia que pagou á junta do deposito publico, por conta da divida do thesouro, relativa a obrigações contrahidas antes de julho de 1833. (Despesa extraordinaria).

Convém advertir que no capitulo 5.º ficaram em divida 18:575\$542 réis, e que tendo-se pago 460:694\$644 réis, (Cap. 5.º) Classes inactivas. foi portanto a despesa liquidada 479:270\$186 réis, isto é, mais 8:367\$065 réis do que a auctorizada. A maior liquidação dos vencimentos das classes inactivas foi a causa d'este excesso.

A divida nos capítulos 6.º a 11.º e 13.º é inferior ao excedente dos creditos para elles votados, que, por isso (Cap. 6.º a 11.º, 13.º) não foram excedidos, quando mesmo comparados com a despesa liquidada.

O ministerio do reino excede em 60:141 réis a despesa auctorizada para o capitulo 5.º, e isto em consequencia de incluir na liquidação a despesa do instituto maynense e jardim botanico, despesa que não apparece no orçamento do estado, e que foi suprida com os recursos dos mesmos estabelecimentos. Os ministerios devem remetter mensalmente ao thesouro uma tabella de todos os rendimentos pertencentes ás repartições da sua dependencia, arrecadados no mez antecedente. Todas as receitas publicas (ainda as que são realizadas por modo alheio ao voto do parlamento) devem entrar na conta do thesouro como rendimento do estado. Esta doutrina tem sido reproduzida em todas as disposições regulamentares e legislativas promulgadas sobre a contabilidade do thesouro, desde a lei de 22 de dezembro de 1761. (Ministerio do reino. (Cap. 5.º) Estabelecimentos scientificos, literarios e industriais.

No capitulo 8.º a despesa effectiva excede a auctorizada em 2:241\$755 réis. Este augmento proveiu de ter produzido maior receita do que a consignada no orçamento, o rendimento dos impostos da carne, pertencente á santa casa da misericordia e ao hospital de S. José. (Cap. 8.º) Socorros a estabelecimentos de beneficencia.

O excesso de 3:594\$580 réis, que se observa nas despesas do capitulo 10.º, provém de que a somma em que se haviam calculado as despesas do Diario de Lisboa, não foi suficiente, attenta a prorrogação das camaras legislativas. (Cap. 10.º) Diario de Lisboa.

O ministerio da justiça excede em 97\$268 réis a verba votada para as despesas do capitulo 3.º Na nota preliminar da conta do exercicio, o ministerio explica assim este augmento. (Ministerio da justiça.

Supremo tribunal de justiça { vagaturas temporarias..... 279\$922 (Cap. 3.º) Supremo tribunal de justiça. despesas do expediente alem da verba..... 376\$490 Diferença igual..... 97\$268

A auctorisação para as despesas do capitulo 6.º foi excedida em 68\$027 réis. Na nota citada, o ministerio (Cap. 6.º) Ministerio publico. explica este facto do seguinte modo:

Maior despesa:	
Procuradoria geral da corôa—despesas do expediente.....	15\$730
Procuradoria regia em Lisboa—despesas do expediente.....	100\$830
Procuradoria regia no Porto—despesas do expediente e renda da casa.....	412\$830
Total da maior despesa.....	529\$430

Menor despesa:	
Procuradoria geral da corôa—vacaturas temporarias.....	119\$745
Procuradoria regia nos Açores—vacaturas temporarias.....	225\$500
Delegados dos procuradores regios.....	116\$658
Diferença igual.....	461\$403
	68\$027

Segundo o desenvolvimento da despesa feita nas cadeias da capital, no anno economico de 1860-1861, pela prestação annual de 2:400\$000 réis com que para esse fim concorre a santa casa da misericordia de Lisboa, pelos rendimentos que administra pertencentes aos presos, a despesa excede a prestação em 694\$060 réis. (Cap. 7.º) Sustento dos presos e polícia das cadeias.

A lei de 28 de julho de 1860 transferiu para este ministerio o credito de 6:000\$000 réis, que era votado ao

ministerio da marinha, para a despesa com o transporte dos degredados. No exercicio de 1860-1861 esta despesa realizou-se como se segue:

Verba votada na lei de 28 de julho de 1860 .....	6:000\$000
Creditos supplementares .....	56:593\$819
Creditos que deixou de aplicar ás despezas dos artigos 42. <sup>o</sup> , 43. <sup>o</sup> e 45. <sup>o</sup> .....	419\$454
	63:013\$273
Transporte de 631 degredados (e suas familias) para a costa occidental de Africa .....	-
Transporte de 80 degredados (e suas familias) para a costa oriental de Africa .....	29:553\$255
Transporte de 45 degredados (e suas familias) para a Asia .....	33:460\$018
Excessos de despesa em varios artigos d'este capitulo .....	63:013\$273

Ministerio da guerra. O ministerio da guerra excedeu as verbas que lhe estavam votadas para as despezas dos capitulos 6.<sup>o</sup>, 8.<sup>o</sup>, 9.<sup>o</sup> e 12.<sup>o</sup>. O excesso proveiu:

(Cap. 6.<sup>o</sup>) Estabelecimentos de instruções. No capitulo 6.<sup>o</sup>, de se haver despendido no collegio militar maior somma do que a auctorizada para a compra de generos alimenticios e para outras despezas que são satisfeitas pelas mezadas dos collegiaes;

(Cap. 8.<sup>o</sup>) Comissões. No capitulo 8.<sup>o</sup>, do aumento dos vencimentos de officiaes servindo nas divisões e commandos militares, em obras publicas e outras commissões;

(Cap. 9.<sup>o</sup>) Corpos sedentários. No capitulo 9.<sup>o</sup>, do maior importe das rações de pão distribuidas ás praças de veteranos, e do custeamento do hospital de invalidos militares;

(Cap. 42.<sup>o</sup>) Despesas eventuaes. No capitulo 42.<sup>o</sup>, da maior somma das despezas eventuaes.

Ministerio da marinha. O ministerio da marinha excede em 33:343\$122 réis a verba que lhe havia sido votada para as despezas do capitulo 4.<sup>o</sup> O excesso de despesa foi devido ao aumento de pessoal necessario para concluir a construcção da corveta Sá da Bandeira e da escuna Napier.

Ministerio dos negócios estrangeiros. No ministerio dos negócios estrangeiros não foram excedidas as auctorizações.

Ministerio das obras publicas. O ministerio das obras publicas excede as verbas que lhe estavam votadas para os capitulos 3.<sup>o</sup>, 6.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup>.

(Cap. 3.<sup>o</sup>) Estradas. O excesso de despesa no capitulo 3.<sup>o</sup> foi aplicado ás obras de diversas estradas, custeadas com o producto de varios donativos.

(Cap. 6.<sup>o</sup>) Diversas obras. No capitulo 6.<sup>o</sup>, foi aplicado ás obras da barra do Douro e melhoramento do Tejo, e suprido tambem com o producto de donativos.

(Cap. 8.<sup>o</sup>) Estabelecimentos de instruções. No capitulo 8.<sup>o</sup> ao custeamento das officinas do instituto industrial de Lisboa, e satisfeito com o producto da receita eventual.

Têm applicação a este ministerio a observação feita pelo tribunal, em relação ao do reino, sobre as receitas arrecadadas nas repartições e estabelecimentos dependentes dos ministerios.

Junta do credito público. A junta do credito publico excede a verba votada para o pagamento dos juros da divida interna em 25:694\$240 réis, porque se os pagamentos realizados durante o exercicio foram superiores á auctorisação respectiva em 1:998\$040 réis, acrece que ficaram ainda em divida 23:696\$200 réis. A junta pagou, liquidou e ficou devendo os seguintes juros:

	Juros			
	Autorizados	Liquidados	Pagos	Em divida
Do novo fundo de 3 por cento.....	1.948:160\$240	1.973:322\$000	1.949:859\$000	23:463\$000
Vitalícios .....	-	532\$480	299\$280	233\$200
	1.948:160\$240	1.973:854\$480	1.950:158\$280	
	25:694\$240	23:696\$200	23:696\$200	

No capitulo 4.<sup>o</sup> a junta excedeu a verba votada em 541\$872 réis, a saber:

(Cap. 4.<sup>o</sup>) Diversos encargos da divida interna.

	Despesa		Excedente na liquidada
	Autorizada	Liquidada	
Premios de transferencias .....	3:700\$000	3:977\$527	277\$527
Despesas diversas .....	2:400\$000	2:664\$345	264\$345
	6:100\$000	6:641\$872	
	541\$872	541\$872	

Na sua resposta do 1.<sup>o</sup> de fevereiro de 1865, a junta explicou a razão do excesso que se nota quasi sempre nas despezas d'este capitulo.

No capitulo 8.<sup>o</sup> foi excedida a auctorisação em 28:301\$070 réis, isto é:

(Cap. 8.<sup>o</sup>) Diversos encargos da divida externa.

	Despesa		Excedente na despesa
	Autorizada	Liquidada	
Comissões, corretagens, juros e outras despezas em Lisboa .....	20:000\$000	45:115\$686	-
Comissões e outras despezas em Paris .....	2:000\$000	4:437\$400	2:437\$400
Desconto de letras e outras despezas em Londres .....	4:000\$000	6:101\$127	-
Premios de transferencias .....	4:400\$000	3:046\$857	1:353\$143
	30:400\$000	58:701\$070	1:353\$143
	28:301\$070	28:301\$070	29:654\$213

Viu-se a paginas 3 do presente relatorio, que os rendimentos proprios do exercicio de 1860-1861 importaram réis.

Recapitulação geral das receitas e das despesas públicas.

Os pagamentos por conta das despezas relativas ao mesmo exercicio elevaram-se a

49.762:760\$156

Deduz-se a diferença entre o valor nominal e o producto da venda de bonds, que foi lançada em despesa ao ministerio da fazenda .....

6.905:445\$035

Deficit .....

3.692:846\$223

Deficit .....

3.212:208\$812

Este deficit foi suprido pela receita proveniente das diversas operações, tanto de thesouraria, como por jogo de contas, que se verificaram durante o exercicio. O tribunal encontra-se, porém, na mesma impossibilidade de descrever essas operações em que se encontrou nos annos anteriores, por não satisfazerem as contas do estado, ainda no exercicio de que se trata, ás condições indicadas no capitulo correspondente do relatorio de 22 de dezembro de 1864. Com tudo entendeu dever apresentar o quadro das operações relativas ao anno economico de 1860-1861, e é este o objecto do capitulo seguinte.

Deficit.

As operações entre 1860-1861 e 1861-1862, que se realizaram O...  
 ...unho novo orçamento em 1861, abrangendo os meses de fevereiro, março, abril, maio e junho, mostraram-se...  
 ...comparativamente escassas, abrindo-se assim a expectativa de que, nesse período, o governo...  
 ...não teria de recorrer a empréstimos estrangeiros ou a emitir novas moedas, já que a taxa de inflação...  
 ...era de 10% e o governo contava com uma economia de 10% no orçamento, que permitia a realização de...  
 ...excessos de gastos. No entanto, o resultado da campanha de guerra contra o Brasil, que durou...  
 ...deveras, levou ao aumento das despesas militares, que foram aumentadas para 10% do orçamento...  
 ...para 1862-1863, o que resultou em um déficit de 10% no orçamento de 1862-1863.

### CAPITULO III

#### SERVIÇO DE THESOURARIA

As operações de thesouraria efectuadas durante o anno económico de 1860-1861, constam do quadro seguinte:

Operações	Movimento de fundos		Excedentes	
	Na receita	Na despesa	Na receita	Na despesa
Transferencias de fundos entre varios cofres.....	5.573:432\$985	5.502:020\$922	71:412\$063	-δ-
Operações com a junta do credito publico.....	8.197:124\$040	1.347:962\$507	6.849:161\$533	-δ-
Coupons, bonds e inscrições.....	5.855:267\$320	7.423:816\$304	-δ-	1.568:548\$984
Operações com o banco de Portugal.....	7.705:714\$638	6.835:926\$520	869:788\$118	-δ-
Empenhos e cauções.....	16.774:150\$928	17.507:281\$150	-δ-	733:130\$222
Emprestimos, suprimentos e adiantamentos.....	6.069:946\$021	5.021:328\$636	1.048:617\$363	-δ-
Depositos.....	632:126\$008	451:244\$491	180:881\$517	-δ-
Alcances.....	4:535\$426	394\$461	4:140\$965	-δ-
Letras e bilhetes.....	2.999:741\$985	3.692:639\$386	-δ-	692:897\$401
Operações com o banco commercial do Porto.....	117:499\$835	232:490\$025	-δ-	114:990\$190
Operações com a companhia utilidade publica.....	13:783\$121	48:423\$744	-δ-	34:640\$623
Remessas para Paris.....	208:803\$480	236:920\$950	-δ-	28:117\$470
Metaes.....	1.020:092\$129	943:186\$440	76:905\$689	-δ-
Escriptos do thesouro reformados.....	2.899:400\$000	2.900:000\$000	-δ-	600\$000
Troca de titulos e especies de moeda.....	191:236\$056	195:469\$390	-δ-	4:233\$334
Papel sellado e sellos de franquia.....	336:244\$715	372:194\$694	-δ-	35:949\$979
Vales do correio .....	345:592\$377	347:425\$513	-δ-	1:833\$136
Papel moeda .....	545\$000	307\$500	237\$500	-δ-
Amortisações.....	-δ-	28:298\$646	-δ-	28:298\$646
Operações por lei de 16 de abril de 1859.....	12:530\$630	491\$001	12:039\$629	-δ-
Agiós na compra de bonds.....	122:166\$000	-δ-	122:166\$000	-δ-
Agiós na venda de bonds.....	-δ-	3.675:978\$239	-δ-	3.675:978\$239
Operações por jogo de contas .....	5:671\$549	11:591\$002	-δ-	5:919\$453
Saldos.....	3.873:024\$844	3.068:689\$451	804:335\$393	-δ-
Excedentes das despezas sobre as receitas.....	-δ-	3.114:548\$095	-δ-	3.114:548\$095
<b>Especies em que foram realizadas estas operações</b>	<b>62.958:629\$087</b>	<b>62.958:629\$087</b>	<b>10.039:685\$772</b>	<b>10.039:685\$772</b>
Metaes para amoedar.....	508:293\$226	508:293\$226	-δ-	-δ-
Encontros.....	11.396:456\$281	10.828:582\$254	567:874\$027	-δ-
Papeis de credito.....	37.392:903\$228	41.249:306\$638	-δ-	3.856:403\$410
Notas do banco de Lisboa.....	3:954\$000	2:113\$200	1:840\$800	-δ-
Dinheiro .....	13.637:022\$352	10.370:333\$769	3.286:688\$583	-δ-
	<b>62.958:629\$087</b>	<b>62.958:629\$087</b>	<b>3.856:403\$410</b>	<b>3.856:403\$410</b>

**A conta de exercicio  
do thesouro e as ope-  
rações de thesoura-  
ria.**

O movimento de fundos subindo no anno economico de 1860-1861 a 62.958:629\$087 réis, conforme a recapitulação precedente, apresenta um excesso de despesa de 3.114:548\$095 réis, que foi suprido com recursos equivalentes, realizados pelo thesouro, como mostram as duas ultimas columnas da mesma recapitulação.

A conta de exercício do tesouro não apresenta desenvolvimento algum das operações de thesouraria, nem tão pouco a direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda tem satisfeito ao preceito do artigo 47.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 3 de 19 de agosto de 1859, que lhe manda remetter mensalmente ao tribunal uma relação das ordens por operações de thesouraria, emitidas no mez antecedente. A isto acresce a falta de conformidade entre as contas dos responsáveis, que effectuaram essas operações e a conta do tesouro; resultando de todas estas circunstancias a impossibilidade para o tribunal de apresentar n'este capitulo o quadro completo das operações proprias do exercicio de 1860-1861.

## CAPITULO IV

BALANÇO DA ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NO ÚLTIMO DIA  
DO EXERCÍCIO DE 1860-1861

Seguiu-se apresentar n'este capitulo o balanço da administração da fazenda publica, no ultimo dia do exercicio de 1860-1861. O tribunal não o conseguiu porque lhe faltaram os elementos indispensaveis. Na contabilidade de cada anno comprehendem-se as operaçoes do exercicio que principia e as do exercicio que acaba; importa portanto determinar claramente quaes os direitos activos e passivos que lega ao thesouro o exercicio que termina, e qual era a situação do thesouro antes de fixados esses direitos. Mas enquanto as contas dos exactores não forem organizadas regularmente, e em conformidade com a conta do thesouro; enquanto esta não contiver a exposição clara e circumstanciada de todos os factos ocorridos durante cada exercicio; enquanto, enfim, não forem remettidos pontualmente ao tribunal todos os elementos de contabilidade com que, para o desempenho d'estes trabalhos, o habilitou o decreto n.<sup>o</sup> 3 de 19 de agosto de 1859, o tribunal não poderá desenvolver convenientemente este capitulo importante dos seus relatorios sobre as contas geraes dos estado, dos ministerios e da junta do credito publico.

Nestes termos o tribunal circumscreve o presente capítulo á dívida fluctuante, servindo-se das notas da direcção geral da thesouraria de 30 de setembro de 1860, 1861 e 1862, que, sob numeros 414, 429 e 433, fazem parte dos relatórios apresentados ás camaras legislativas pelo ministro da fazenda, nas sessões ordinárias de 1860-1861, 1861-1862 e 1862-1863.

#### Movimento da dívida fluctuante no exercício de 1860-1864

	Emprestimos				Penhores			
	Sem juro	Com juro de 5 por cento	Com juro de 6 por cento	Com juro de 6 1/2 por cento	Titulos de divida fundada	Letras	Bilhetes do thesouro	Barras de prata
Estado d'esta divida em o 4. <sup>º</sup> de julho de 1860	48.013.5875	324.453.5125	183.091.500	2.722.800.000	6.975.000.000	515.161.5175	4.500.000	50.004.5112
Divida contrahida no exercicio .....	-5-	243.108.5810	-5-	1.495.100.000	3.595.250.000	420.238.5975	-5-	-5-
Divida auctorizada no exercicio.....	48.013.5875	567.561.5935	483.091.500	4.217.900.000	10.570.250.000	935.400.5150	4.500.000	50.004.5112
Total da divida no ultimo dia do exercicio ...	9.684.5075	567.561.5935	483.091.500	2.233.300.000	6.493.750.000	935.400.5150	4.500.000	50.004.5112
	8.332.5800	-5-	-5-	1.984.600.000	4.376.500.000	-5-	3.000.000	-5-
	1.992.932.5800				4.379.500.000			

A dívida fluctuante no ultimo dia do exercicio de 1860-1861, apresentada no quadro antecedente, comprehende a importancia de alguns emprestimos a cargo do thesouro, contractados em virtude de diferentes cartas de lei. O tribunal não apresenta o desenvolvimento d'esses emprestimos, porque a conta do thesouro não é explicita n'esta parte, nem o ministerio da fazenda apresentou ainda o mappa a que o tribunal se referiu nos seus relatorios de 24 de dezembro de 1862 e 22 de dezembro de 1864.

## **Observações sobre o balanço da administração da fazenda.**



## Transporte..... 50:600\$000 59.503:200\$000

2.º Troca de titulos:  
Creados por decreto de 18 de dezembro de 1852 ..... 6:600\$000  
Creados por decreto de 31 de janeiro de 1856 ..... 1.830:000\$000  
De titulos de divida externa..... 2.100:300\$000  
3.º Para compra de armas de fogo ..... 166:000\$000

4.º Para obras publicas:  
Construção de estradas ..... 2.500:000\$000  
Diferentes obras ..... 500:000\$000  
5.º Para caução do emprestimo com a companhia utilidade publica ..... 124:100\$000

Considerando porém uma diminuição de titulos que foram amortisados ..... 66.780:800\$000  
Ficou sendo a situação dos mesmos fundos, no ultimo dia do exercicio ..... 492:250\$000

Antigos fundos de 3, 4 e 5 por cento:  
O resto dos antigos fundos da divida interna de 3, 4, 5 e 6 por cento, que têem de ser convertidos por decreto de 18 de dezembro de 1852, elevava-se em o 1.º de julho de 1860 a réis

Emittiram-se durante o exercicio ..... 247:999\$043  
249:630\$043

Amortisaram-se ..... 300\$000  
Converteram-se ..... 36:874\$390

A situação d'estes fundos no ultimo dia do exercicio ficou sendo ..... 37:174\$390

212:475\$653

Fundos de 6 por cento com juros até 30 de junho de 1835, elevava-se em o 1.º de julho de 1860 a réis

D'estes fundos foram convertidos durante o exercicio ..... 161:287\$168  
1:351\$000

A sua situação no ultimo dia do exercicio ficou sendo ..... 159:936\$168

Dívida interna differida era em o 1.º de julho de 1860, de réis ..... 3.062:006\$524  
D'esta dívida foram emitidos durante o exercicio titulos no valor de

3.239:025\$855

Receberam-se do ministerio da fazenda para amortizar ..... 600\$000

Receberam-se de diversos para serem trocados ..... 352:687\$417

2.885:738\$438

O resumo das operações da dívida fundada interna, no exercicio de 1860-1861, que acabam de ser descriptas, apresenta a situação seguinte:

	Situación no primeiro dia do exercicio	Resultado do movimento no exercicio de 1860-1861		Situación no ultimo dia do exercicio
		Augmento	Diminuição	
Novo fundo de 3 por cento.....	59.503:200\$000	7.277:600\$000	492:250\$000	66.288:550\$000
Restos de capitais de 3, 4, 5 e 6 por cento.....	247:999\$043	1:631\$000	37:174\$390	212:475\$653
Restos de capitais de 6 por cento com juro até junho de 1835.....	161:287\$168	-	1:351\$000	159:936\$168
Dívida differida.....	3.062:006\$524	177:019\$331	353:287\$417	2.885:738\$438
	62.974:492\$733	7.456:270\$331	884:062\$807	69.546:700\$259

Dívida publica externa, compõe-se:

- 1.º Bonds de 3, 4 e 5 por cento;
- 2.º Novos fundos que servem de garantia ao emprestimo de Chabrol;
- 3.º Cautelas de mínimos de fundos de 3 por cento de 1848;
- 4.º Cautelas de mínimos de fundos de 5 por cento de 1844;
- 5.º Cautelas de capitalização de 1848 e 1851, e annuidades;
- 6.º Cautelas de novo fundo de 3 por cento;
- 7.º Dívida differida.

A situação dos bonds de 3, 4 e 5 por cento no 1.º de julho de 1860 era de libras ..... 14.818:512-10-00  
Durante o exercicio de 1860-1861 esta dívida teve um aumento de libras ..... 536:900-00-00

Tendo, porém, sido resgatados titulos na forma seguinte:  
Novo fundo de 3 por cento ..... 683:400-00-00  
Fundo de 3 por cento de 1848 ..... 550-00-00

683:950-00-00 15.353:412-10-00

## Transporte..... 683:950-00-00 15.353:412-10-00

Fundo de 4 por cento de 1845 ..... 12:550-00-00  
Fundo de 5 por cento de 1844 ..... 3:800-00-00  
Fundo antigo de 3 por cento ..... 200-00-00

Ficou sendo a sua situação no ultimo dia do exercicio ..... 14.634:912-10-00

Os novos fundos que servem de garantia ao emprestimo de Chabrol, elevavam-se no 1.º de julho de 1860 a libras ..... 249:200-00-00

Resgataram-se durante o exercicio ..... 17:800-00-00

Ficou sendo a sua situação no ultimo dia do exercicio ..... 231:400-00-00

O valor das cautelas de mínimos do fundo de 3 por cento de 1848, elevava-se no 1.º de julho de 1860 a libras ..... 631-09-10

Durante o exercicio foram emitidas cautelas no valor de libras ..... 17-13-10

Foram resgatados ..... 669-03-08  
A situação no ultimo dia de exercicio ficou sendo ..... 58-11-10

O valor das cautelas por mínimos do fundo de 5 por cento de 1844, era no 1.º de julho de 1860 libras ..... 895-18-09

Converteram-se durante o exercicio ..... 22-18-04

Ficaram existindo no ultimo dia do exercicio ..... 873-00-05

A importancia das cautelas de capitalização por decreto de 3 de dezembro de 1851 elevava-se no 1.º de julho de 1860 a libras ..... 1:307-17-04

Emittiram-se durante o exercicio ..... 531-16-05

Foram resgatadas em troca de bonds ..... 1:839-13-09  
Ficaram existindo no ultimo dia do exercicio ..... 576-16-05

No 1.º de julho de 1860 o valor das cautelas do novo fundo de 3 por cento era ..... 7:284-01-03

Emittiram-se durante o exercicio ..... 382-16-05

Foram resgatadas ..... 7:666-17-08  
Ficaram existindo no ultimo dia do exercicio ..... 4:158-08-00

A situação da dívida externa differida era no 1.º de julho de 1860 ..... 556:204-14-10

Emittiram-se durante o exercicio titulos no valor de £ ..... 2:134-08-03

Trocaram-se ..... 558:339-03-01  
Ficaram existindo no ultimo dia do exercicio ..... 15:507-14-04

542:831-08-09

O resumo das operações da dívida externa, que acabam de ser descriptas, apresenta a situação seguinte, no ultimo dia do exercicio de 1860-1861:

	Situación no primeiro dia do exercicio	Capitaes						Juros em dívida		
		Com juro			Sem juro					
		£	S	D	Réis	£	S	D	Réis	Réis
Bonds de 3, 4 e 5 por cento (a).....	14.634:912-10	-	63.948:709\$090	-	-	-	-	-	-	127:474\$327
Novos fundos, garantia do emprestimo Chabrol.....	231:400	-	4.009:745\$455	-	-	-	-	-	-	-
Cautelas de mínimos de 3 por cento de 1848.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cautelas de mínimos de 5 por cento de 1844.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cautelas da capitalização de 1848.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anuidades.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5145
Cautelas da capitalização de 1851.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25018
Cautelas do novo fundo de 3 por cento.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida differida.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	14.886:312-10	-	64.958:454\$545	552:086	8-	2.409:104\$289	29:213	7	3	127:476\$490

(a) Comprende 324:955 £ de bonds cancelados e depositados no banco de Inglaterra, na conformidade da carta de lei de 49 de abril de 1845.

Titulos de renda vitalicia.

A conta dos titulos de renda vitalicia comprehende:

1.º Pensões:

Officiaes do exercito;  
Officiaes da guarda municipal;  
Empregados civis do exercito;  
Empregados civis da marinha;  
Empregados civis;  
Operarios do arsenal da marinha;  
Operarios das obras publicas;  
Archeiros e familias dos falecidos;  
Aposentados civis;  
Jubilados;  
Ministros d'estado honorarios;  
Monte pio do exercito;  
Monte pio da marinha;  
Denominadas de sangue;  
Denominadas de graça especial;

Denominadas do Roussillon;  
Do exercito;  
Da marinha;  
Do arsenal do exercito;  
Do thesouro;  
De contrato oneroso por encargo de bens nacionaes;  
Pagas pelos cofres dos emolumentos das alfandegas;  
Pagas pelos cofres do correio geral;  
Mercieiros;  
Estrangeiros;  
2.º Subsídios:  
A amnistados civis;  
A empregados de repartições extintas;  
3.º Prestações:  
A egressos;  
A religiosas.

No 1.º de julho de 1860 o encargo representado em titulos de renda vitalicia elevava-se á importancia liquida de réis ..... 471:956:570  
Durante o exercicio teve o seguinte augmento:  
Abonos novos ..... 30:537:876  
Diminuição de desconto, artigo 3.º, leis de 15 de julho de 1857 e 28 de julho de 1860 ..... 13:061:109  
515:535:455  
31:037:878  
Abatimentos por vacaturas .....  
Encargo no ultimo dia do exercicio de 1860-1861..... 484:517:577

O movimento verificou-se como mostra o seguinte quadro:

Movimento dos titulos de renda vitalicia, no exercicio de 1860 a 1861.

	Vencimentos annuas			Deduções conforme as leis	Liquido
	De consideração	Sem consideração	Total		
<b>Encargo no 1.º de julho de 1860:</b>					
No continente e ilhas .....	272:034:5837	238:161:838	510:196:695	44:059:5937	466:136:758
Na agencia em Londres .....	6:533:5775	-	6:533:5775	714:063	5:819:5712
Abonos novos durante o exercicio.....	23:671:5058	9:582:5270	33:253:528	2:715:5452	30:537:876
Abatimentos por vacaturas.....	302:239:5670	247:744:5128	549:883:5798	47:489:5452	502:494:5346
Diminuição de desconto (artigo 3.º leis de 15 de julho de 1857 e 28 de julho de 1860).....	-	-	-	13:061:109	13:061:109
Encargo no ultimo dia do exercicio:	284:414:5107	232:939:5125	517:353:5232	45:896:5764	471:456:5468
No continente e ilhas .....	278:367:5830	232:939:5125	511:306:5975	32:285:5680	479:021:5295
Na agencia em Londres .....	6:046:5257	-	6:046:5257	549:5975	5:496:5282
Somma igual.....	284:414:5107	232:939:5125	517:353:5232	32:835:5655	484:517:577

Annos em que se verificaram as vacatas.

As vacatas de que houve conhecimento durante o exercicio, verificaram-se nos seguintes annos economicos:

Anno	Vencimentos annuas			Deduções conforme as leis	Liquido
	De consideração	Sem consideração	Total		
Anteriores a julho de 1850 .....	493:5422	43:5200	536:5622	-	536:5622
1855-1856.....	162:5221	-	162:5221	-	162:5221
1856-1857.....	1:010:5400	405:5593	1:415:5993	274:5006	1:141:5987
1857-1858.....	2:578:5885	3:918:5376	6:497:5261	319:5892	6:177:5369
1858-1859.....	122:5000	67:5205	189:5205	12:5200	177:5005
1859-1860.....	876:5392	1:756:5178	2:632:5570	118:5080	2:514:5490
1860-1861.....	12:582:5243	8:614:5451	21:196:5694	868:5510	20:328:5184
Total.....	17:825:563	14:805:5003	32:630:5566	1:592:5688	31:037:5878

Comparando os encargos provenientes destes titulos, no primeiro e ultimo dias do exercicio de 1860-1861, obtém-se o resultado seguinte:

Comparação por classes, dos pensionistas, no primeiro e no ultimo dia do exercicio de 1860-1861.

	Número dos individuos		Total dos vencimentos		Liquido	
	No primeiro dia do exercicio	No ultimo dia do exercicio	No primeiro dia do exercicio	No ultimo dia do exercicio	No primeiro dia do exercicio	No ultimo dia do exercicio
<b>1.º Pensões:</b>						
Officiaes do exercito.....	15	13	3:119:5940	2:671:5944	2:649:5549	2:448:5352
Officiaes da guarda municipal.....	4	4	996:5000	996:5000	781:5200	831:5000
Empregados civis do exercito.....	34	32	5:009:5982	4:899:5982	4:419:5582	4:422:5982
Empregados civis da marinha.....	1	1	50:5000	50:5000	50:5000	50:5000
Empregados civis .....	2	2	165:5200	165:5200	153:5680	159:5440
Operarios do arsenal da marinha.....	19	18	1:206:5800	1:161:5800	1:086:5120	1:103:5711
Operarios das obras publicas.....	7	6	210:5000	180:5000	189:5000	171:5000
Archeiros e familias dos falecidos.....	54	47	672:5882	602:5467	672:5882	602:5467
Aposentados civis.....	35	41	3:562:5847	4:103:5175	3:411:5515	3:985:5345
Jubilados.....	41	51	4:990:5000	5:900:5000	4:269:5000	5:372:5500
Ministros d'estado honorarios.....	3	2	2:400:5000	1:600:5000	1:680:5000	1:200:5000
Monte pio do exercito.....	1:509	1:488	96:104:5872	97:960:5390	88:719:5572	91:955:5638
Monte pio da marinha.....	295	290	28:072:5314	27:263:5238	25:746:5343	25:799:5458
Denominadas de sangue.....	464	463	59:651:5821	58:635:5771	52:171:5730	53:047:5995
Denominadas de graça especial.....	45	44	7:446:5972	7:266:5972	6:193:5883	6:338:5340
De Roussillon.....	12	11	911:5564	898:5789	820:5409	853:5582
Da marinha.....	83	73	5:536:5886	4:904:5305	4:980:5174	4:555:5824
Do exercito.....	12	11	379:5355	362:5930	353:5435	349:5970
Do arsenal do exercito.....	32	31	874:5514	1:089:5380	874:5514	1:077:5380
Do thesouro.....	4:136	4:140	119:640:5140	126:310:5698	103:454:5964	113:430:5477
De contrato oneroso por encargo de bens nacionaes.....	18	18	2:439:5902	2:439:5902	2:137:5548	2:256:5746
Pagas pelo cofre dos emolumentos das alfandegas.....	36	32	3:601:5020	3:154:5020	3:150:5920	2:906:5323
Pagas pelo cofre do correio geral .....	56	49	4:213:5382	3:683:5432	3:743:5296	3:420:5315
Mercieiros.....	22	25	671:5592	763:5295	671:5592	763:5295
Estrangeiros.....	58	48	6:533:5775	6:046:5237	5:819:5712	5:496:5282
<b>2.º Subsídios:</b>						
A amnistados civis do exercito.....	46	43	1:836:5412	1:450:5912	1:836:5412	1:450:5912
A empregados de repartições extintas.....	314	284	34:302:5490	31:600:5289	33:654:5990	31:120:5109
<b>3.º Prestações:</b>						
A egressos e religiosas .....	1:589	1:566	122:089:5808	121:170:5084	118:294:5448	119:325:5664
<b>Resumo</b>						
Pensões .....	5:912	5:803	316:730:5470	317:353:5232	471:956:5470	484:517:5377
Subsídios .....	3:993	3:940	358:501:5760	363:131:5947	318:170:5620	332:620:5892
Prestações .....	330	297	36:138:5902	33:051:5201	35:491:5402	32:571:5021
Total geral.....	5:912	5:803	516:730:5470	517:353:5232	471:956:5470	484:517:5377

Como se vê d'este quadro, durante o exercicio de 1860-1861, houve diminuição de individuos em diferentes classes de pensionistas, diminuição que na totalidade foi de 109.

Todas as operações descriptas n'este capitulo referem-se só ao exercicio de 1860-1861; como porém no capitulo correspondente do relatorio anterior o tribunal tratou de toda a dívida publica, até ao ultimo dia do anno economico de 1860-1861, comprehendendo assim parte do exercicio de que se trata, encontrar-se-hão repetidas n'este capitulo algumas das operações de que já se havia feito menção no relatorio citado.

A dívida publica no relatorio anterior.

## CAPITULO VI

## CAPITULO VI

## CAMARAS MUNICIPAES E ESTABELECIMENTOS DE BENEFICENCIA

A contabilidade municipal e a dos estabelecimentos de beneficencia, assim como a das juntas geraes de distrito, carece de muitos melhoramentos. Observação geral.

O tribunal lembra a necessidade da maior clareza nos regulamentos da administração para que as leis sejam applicadas de um modo uniforme, tanto nos conselhos de districto como nas duas secções do tribunal.

Entendem uns que as despezas auctorisadas no orçamento de um anno não podem ser pagas no anno seguinte sem se renovar a auctorisação; entendem outros que a auctorisação não caduca no fim do anno, mas que vigorará durante o periodo do exercicio que dizem ter os corpos administrativos para completarem os actos de despesa. Esta diversidade de opinião na intelligencia da lei já foi levada ao conhecimento do governo, mas a sua resolução não produziu o desejado effeito, porque os julgadores continuam a applicar ainda a lei no sentido das suas contrárias opiniões, e d'ahi resulta uma confusão na administração, que é conveniente fazer cessar.

A despeza feita com os expostos é districtal, mas como as camaras incluem no seu orçamento a quota com que são obrigadas a contribuir para o cofre do distrito, e como a muitas d'ellas é confiada a administração dos expostos, acontece que o pagamento ás amas figura n'uns concelhos, nas contas municipaes, devendo figurar sómente nas districtaes, figurando tambem ás vezes n'umas e n'outras, podendo provir d'ahi inconvenientes para a administração. O tribunal já no seu relatorio de 24 de dezembro de 1864 notou esta irregularidade, e viu com satisfação na portaria de 2 de agosto ultimo providencias que, se forem executadas, obstarão á repetição d'estas irregularidades.

A camara municipal de Villa Nova de Gaia não tem orçamento aprovado desde o anno economico de 1858-1859. Regula por isso, para legalizar a sua receita e despesa, o d'aquelle anno até hoje. Mas as necessidades municipaes cresceram e a despesa aumentou. A camara tem feito orçamentos supplementares, que lhe não tem sido aprovados pelas mesmas razões provavelmente por que não o foram os annuaes.

A lei de 8 de maio ultimo auctorisou aquella camara a contrahir um emprestimo de 36:000\$000 de réis para obras de viação municipal, hypothecando para garantia do seu pagamento o imposto de transito sobre os carros, que o governo não tinha até ali aprovado, por ser illegal. A questão de legalidade, quanto ao passado, ficou intacta; mas a questão económica e administrativa parece resolvida a favor da pretensão da camara. O tribunal no julgamento das contas terá de condemnar os vereadores em muitos contos de réis, se quizer applicar rigorosamente a lei; ou terá de prescindir da observancia d'ella, n'un ponto essencial, para os absolver, não os condemnando a repor sommas consideraveis, que despenderam sem auctorisação, mas em proveito do municipio.

O tribunal entende que um *bill de indemnidade* ou livraria de praticar um acto de excessivo rigor para com os vereadores, ou de offendere a lei, se quizesse proceder equitativamente. Com a camara municipal de Braga já os poderes publicos tiveram igual benevolencia.

A camara de Belem carece de igual *bill de indemnidade*. O governo já o propôz ao corpo legislativo, mas a proposta caducou. As razões porém que a motivaram subsistem. O tribunal não pede indulgência nem favor para o desleixo ou para a má administração, lembra um remedio para fazer entrar a gerencia d'estas municipalidades n'um estado regular.

Nas contas das juntas geraes de districto apparece uma irregularidade que é necessario ou fazer cessar ou legalisar.

A lei e as repetidas ordens da administração prohibem a criação de empregos e o estabelecimento de ordenados, sem ser por acto legislativo. Em quasi todos os governos civis existe uma repartição de expostos com empregados e vencimentos que as leis não auctorisam. Os orçamentos districtaes consignam esta despesa, as juntas geraes approvam-n'a, o magistrado administrativo manda-a pagar, o ministro respectivo declara-a illegal, o gover-

nador civil expõe a impossibilidade de fazer o serviço sem ella, e o governo tolera a irregularidade em beneficio da administração, vendo-se o tribunal forçado a respeitar os actos da auctoridade administrativa, sobre a qual, n'aquele assumpto, elle não tem competencia. É melhor que por uma lei se aceite o facto e se legalise, do que condena-lo o governo em these e ser obrigado a tolerá-lo na hypothese.

Indemnização por  
uma condenação  
do tribunal.

O tribunal já deu conta ao governo de ter sido indirectamente annullado um seu accordão por uma decisão administrativa que auctorisará a despesa de uma indemnização paga aos mesmos de uma irmandade, por uma condenação que sofreram, por terem feito despezas não auctorisadas. O tribunal sabe com prazer que o governo providenciou convenientemente a esse respeito.

Suprimentos.

Determina a lei que as camaras municipaes não possam contrahir emprestimos sem auctorisação das côrtes. Fazem-se contudo suprimentos que as respectivas ordens de administração equiparam a emprestimos, contra essas ordens, emprestimos que umas vezes se pagam sem auctorisação, e outras recebem a approvação orgamental, que o tribunal não pôde contrariar, por exceder isso a sua competencia, mas cujo abuso é obrigado a levar ao conhecimento do governo, para se providenciar de modo que se evitem os inconvenientes que de tal abuso podem nascer.

Senhor:—Apresentando a Vossa Magestade as observações suscitadas pelo exame das contas geraes do estado, dos ministerios e da junta do credito publico, relativas ao exercicio de 1860-1861, o tribunal pôde dizer, em vista d'este exame, que a ordem e a regularidade se vão estabelecendo na contabilidade sujeita á sua jurisdição, e que não tardará que sejam de todo restabelecidas, se continuarem a ser adoptadas as providencias que propõe.

Votado e aprovado em sessão plena do tribunal de contas de 22 de novembro de 1866.

*Visconde de S. Bartholomeu, presidente.*

*Antonio de Paiva Pereira da Silva.*

*Francisco Simões Margiochi.*

*Thomás Cabral Soares de Albergaria.*

*Antonio Rodrigues Sampaio.*

*Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.*

*Alberto Antonio de Moraes Carvalho.*

*Mauricio Leonardo Fernandes Rodrigues*

*Antonio de Serpa Pinentel.*

Fui presente,  
*Hermenegildo Augusto de Faria Blanc.*

## DESENVOLVIMENTOS

DO

## RELATORIO DO TRIBUNAL

Estado n.º 1—Receita do exercicio de 1860-1861, avaliação do orçamento, direitos liquidados, cobrança realizada, restos para cobrar.....	Pag. 29
Estado n.º 2—Comparação das receitas dos exercícios de 1860-1861 e 1859-1860.....	34
Estado n.º 3—Comparação das contas de gerencia e de exercício do tesouro. Demonstração das diferenças entre umas e outras.....	38
Estado n.º 4—Desenvolvimento da receita do exercicio de 1860-1861, liquidada e cobrada, segundo os julgamentos do tribunal.....	42
Rebedorias e cofres centraes.....	42
Alfandegas .....	48
Cofres dependentes dos ministerios.....	52
Correios.....	54
Recapitulação .....	64
Estado n.º 5—Despesa auctorizada, liquidada, paga e em divida, relativamente a cada ministerio.....	69
Desenvolvimentos .....	70
Estado n.º 6—Despesa liquidada e paga pelos ministerios nos dois exercícios de 1860-1861 e 1859-1860 .....	75
Estado n.º 7—Comparação, por capitulos, da despesa auctorizada para cada ministerio, e da que foi satisfeita .....	77

## ESTADO DA RECEITA DO EXERCICIO DE 1860-1861

Designação dos rendimentos	Avaliação do orçamento	Direitos liquidados	Cobrança realizada	Restos para cobrar das sommas liquidadas
<b>Impostos directos</b>				
Contribuição predial .....	1.328:752\$000	1.330:975\$940	1.264:222\$177	66:753\$763
Dois por cento para falhas e annullações por sinistros .....	26:375\$040	26:615\$104	25:284\$803	1:330\$301
Impostos de quotidade .....	450:924\$607	552:085\$721	443:441\$776	108:643\$943
Terças dos concelhos .....	38:896\$670	18:216\$640	13:704\$896	4:511\$744
Contribuição dos concelhos para a universidade .....	4:229\$337	1:955\$406	1:447\$383	537\$823
Dizimos nas ilhas adjacentes .....	149:721\$654	139:934\$913	139:933\$672	1\$244
Decima predial nas ilhas adjacentes .....	14:910\$607	13:057\$262	12:086\$494	970\$768
Quinto nas ilhas adjacentes .....	232\$649	401\$975	98\$320	303\$655
Subsídio litterario nas ilhas adjacentes .....	609\$531	45\$315	24\$540	20\$775
Finto na ilha da Madeira .....	588\$145	3:612\$094	1:861\$580	1:750\$514
Quartos das maquiás na ilha de S. Miguel .....	2:880\$432	2:884\$216	2:884\$216	-5-
Direitos de mercé no continente .....	44:106\$161	119:370\$058	72:121\$514	47:448\$544
Direitos de mercé nas ilhas .....	3:647\$770	7:261\$545	4:476\$664	2:784\$881
Matrículas e cartas no continente .....	28:607\$984	63:426\$790	29:880\$942	33:545\$848
Matrículas e cartas nas ilhas .....	361\$215	566\$295	566\$295	-5-
Sizas no continente .....	321:044\$571	198:547\$926	198:547\$926	-5-
Sizas nas ilhas .....	30:691\$408	18:431\$743	18:431\$743	-5-
Imposto sobre transmissão de propriedade no continente .....	56:358\$377	48:330\$872	41:787\$003	6:543\$869
Imposto sobre transmissão de propriedade nas ilhas .....	2:876\$433	1:839\$047	1:742\$277	97\$670
Papel sellado no continente .....	224:983\$400	321:333\$045	321:333\$045	-5-
Papel sellado nas ilhas .....	4:718\$053	5:298\$618	5:298\$618	-5-
Sélio de verba no continente .....	109:681\$392	129:911\$862	129:818\$602	93\$260
Sélio de verba nas ilhas .....	4:515\$463	3:341\$743	3:341\$743	-5-
Multas judiciaes e outras no continente .....	23:409\$307	28:989\$772	27:736\$507	1:233\$265
Multas judiciaes e outras nas ilhas .....	2:789\$773	2:324\$592	2:171\$620	152\$872
Compensação das camaras dos concelhos de Belem e Olivaes .....	20:304\$090	-5-	-5-	-5-
Imposto para a construção e conservação das estradas .....	254:435\$803	262:689\$638	238:464\$537	24:225\$101
Contribuição de registo por título gratuito .....	-5-	82:099\$930	69:600\$638	12:490\$292
Contribuição de registo por título oneroso .....	-5-	184:827\$369	184:827\$369	-5-
Imposto de viação .....	-5-	61:321\$801	61:321\$801	-5-
Tres por cento de dívidas por decreto de 3 de novembro de 1860 .....	-5-	22:032\$740	14:674\$345	7:358\$395
Imposto por decreto de 11 de agosto de 1852 (ilhas) .....	-5-	1:118\$858	1:118\$858	-5-
Decima dos ordenados pertencentes aos empregados dos estabele- cimentos pios .....	-5-	299\$657	299\$657	-5-
Imposto sobre minas .....	-5-	1:894\$424	1:034\$976	859\$448
	3.451:051\$874	3.655:263\$714	3.333:596\$737	321:666\$974
<b>Alfandegas e impostos indirectos</b>				
Alfandega grande de Lisboa .....	2.139:554\$385	2.365:100\$309	2.365:100\$309	-5-
Alfandega municipal de Lisboa .....	748:097\$541	824:598\$358	824:598\$358	-5-
Alfandega do Porto .....	1.459:689\$680	1.993:257\$220	1.993:257\$220	-5-
Alfandegas menores de portos secos .....	31:172\$219	28:716\$697	28:716\$697	-5-
Alfandegas menores de portos de mar .....	119:801\$235	134:994\$644	134:994\$644	-5-
Alfandega de Angra do Heroísmo .....	34:747\$421	38:624\$128	38:624\$128	-5-
Alfandega da Horta .....	36:227\$392	34:191\$146	34:191\$146	-5-
Alfandega do Funchal .....	71:808\$636	80:961\$616	80:961\$616	-5-
Alfandega de Ponta Delgada .....	88:306\$367	107:317\$410	107:317\$410	-5-
Alfandegas menores das ilhas adjacentes .....	* 1:446\$606	959\$877	959\$877	-5-
Imposto sobre o pescado no continente .....	56:303\$644	54:922\$763	54:922\$763	-5-
Imposto sobre o pescado nas ilhas .....	4:088\$383	4:150\$984	4:150\$984	-5-
	4.791:243\$709	5.867:995\$354	5.867:995\$354	-5-

Designação dos rendimentos	Avaliação do orçamento	Direitos liquidados	Cobrança realizada	Restos para cobrar das sommas liquidadas
<i>Transporte.....</i>	<b>4.791.243\$709</b>	<b>5.867.995\$354</b>	<b>5.867.995\$354</b>	<b>-§-</b>
Contrato do tabaco.....	<b>1.344.000\$000</b>	<b>1.371.000\$000</b>	<b>1.371.000\$000</b>	<b>-§-</b>
Real de agua e direitos sobre o consumo da carne no continente.....	<b>127.985\$224</b>	<b>135.392\$780</b>	<b>135.392\$780</b>	<b>-§-</b>
Real de agua e direitos sobre o consumo da carne nas ilhas.....	<b>11.556\$392</b>	<b>11.584\$202</b>	<b>11.483\$480</b>	<b>100\$722</b>
Emolumentos da capitania do porto da Horta.....	<b>180\$693</b>	<b>187\$520</b>	<b>187\$520</b>	<b>-§-</b>
Imposto para as obras da barra do Douro.....	<b>13.576\$830</b>	<b>17.003\$150</b>	<b>17.003\$150</b>	<b>-§-</b>
Imposto especial de 500 réis em cada pipa de vinho entrada no porto e em Villa Nova de Gaia.....	<b>18.166\$325</b>	<b>16.803\$473</b>	<b>16.803\$473</b>	<b>-§-</b>
Imposto para as obras da barra da Figueira.....	<b>9.436\$954</b>	<b>8.260\$192</b>	<b>8.260\$192</b>	<b>-§-</b>
Imposto para as obras da doka na ilha de S. Miguel.....	<b>-§-</b>	<b>39.909\$582</b>	<b>39.909\$582</b>	<b>-§-</b>
<b>6.313.146\$127</b>	<b>7.468.136\$555</b>	<b>7.468.035\$833</b>	<b>7.468.035\$833</b>	<b>100\$722</b>
<b>Proprios nacionaes e rendimentos diversos</b>				
Producto da venda de bens nacionaes no continente.....	<b>47.000\$000</b>	<b>45.135\$117</b>	<b>45.135\$117</b>	<b>-§-</b>
Producto da venda de bens nacionaes nas ilhas.....	<b>2.100\$000</b>	<b>846\$785</b>	<b>846\$785</b>	<b>-§-</b>
Producto da venda e remissão de fóros no continente.....	<b>42.000\$000</b>	<b>74.285\$405</b>	<b>74.285\$405</b>	<b>-§-</b>
Producto da venda e remissão de fóros nas ilhas.....	<b>26.950\$000</b>	<b>2.047\$511</b>	<b>2.047\$511</b>	<b>-§-</b>
Rendas no continente.....	<b>16.000\$000</b>	<b>12.837\$884</b>	<b>10.484\$892</b>	<b>2.352\$392</b>
Rendas nas ilhas.....	<b>2.610\$000</b>	<b>2.504\$899</b>	<b>2.504\$899</b>	<b>-§-</b>
Fóros, censos e pensões no continente.....	<b>72.000\$000</b>	<b>16.449\$074</b>	<b>7.356\$339</b>	<b>9.092\$735</b>
Fóros, censos e pensões nas ilhas.....	<b>20.990\$000</b>	<b>4.539\$835</b>	<b>2.985\$299</b>	<b>1.554\$536</b>
Laudemios no continente.....	<b>12.500\$000</b>	<b>2.231\$730</b>	<b>2.231\$730</b>	<b>-§-</b>
Laudemios nas ilhas.....	<b>430\$000</b>	<b>80\$561</b>	<b>80\$561</b>	<b>-§-</b>
Pinhaes e matas.....	<b>74.900\$000</b>	<b>43.559\$839</b>	<b>43.559\$839</b>	<b>-§-</b>
Rendimento do extinto collegio dos nobres.....	<b>6.957\$600</b>	<b>6.198\$484</b>	<b>6.198\$484</b>	<b>-§-</b>
Rendimento da academia real das sciencias.....	<b>1.668\$750</b>	<b>1.242\$325</b>	<b>1.242\$325</b>	<b>-§-</b>
Renda do presidio da Trafaria e armazens do Poco do Bispo.....	<b>320\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
Renda dos terrenos dos castellos de S. João Baptista e S. Sebastião na ilha Terceira.....	<b>798\$632</b>	<b>906\$991</b>	<b>906\$991</b>	<b>-§-</b>
Barcas de passagem e pontes.....	<b>9.990\$105</b>	<b>9.964\$503</b>	<b>9.964\$503</b>	<b>-§-</b>
Fretes em navios do estado.....	<b>2.000\$000</b>	<b>631\$467</b>	<b>631\$467</b>	<b>-§-</b>
Correio geral e postas do reino.....	<b>312.800\$000</b>	<b>350.436\$467</b>	<b>350.436\$467</b>	<b>-§-</b>
Telegraphos eletricos.....	<b>25.518\$330</b>	<b>35.791\$718</b>	<b>35.791\$718</b>	<b>-§-</b>
Imprensa nacional.....	<b>84.344\$788</b>	<b>92.728\$787</b>	<b>92.728\$787</b>	<b>-§-</b>
Imprensa da universidade.....	<b>11.705\$400</b>	<b>12.763\$210</b>	<b>12.763\$210</b>	<b>-§-</b>
Receita do Diario de Lisboa.....	<b>16.213\$260</b>	<b>15.485\$260</b>	<b>15.485\$260</b>	<b>-§-</b>
Receita dos emolumentos do tribunal de contas.....	<b>100\$000</b>	<b>110\$868</b>	<b>110\$868</b>	<b>-§-</b>
Arsenal do exercito e fabrica da polvora.....	<b>52.963\$500</b>	<b>50.427\$514</b>	<b>50.427\$514</b>	<b>-§-</b>
Instituto agricola.....	<b>906\$400</b>	<b>2.970\$780</b>	<b>2.970\$780</b>	<b>-§-</b>
Fornos de cal, gesso e pedreiras.....	<b>10.540\$000</b>	<b>6.376\$360</b>	<b>6.376\$360</b>	<b>-§-</b>
Fornos de tijolo.....	<b>190\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
Hospital dos invalidos militares em Runa.....	<b>3.540\$000</b>	<b>3.863\$860</b>	<b>3.863\$860</b>	<b>-§-</b>
Hospital da marinha.....	<b>3.000\$000</b>	<b>2.998\$300</b>	<b>2.998\$300</b>	<b>-§-</b>
Conselho de saude publica do reino.....	<b>2.803\$944</b>	<b>4.247\$908</b>	<b>4.247\$908</b>	<b>-§-</b>
Armazenagem nas alfandegas.....	<b>5.341\$998</b>	<b>7.936\$215</b>	<b>7.936\$215</b>	<b>-§-</b>
Aluguer de logares pela alfandega municipal.....	<b>1.460\$450</b>	<b>1.209\$300</b>	<b>1.209\$300</b>	<b>-§-</b>
Venda de pau brazil e rainha.....	<b>613\$457</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
Heranças jacentes e residuos.....	<b>2.426\$018</b>	<b>2.550\$716</b>	<b>2.550\$716</b>	<b>-§-</b>
Restituição do emprestimo de 16.000\$000 réis, feito á camara municipal de Coimbra.....	<b>1.396\$800</b>	<b>480\$000</b>	<b>480\$000</b>	<b>-§-</b>
Quotas com que diversos officiaes e empregados civis do exercito contribuem para o monte pio militar.....	<b>6.507\$420</b>	<b>5.824\$446</b>	<b>5.824\$446</b>	<b>-§-</b>
Restituição do adiantamento feito ás camaras do districto de Coimbra.....	<b>1.053\$000</b>	<b>683\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>683\$000</b>
Juros e distrete de capitais mutuados pelos extintos conventos.....	<b>17.748\$333</b>	<b>6.242\$394</b>	<b>3.637\$378</b>	<b>2.605\$436</b>
Prestações e juros por lei de 12 de agosto de 1853.....	<b>2.350\$403</b>	<b>950\$343</b>	<b>884\$3605</b>	<b>65\$738</b>
Juros de titulos de dívida fundada pertencentes á fazenda.....	<b>254.041\$956</b>	<b>386.677\$589</b>	<b>386.677\$589</b>	<b>-§-</b>
	<b>1.153.654\$558</b>	<b>1.213.222\$492</b>	<b>1.196.866\$038</b>	<b>16.356\$157</b>

Designação dos rendimentos	Avaliação do orçamento	Direitos liquidados	Cobrança realizada	Restos para cobrar das sommas liquidadas
<i>Transporte.....</i>	<b>1.153.654\$558</b>	<b>1.213.222\$492</b>	<b>1.196.866\$035</b>	<b>16.356\$157</b>
Juros de inscrições conforme o decreto de 30 de outubro de 1858.....	<b>2.000\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
Juros de bonds resgatados na conformidade da lei de 19 de abril de 1845 .....	<b>68.744\$199</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
<b>Juros de titulos de dívida fundada com as seguintes applicações</b>				
De 500.000\$000 réis em inscrições, garantia de um emprestimo contratado com a companhia utilidade publica.....	<b>15.000\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
De 500.000\$000 réis em inscrições, garantia de um emprestimo contratado com o banco de Portugal.....	<b>15.000\$000</b>	<b>7.500\$000</b>	<b>7.500\$000</b>	<b>-§-</b>
De 1.500.000\$000 réis em inscrições, garantia do emprestimo de 600.000\$000 réis para estradas.....	<b>45.000\$000</b>	<b>39.825\$000</b>	<b>39.825\$000</b>	<b>-§-</b>
De 200.000\$000 réis em inscrições, garantia do emprestimo de 800.000\$000 réis para navios de guerra .....	<b>60.000\$000</b>	<b>30.000\$000</b>	<b>30.000\$000</b>	<b>-§-</b>
De 1.500.000\$000 réis em inscrições, penhor do emprestimo de 600.000\$000 réis sobre rendimentos atrasados .....	<b>45.000\$000</b>	<b>9.000\$000</b>	<b>9.000\$000</b>	<b>-§-</b>
De 2.750.000\$000 réis em inscrições, para se realizar um emprestimo de 1.100.000\$000 réis para obras publicas .....	<b>82.500\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
De 120.000\$000 réis em inscrições, garantia do emprestimo aplicado á estrada de Caminha a Valença .....	<b>3.600\$000</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
De 500.000\$000 réis em inscrições, penhor do emprestimo de 228.000\$000 réis para compra de armas de fogo .....	<b>45.000\$000</b>	<b>7.500\$000</b>	<b>7.500\$000</b>	<b>-§-</b>
De bonds que servem de garantia do emprestimo contratado com a casa Leroy de Chabrol & C.º .....	<b>30.292\$362</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>	<b>-§-</b>
Receitas avulsaes e eventuaes .....	<b>44.776\$604</b>	<b>48.787\$185</b>	<b>48.787\$185</b>	
Restituições de juros de bonds e inscrições .....	<b>-§-</b>	<b>871\$701</b>	<b>871\$701</b>	
Venda de vidros da fabrica da Marinha Grande .....	<b>-§-</b>	<b>710\$493</b>	<b>710\$493</b>	
Jardim botanico.....	<b>-§-</b>	<b>156\$400</b>	<b>156\$400</b>	
Directoria da 10.ª divisão militar .....	<b>-§-</b>	<b>256\$552</b>	<b>-§-</b>	<b>256\$552</b>
Venda de generos .....	<b>-§-</b>	<b>2.521\$318</b>	<b>2.521\$318</b>	
Instituto industrial de Lisboa.....	<b>-§-</b>	<b>3.665\$788</b>	<b>3.665\$788</b>	
Repartição dos pesos e medidas .....	<b>-§-</b>	<b>10.612\$688</b>	<b>10.612\$688</b>	
Conversão por lei de 28 de junho de 1854 .....	<b>-§-</b>	<b>400\$000</b>	<b>400\$000</b>	
Beneficio da mesma conversão .....	<b>-§-</b>	<b>398\$403</b>	<b>398\$403</b>	
Juros de 2.500.000\$000 réis em inscrições, parte do emprestimo de 1.000.000\$000 réis para obras publicas .....	<b>-§-</b>	<b>28.005\$000</b>	<b>28.005\$000</b>	
Juros de 1.500.000\$000 réis para a companhia utilidade publica .....	<b>-§-</b>	<b>1.861\$500</b>	<b>1.861\$500</b>	
Restituição do suprimento feito á camara de Coimbra .....	<b>-§-</b>	<b>360\$000</b>	<b>360\$000</b>	
Juros do emprestimo por lei de 7 de setembro de 1858 .....	<b>-§-</b>	<b>924\$000</b>	<b>924\$000</b>	
	<b>1.580.567\$723</b>	<b>1.406.778\$220</b>	<b>1.390.165\$511</b>	<b>16.612\$709</b>
Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 .....	<b>174.665\$075</b>	<b>73.925\$715</b>	<b>73.925\$71</b>	

## ESTADO N.<sup>o</sup> 2

## QUADRO COMPARATIVO DAS RECEITAS DEXERCICIOS DE 1859-1860 E 1860-1861

DESIGNAÇÃO DOS RENDIMENTOS	LIQUIDAÇÃO		DIFERENÇAS NO EXERCÍCIO DE 1860-1861		COBRANÇA		DIFERENÇAS NO EXERCÍCIO DE 1860-1861	
	Exercício de 1859-1860	Exercício de 1860-1861	Para mais	Para menos	Exercício de 1859-1860	Exercício de 1860-1861	Para mais	Para menos
<b>Impostos directos</b>								
Rendimentos não compreendidos no orçamento .....	-5-	351:700\$355	351:700\$355	-5-	-5-	331:812\$668	331:842\$668	-5-
Contribuição predial e 2 por cento para falhas .....	1.355:900\$470	1.357:591\$044	1:690\$574	-5-	1.287:654\$459	1.289:506\$980	1:852\$521	-5-
Impostos de quotidade .....	533:482\$402	552:085\$721	48:603\$319	-5-	431:243\$095	443:441\$776	12:198\$681	-5-
Terças dos concelhos e contribuição para a universidade .....	41:073\$639	20:172\$046	-5-	20:901\$593	32:156\$854	15:122\$479	-5-	17:034\$375
Dizimos e subsidio litterario .....	148:916\$524	140:000\$928	-5-	8:916\$296	148:916\$424	139:978\$212	-5-	8:938\$212
Decima predial nas ilhas .....	12:685\$083	13:057\$262	372\$179	-5-	11:505\$847	12:086\$494	580\$647	-5-
Quinto, finto e quarto das maquias .....	4:201\$299	6:898\$285	2:696\$986	-5-	3:730\$661	4:844\$116	1:113\$453	-5-
Direitos de mercê .....	70:903\$532	426:831\$603	55:928\$071	-5-	62:435\$334	76:598\$178	14:162\$824	-5-
Papel sellado .....	224:422\$666	326:631\$663	102:208\$997	-5-	224:422\$666	326:631\$663	102:208\$997	-5-
Sélio de verba .....	123:919\$644	133:253\$603	9:333\$961	-5-	123:847\$344	133:160\$345	9:313\$001	-5-
Matriculas e cartas .....	26:577\$633	63:993\$083	37:415\$450	-5-	26:577\$633	30:447\$237	3:869\$602	-5-
Imposto para as estradas .....	263:076\$863	262:689\$638	-5-	387\$223	236:093\$774	238:461\$537	2:370\$763	-5-
Sizas .....	355:260\$745	216:979\$669	-5-	138:281\$076	355:260\$745	216:979\$669	-5-	138:281\$076
Transmissão de propriedade .....	42:578\$889	50:170\$819	7:591\$930	-5-	36:304\$981	43:529\$280	7:224\$299	-5-
Multas judiciaes e outras .....	27:532\$185	31:314\$264	3:782\$079	-5-	27:532\$185	29:928\$127	2:393\$942	-5-
Imposto sobre minas .....	3:014\$121	1:894\$124	-5-	1:419\$697	3:014\$121	1:034\$976	-5-	1:979\$145
	3.233:545\$697	3.655:263\$711	591:323\$901	169:605\$887	3.010:696\$145	3.333:596\$737	489:133\$400	166:232\$808
	<b>421:718\$014</b>		<b>421:718\$014</b>		<b>322:900\$592</b>		<b>322:900\$592</b>	
<b>Impostos indirectos</b>								
Alfandegas maiores do continente .....	3.521:670\$486	4.558:357\$729	1.036:687\$243	-5-	3.521:670\$486	4.558:357\$729	1.036:687\$243	-5-
Alfandegas maiores das ilhas .....	224:306\$754	261:294\$300	36:987\$346	-5-	224:306\$754	261:294\$300	36:987\$346	-5-
Alfandegas de portos secos .....	27:461\$287	28:716\$697	1:255\$410	-5-	27:461\$287	28:716\$697	1:255\$410	-5-
Alfandegas de portos de mar .....	122:534\$235	134:994\$644	12:460\$409	-5-	122:534\$235	134:994\$644	12:460\$409	-5-
Alfandegas menores das ilhas .....	801\$960	959\$877	157\$917	-5-	801\$960	959\$877	157\$917	-5-
Alfandega municipal .....	779:270\$449	824:598\$358	45:327\$909	-5-	779:270\$449	824:598\$358	45:327\$909	-5-
Imposto do pescado .....	57:829\$787	59:073\$749	4:243\$962	-5-	57:829\$787	59:073\$749	1:243\$962	-5-
Contrato do tabaco .....	1.397:110\$904	1.371:000\$000	-5-	26:110\$904	1.341:000\$000	1.371:000\$000	30:000\$000	-5-
Real de agua .....	147:276\$810	146:976\$982	-5-	299\$828	115:989\$764	146:876\$260	30:886\$496	-5-
Impostos para obras e direitos de navegação .....	24:403\$715	82:164\$219	57:760\$504	-5-	24:403\$715	82:164\$219	57:760\$504	-5-
	6.302:666\$387	7.468:136\$555	4.191:880\$900	26:410\$732	6.215:268\$437	7.468:035\$833	1.252:767\$396	-5-
	<b>1.465:470\$168</b>		<b>1.465:470\$168</b>		<b>1.252:767\$396</b>		<b>1.252:767\$396</b>	
<b>Proprios nacionaes e rendimentos diversos</b>								
Proprios nacionaes no continente e nas ilhas .....	96:479\$530	160:958\$801	64:479\$271	-5-	77:096\$714	147:958\$538	70:861\$824	-5-
Pinhaes e matas .....	65:256\$994	43:559\$839	-5-	21:697\$152	65:256\$994	43:559\$839	-5-	21:697\$152
Correio geral e postas do reino .....	327:287\$266	350:436\$467	23:149\$201	-5-	327:287\$266	350:436\$467	23:149\$201	-5-
Telegraphos electricos .....	20:805\$425	35:791\$718	14:986\$293	-5-	20:805\$425	35:791\$718	14:986\$293	-5-
Imprensa nacional .....	83:645\$953	92:728\$787	9:082\$834	-5-	83:645\$953	92:728\$787	9:082\$834	-5-
Juros de titulos pertencentes á fazenda .....	393:129\$938	385:677\$589	-5-	7:452\$349	393:129\$938	385:677\$589	-5-	7:452\$349
Juros de titulos com diferentes applicações .....	142:500\$000	124:615\$500	-5-	17:884\$500	142:500\$000	124:615\$500	-5-	17:884\$500
Rendimentos diversos .....	274:336\$298	243:009\$519	-5-	61:326\$779	271:844\$270	209:397\$073	-5-	62:447\$197
	1.403:441\$401	1.406:778\$220	111:697\$599	108:360\$780	1.381:566\$557	1.390:165\$511	118:080\$152	109:481\$198
	<b>3:336\$819</b>		<b>3:336\$819</b>		<b>8:598\$954</b>		<b>8:598\$954</b>	
Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 .....	174:975\$249	73:925\$715	-5-	101:049\$534	174:975\$249	73:925\$715	-5-	101:049\$534
Imposto para a amortisação das notas .....	871:326\$562	423:785\$526	-5-	447:541\$036	871:326\$562	423:785\$526	-5-	447:541\$036

## **ESTADO N.<sup>o</sup> 3**

**QUADRO DAS DIFFERENÇAS ENTRE AS CONTAS DO THESOURO DA  
GERENCIAS DE 1860 A 1862 E A DO EXERCICIO DE 1860-1861  
PELO QUE RESPEITA AOS RENDIMENTOS LIQUIDADOS E ARRECADADOS PROPRIOS D'ESTE EXERCICIO**

CLASSES DE RECEITA	LIQUIDAÇÃO				COBRANÇA				RESTOS A COBRAR DAS SOMMAS LIQUIDADAS			
	Segundo as contas		Diferenças nas contas de gerencia		Segundo as contas		Diferenças nas contas de gerencia		Segundo as contas		Diferenças nas contas de gerencia	
	De gerencia	Do exercicio	Para mais	Para menos	De gerencia	Do exercicio	Para mais	Para menos	De gerencia	Do exercicio	Para mais	Para menos
Impostos directos .....	3.655:263\$711	3.376:624\$514	278:639\$197	(a) -§-	3.333:596\$737	3.000:719\$093	332:877\$644	(e) -§-	321:666\$974	375:905\$421	-§-	54:238\$447
Impostos indirectos .....	7.468:136\$553	7.478:136\$553	-§-	(b) 10:000\$000	7.468:035\$833	7.425:410\$401	42:625\$432	(f) -§-	100\$722	52:726\$134	-§-	52:625\$432
Proprios nacionaes e rendimentos diversos .....	1.406:778\$220	1.357:667\$036	49:111\$184	(c) -§-	1.390:165\$511	1.340:402\$220	49:763\$291	(g) -§-	16:612\$709	17:264\$816	-§-	632\$107
Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 .....	73:925\$715	73:925\$715	-§-	-§-	73:925\$715	73:925\$715	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
Imposto para a amortiseração das notas do banco de Lisboa .....	423:785\$526	423:785\$526	-§-	-§-	423:785\$526	423:785\$526	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
Receita extraordinaria .....	167:342\$470	-§-	167:342\$470	(d) -§-	167:342\$470	-§-	167:342\$470	(d) -§-	-§-	-§-	-§-	-§-
	43.195:232\$497	42.710:139\$346	495:092\$851	10:000\$000	12.836:851\$792	12.264:242\$953	592:608\$837	-§-	338:380\$405	445:896\$391	-§-	107:515\$986
	485:092\$851		485:092\$851		592:608\$837		592:608\$837		107:515\$986		107:515\$986	

(a) Esta diferença procede:

1.º De não terem sido incluidos na conta do exercicio os seguintes rendimentos:

Contribuição de registro por título gratuito .....	12:897\$796
Contribuição de registro por título oneroso .....	184:827\$369
Imposto de viação .....	52:565\$846
Tres por cento de dívidas por decreto de 3 de novembro de 1860 .....	19:183\$743
Imposto por decreto de 14 de agosto de 1852 .....	1:118\$858
	270:593\$612

2.º De que a conta do exercicio comprehende mais 8:045\$585 réis do que as contas das gerencias, pelo que respeita ao imposto de viação, o qual é fixado na primeira em .....

61:321\$801	
53:276\$216	
	8:045\$585

278:639\$197
--------------

Diferença para mais nas contas das gerencias .....	278:639\$197
--	--------------

(b) As contas de gerencia fixam o imposto criado por lei de 9 de agosto de 1860, com applicação á obra da doca na ilha de S. Miguel, em .....

39:909\$882	
49:909\$882	
	10:000\$000

Diferença para menos nas contas das gerencias .....	10:000\$000
---	-------------

(c) Rendimentos que foram omittidos na conta do exercicio:

Restituição de juros de bonds e inscripções .....	681\$169
Venda de vidros da fabrica da Marinha Grande .....	403\$318
Venda de generos .....	2:521\$318
Instituto industrial de Lisboa .....	3:665\$788
Rendimento da repartição dos pesos e medidas .....	10:612\$688
Conversão por lei de 28 de junho de 1854 .....	400\$000
Beneficio da mesma conversão .....	598\$403
Juros de 2.500:000\$000 réis, para garantia de parte de um empréstimo aplicado á obras publicas .....	28:005\$000
Juros de 124:000\$000 réis, de um empréstimo com a companhia utilidade publica .....	1:861\$500
Restituição do suprimento á camara de Coimbra .....	360\$000
	49:111\$184

Diferença para mais nas contas das gerencias .....	49:111\$184
--	-------------

(d) Na conta do exercicio não se fez menção da seguinte receita:

Agio na compra de bonds .....	122:166\$000
Receita por lei de 18 de agosto de 1860 .....	45:176\$470
Diferença para mais nas contas das gerencias .....	167:342\$470

(e) Receitas que deixaram de ser incluidas na conta do exercicio:

Contribuição de registro por título gratuito .....	69:600\$638
Contribuição de registro por título oneroso .....	184:827\$369
Imposto de viação .....	61:321\$801
Tres por cento de dívidas por decreto de 3 de novembro de 1860 .....	14:674\$345
Imposto por decreto de 14 de agosto de 1852 .....	1:118\$858
Decima dos ordenados pertencentes aos empregados dos estabelecimentos pios .....	299\$637
Imposto sobre minas .....	1:034\$976

Diferença para mais nas contas das gerencias .....	332:877\$644
--	--------------

(f) A conta do exercicio não comprehende a importancia que se cobrou do rendimento estabelecido por lei de 9 de agosto de 1860, com applicação ás obras da ilha de S. Miguel, importancia que foi de réis .....

42:625\$432
-------------

--

(g) Na conta do exercicio não figuram estes rendimentos:

Restituição de juros de bonds e inscripções .....	871\$701
Venda de vidros da fabrica da Marinha Grande .....	710\$493
Jardim botanico .....	156\$400
Venda de generos .....	2:521\$318
Instituto industrial de Lisboa .....	3:665\$788
Rendimento da repartição dos pesos e medidas .....	10:612\$688
Juros de 2.500:000\$000 réis em inscripções, parte de um empréstimo para obras publicas .....	28:005\$000
Juros de 124:000\$000 réis em inscripções, garantia de um empréstimo contratado com a companhia utilidade publica .....	1:861\$500
Restituição de um suprimento que havia sido feito á camara municipal de Coimbra .....	360\$000
Conversão por lei de 28 de junho de 1854 .....	400\$000
Beneficio da mesma conversão .....	598\$403

Diferença para mais nas contas das gerencias .....	49:763\$291
--	-------------

Digitized by srujanika@gmail.com

## ESTADO N.<sup>o</sup> 4

**DESENVOLVIMENTO, POR COFRES, DORENDIMENTOS LIQUIDADOS E COBRADOS,  
PERTENCENTES AO EXERCICIO DE 1860—SEGUNDO OS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL**

DISTRITOS	COMARCAS	ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAES		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAGÃO DAS NOTAS	
		Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1860	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Aveiro	Agueda .....	16:207\$771	15:400\$634	807\$137	14:823\$233	14:023\$57	-§-	-§-	36\$365	28\$940	133\$928	133\$928	1:214\$243	1:214\$243
	Anadia .....	14:551\$479	13:938\$728	612\$751	13:156\$928	12:544\$17	-§-	-§-	11\$400	11\$400	172\$514	172\$514	1:210\$637	1:210\$637
	Arouca .....	9:869\$852	9:246\$122	623\$730	8:979\$561	8:355\$8	-§-	-§-	-§-	-§-	104\$491	104\$491	785\$800	785\$800
	Aveiro .....	25:418\$754	23:633\$299	1:785\$455	21:069\$992	19:424\$77	-§-	-§-	2:111\$043	1:970\$848	252\$220	252\$220	1:985\$499	1:985\$499
	Estarreja .....	12:175\$470	12:112\$739	62\$711	11:044\$451	10:983\$95	-§-	-§-	24\$510	22\$295	142\$354	142\$354	964\$155	964\$155
	Feira .....	18:286\$536	17:966\$588	319\$948	16:745\$911	16:454\$91	-§-	-§-	32\$099	3\$143	184\$176	184\$176	1:324\$350	1:324\$350
	Oliveira de Azemeis .....	14:370\$109	13:940\$311	429\$798	13:103\$214	12:673\$41	-§-	-§-	1\$088	1\$088	150\$192	150\$192	1:115\$615	1:115\$615
	Ovar .....	8:328\$430	8:156\$691	171\$739	7:601\$881	7:430\$14	-§-	-§-	1\$072	1\$072	96\$281	96\$281	629\$196	629\$196
		119:208\$401	114:395\$132		106:525\$171	101:890\$69	-§-	-§-	2:217\$577	2:038\$786	1:236\$156	1:236\$156	9:229\$497	9:229\$497
				4:813\$269	4:813\$269									
Beja	Almodovar .....	23:045\$727	21:181\$460	1:864\$267	20:387\$108	18:654\$57	-§-	-§-	740\$399	608\$664	250\$988	250\$988	1:667\$232	1:667\$232
	Beja .....	34:280\$322	32:395\$861	1:884\$461	30:356\$230	28:594\$11	-§-	-§-	677\$314	554\$966	372\$163	372\$163	2:874\$615	2:874\$615
	Cuba .....	14:474\$248	17:670\$017	804\$231	15:168\$694	14:516\$12	-§-	-§-	1:396\$265	1:444\$601	219\$078	219\$078	1:490\$211	1:490\$211
	Moura .....	28:812\$700	27:432\$280	1:380\$420	25:370\$928	24:306\$48	-§-	-§-	705\$611	389\$639	314\$516	314\$516	2:421\$645	2:421\$645
	Odemira .....	8:136\$833	7:730\$068	406\$765	7:190\$532	6:783\$57	-§-	-§-	165\$245	165\$245	92\$827	92\$827	688\$229	688\$229
	Cofre central .....	448\$470	448\$470	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	448\$470	448\$470	-§-	-§-	-§-	-§-
		113:198\$300	106:858\$156		98:473\$492	92:855\$07	-§-	-§-	4:333\$304	3:611\$585	1:249\$572	1:249\$572	9:141\$932	9:141\$932
Braga				6:340\$144	6:340\$144									
	Barcellos .....	37:508\$892	36:201\$401	1:307\$491	32:780\$116	31:476\$38	-§-	-§-	1:500\$446	1:496\$679	369\$860	369\$860	2:858\$470	2:858\$470
	Braga .....	66:188\$488	63:085\$985	3:102\$503	40:553\$722	37:453\$21	-§-	-§-	21:111\$511	21:111\$511	402\$742	402\$742	4:118\$513	4:118\$513
	Celorico de Basto .....	17:351\$674	16:711\$504	640\$170	15:618\$682	14:978\$51	-§-	-§-	108\$458	108\$458	193\$047	193\$047	1:431\$487	1:431\$487
	Fafe .....	12:794\$520	12:590\$484	204\$036	11:437\$029	11:232\$59	-§-	-§-	133\$445	133\$445	140\$188	140\$188	1:083\$858	1:083\$858
	Guimarães .....	34:639\$528	30:292\$243	4:347\$285	30:941\$717	26:594\$42	-§-	-§-	133\$337	133\$337	450\$824	450\$824	3:113\$650	3:113\$650
	Povoa de Lanhoso .....	19:432\$389	18:798\$715	633\$674	17:121\$208	16:600\$78	-§-	-§-	692\$724	579\$469	181\$563	181\$563	1:436\$892	1:436\$892
	Villa Nova de Famalicão .....	19:107\$588	18:874\$681	232\$907	16:535\$704	16:302\$75	-§-	-§-	945\$897	945\$897	190\$534	190\$534	1:435\$433	1:435\$433
	Villa Verde .....	24:843\$100	23:828\$162	1:014\$938	21:833\$034	20:825\$57	-§-	-§-	761\$362	753\$684	250\$790	250\$790	1:997\$914	1:997\$914
		231:866\$179	220:383\$475		186:823\$212	175:464\$90	-§-	-§-	25:387\$180	25:262\$480	2:179\$570	2:179\$570	17:476\$217	17:476\$217
				11:483\$004	11:483\$004									
Bragança					11:483\$004	11:483\$004								
	Bragança .....	14:552\$778	13:507\$668	1:045\$110	12:599\$678	11:655\$60	-§-	-§-	632\$850	531\$812	162\$508	162\$508	1:157\$742	1:157\$742
	Macedo .....	9:229\$954	8:382\$857	847\$097	8:407\$924	7:560\$82	-§-	-§-	-§-	-§-	97\$806	97\$806	724\$224	724\$224
	Miranda .....	9:188\$394	8:411\$755	776\$639	8:210\$707	7:463\$50	-§-	-§-	84\$230	53\$230	409\$481	409\$481	783\$976	783\$976
	Mirandella .....	16:099\$502	14:329\$628	1:769\$874	14:412\$864	12:642\$59	-§-	-§-	5\$040	5\$040	201\$575	201\$575	1:480\$023	1:480\$023
	Mogadouro .....	10:741\$660	9:801\$117	940\$543	9:663\$203	8:745\$58	-§-	-§-	29\$700	6\$510	133\$846	133\$846	914\$911	914\$911
	Moncorvo .....	17:520\$344	15:856\$904	1:663\$440	13:693\$224	14:035\$58	-§-	-§-	69\$445	63\$345	209\$702	209\$702	1:548\$003	1:548\$003
	Vinhais .....	7:766\$912	7:211\$054	555\$838	6:826\$364	6:283\$18	-§-	-§-	16\$348	3\$670	95\$734	95\$734	828\$466	828\$466
	Cofre central .....	5\$166	5\$166	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	5\$166	5\$166	-§-	-§-	-§-	-§-
		85:104\$710	77:506\$149		75:813\$964	68:389\$37	-§-	-§-	842\$749	668\$773	1:010\$652	1:010\$652	7:437\$345	7:437\$345
Castello Branco					7:598\$561	7:424\$585	-§-	-§-						
	Castello Branco .....	21:738\$790	21:150\$608	588\$182	19:015\$330	18:427\$11	-§-	-§-	528\$850	528\$850	275\$099	275\$099	1:919\$511	1:919\$511
	Certã .....	16:839\$220	15:829\$681	1:009\$539	12:734\$071	12:322\$33	-§-	-§-	2:678\$3018	2:080\$238	182\$387	182\$387	1:244\$744	1:244\$744

DISTRITOS	COMARCAS	ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS		IMPOSTO DE VIACÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAGÃO DAS NOTAS	
		Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Coimbra	Arganil	10:062:669	9:539:5916	522:5753	9:188:5051	8:665:529	-5-	-5-	5600	5600	104:5453	104:5453	769:5363	769:5363
	Cantanhede	9:900:532	9:503:532	396:5800	8:783:5809	8:401:577	-5-	-5-	146:5635	131:5871	121:5491	121:5491	848:5397	848:5397
	Coimbra	54:022:5497	48:699:5046	5:323:5451	45:387:5928	40:064:547	-5-	-5-	4:520:5148	4:520:5148	483:5899	483:5899	3:630:5522	3:630:5522
	Figueira	17:067:5945	15:508:5845	4:559:5100	15:157:5740	14:036:566	-5-	-5-	438:5000	-5-	187:5806	187:5806	1:284:5399	1:284:5399
	Louzã	14:341:5007	13:614:5272	726:5735	12:865:5307	12:146:507	-5-	-5-	135:5643	128:5143	154:5483	154:5483	1:185:5574	1:185:5574
	Montemór o Velho	13:771:5358	13:400:5590	670:5768	12:218:5097	11:794:532	-5-	-5-	277:5903	30:5903	163:5590	163:5590	1:111:5768	1:111:5768
	Soure	9:150:5729	8:184:5340	966:5389	8:298:5798	7:332:540	-5-	-5-	-5-	-5-	107:5132	107:5132	744:5799	744:5799
	Tabua	13:292:5204	12:453:5125	839:5079	12:154:5437	11:315:535	-5-	-5-	-5-	-5-	136:5461	136:5461	1:001:5306	1:001:5306
		141:608:5741	130:603:5666		124:054:5167	113:756:535	-5-	-5-	5:518:5929	4:814:5665	1:459:5317	1:459:5317	10:576:5328	10:576:5328
Evora		11:005:5075	11:005:5075		10:297:5811	-5-			707:5264	-5-			-5-	-5-
	Extremoz	33:574:5963	31:839:5057	1:735:5906	29:985:5284	28:359:570	-5-	-5-	464:5786	354:5418	389:5944	389:5944	2:734:5949	2:734:5949
	Evora	55:082:5907	54:200:5133	882:5774	48:982:5949	48:101:539	-5-	-5-	914:5235	913:5015	626:5226	626:5226	4:559:5497	4:559:5497
	Montemór o Novo	27:536:5508	27:313:5005	223:5503	24:195:5893	24:120:513	-5-	-5-	536:5571	388:5829	342:5008	342:5008	2:462:5036	2:462:5036
	Redondo	23:396:5456	23:304:5983	91:473	20:677:5888	20:586:541	-5-	-5-	210:5914	210:5914	275:5132	275:5132	2:232:5522	2:232:5522
		139:590:5834	136:657:5178		123:842:5014	121:167:568	-5-	-5-	2:126:5306	1:867:5176	1:633:5310	1:633:5310	11:989:5004	11:989:5004
		2:933:5656	2:933:5656		2:674:5326	-5-			259:5330	-5-			-5-	-5-
	Faro	(a) -5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-
	Lagos	18:504:5353	17:789:5500	714:583	16:519:5669	15:890:570	-5-	-5-	129:5897	44:5010	216:5616	216:5616	1:638:5171	1:638:5171
Faro	Loulé	18:839:5109	17:863:5290	975:5819	16:602:5470	15:640:509	-5-	-5-	177:5415	163:5970	249:5199	249:5199	1:810:5025	1:810:5025
	Silves	22:060:5143	20:243:5293	1:816:5830	19:848:5931	18:032:508	-5-	-5-	41:5651	41:5651	245:5892	245:5892	1:953:5669	1:953:5669
	Tavira	25:638:5066	23:843:5955	1:794:5111	21:389:5059	20:285:589	-5-	-5-	4:828:5802	4:137:5859	264:5866	264:5866	2:155:5339	2:155:5339
		85:041:5671	79:740:5038		74:360:5129	69:848:577	-5-	-5-	2:147:5765	4:357:5490	976:5573	976:5573	7:557:5204	7:557:5204
		5:301:5633	5:301:5633		4:511:5358	-5-			790:5275	-5-			-5-	-5-
	Ceia	10:082:5610	9:283:5420	799:5190	8:608:5835	7:854:531	-5-	-5-	181:5806	137:5436	167:5633	167:5633	1:124:5336	1:124:5336
	Celorico da Beira	11:093:5534	10:630:5807	462:5727	10:012:5589	9:549:582	-5-	-5-	2:5442	2:5442	118:5228	118:5228	960:5275	960:5275
	Gouveia	(a) -5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-	-5-
Guarda	Guarda	16:990:5348	15:316:5455	1:673:5893	14:952:5846	13:278:595	-5-	-5-	229:5097	229:5097	202:5325	202:5325	1:606:5080	1:606:5080
	Pinhel	21:365:5243	19:766:5602	1:598:5641	18:869:5657	17:557:507	-5-	-5-	598:5675	312:5614	219:5169	219:5169	1:677:5742	1:677:5742
	Sabugal	12:542:5169	12:182:5608	359:5561	10:909:5948	10:658:5610	-5-	-5-	109:5698	1:5475	192:5920	192:5920	1:329:5603	1:329:5603
	Trancoso	10:152:5813	9:537:5450	615:5363	8:413:5219	7:801:545	-5-	-5-	788:5226	784:5624	119:5782	119:5782	831:5586	831:5586
	Villa Nova de Foscôa	11:341:5170	11:049:5057	292:5113	10:041:5333	9:769:508	-5-	-5-	48:5760	29:5100	123:5292	123:5292	1:127:5585	1:127:5585
		93:567:5887	87:766:5399		81:808:5627	76:469:533	-5-	-5-	1:958:5704	1:496:5488	1:143:5349	1:143:5349	8:657:5207	8:657:5207
		5:801:5488	5:801:5488		5:339:5272	-5-			462:5216	-5-			-5-	-5-
	Alcobaça	15:516:5160	15:156:5853	359:507	13:553:5380	13:424:529	-5-	-5-	420:5028	189:5877	174:5314	174:5314	1:368:5438	1:368:5438
Leiria	Caldas	22:860:5584	20:304:5247	2:556:5337	20:127:5866	18:078:508	-5-	-5-	592:5271	85:5742	271:5280	271:5280	1:869:5167	1:869:5167
	Figueiró	10:123:5866	9:635:5802	488:5064	8:400:5719	7:999:539	-5-	-5-	413:5713	326:5976	170:5245	170:5245	1:139:5189	1:139:5189
	Leiria	19:574:5777	18:818:5227	756:5550	16:171:5467	15:581:512	-5-	-5-	4:419:5357	1:253:5149	235:5515	235:5515	1:748:5438	1:748:5438
	Pombal	11:810:5478	11:437:5323	373:5155	10:588:5173	10:228:566	-5-	-5-	33:5071	19:5424	150:5837	150:5837	1:038:5397	1:038:5397
	Porto de Moz	8:291:5583	7:957:5748	333:5835	7:056:5057	6:814:5471	-5-	-5-	44:5298	352:5019	88:5685	88:5685	702:5543	702:554

DISTRITOS	COMARCAS	ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAÇÃO DAS NOTAS	
		Liquidado	Cobrada	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Lisboa	Transporte.....	3.202.983.847	3.059.490.5730	443.493.5087	1.110.245.5402	975.216.598	1.520.440.5370	1.520.440.5370	500.569.5350	492.104.5681	11.590.5525	11.590.5525	60.138.5170	60.138.5170
	Sétilbal .....	29.468.5022	26.357.5319	3.410.5703	25.317.5587	22.206.588	-5-	-5-	640.5086	640.5086	341.5545	341.5545	3.168.5804	3.168.5804
	Torres Vedras.....	22.130.5195	20.704.5402	1.425.5793	19.630.5743	18.217.560	-5-	-5-	27.5582	44.5932	267.5345	267.5345	2.204.5525	2.204.5525
	Villa Franca.....	37.631.5953	30.592.5107	7.039.5846	34.734.5011	27.694.516	-5-	-5-	19.5528	19.5528	319.5736	319.5736	2.538.5678	2.538.5678
	Administração geral da casa da moeda	149.002.5503	149.002.5503	-5-	103.118.5999	103.118.5999	-5-	-5-	33.033.5905	33.033.5905	7.829.5436	7.829.5436	5.020.5165	5.020.5165
		3.441.216.5492	3.286.147.5063		1.293.046.5742	1.146.454.563	1.520.440.5370	1.520.440.5370	534.290.5451	525.813.5132	20.348.5587	20.348.5587	73.090.5342	73.090.5342
Portalegre		155.069.5429	155.069.5429		146.592.5110	-5-			8.477.5319	-5-			-5-	-5-
	Elvas.....	38.465.5378	36.818.5607	1.346.5771	33.269.5785	32.233.566	-5-	-5-	835.5813	525.5518	469.5854	469.5854	3.589.5926	3.589.5926
	Fronteira.....	14.637.5009	14.134.5095	522.5914	12.337.5979	11.848.585	-5-	-5-	765.5987	732.5237	172.5428	172.5428	1.380.5615	1.380.5615
	Niza.....	17.977.5848	17.608.5502	369.5346	15.994.5006	15.633.593	-5-	-5-	167.5695	158.5417	192.5746	192.5746	1.623.5401	1.623.5401
	Portalegre.....	33.943.5325	33.258.5062	685.5263	28.636.5556	28.036.558	-5-	-5-	2.021.5244	1.955.5949	377.5811	377.5811	2.887.5714	2.887.5714
		104.743.5560	101.819.5266		90.258.5326	87.753.5010	-5-	-5-	3.790.5739	3.371.5761	1.212.5839	1.212.5839	9.481.5656	9.481.5656
Porto		2.924.5294	2.924.5294		2.505.5316	-5-			418.5978	-5-			-5-	-5-
	Amarante.....	12.446.5816	11.853.5077	593.5739	11.239.5042	10.693.538	-5-	-5-	71.5310	23.5226	120.5969	120.5969	1.015.5495	1.015.5495
	Baião.....	7.480.5157	6.649.5062	831.5095	6.828.5899	5.999.5019	-5-	-5-	35.5950	34.5735	64.5937	64.5937	550.5371	550.5371
	Felgueiras.....	10.189.5949	9.977.5146	212.5803	9.134.5501	8.930.516	-5-	-5-	58.5237	49.5788	112.5759	112.5759	884.5432	884.5432
	Marco de Canavezes.....	10.829.5651	10.283.5868	545.5783	9.626.5497	9.082.588	-5-	-5-	112.5896	110.5729	105.5845	105.5845	984.5413	984.5413
	Penafiel.....	31.489.5101	31.067.5895	421.5206	28.441.5653	27.801.550	-5-	-5-	154.5002	72.5949	333.5452	333.5452	2.859.5994	2.859.5994
Santarem	Santo Thyrso.....	12.128.5033	12.063.5398	62.5635	11.090.5251	11.027.566	-5-	-5-	21.5386	21.5386	116.5842	116.5842	899.5554	899.5554
	Villa do Conde.....	20.165.5105	19.958.5122	206.5983	18.443.5548	17.962.530	-5-	-5-	112.5416	86.5673	232.5417	232.5417	1.676.5724	1.676.5724
	Louzada.....	41.986.5752	41.710.5695	276.5057	40.857.5630	40.593.5210	-5-	-5-	88.5092	76.5451	107.5843	107.5843	933.5187	933.5187
	Porto.....	250.356.5546	231.740.5724	18.645.5822	223.350.5267	205.495.5448	-5-	-5-	3.464.5019	2.673.5016	2.999.5711	2.999.5711	20.542.5549	20.542.5549
	Rebedor dos direitos eventuais.....	48.919.5163	48.919.5163	-5-	27.560.5898	27.560.588	-5-	-5-	19.785.5160	19.785.5160	-5-	-5-	4.573.5107	4.573.5107
		415.991.5275	394.195.5152		355.973.5186	335.146.543	-5-	-5-	23.903.5488	22.934.5113	4.194.5775	4.194.5775	31.919.5826	31.919.5826
Vianna		21.796.5123	21.796.5123		826.5748	-5-			969.5375	-5-			-5-	-5-
	Abrantes.....	28.304.5047	25.835.5442	2.468.5605	24.424.5910	22.687.599	-5-	-5-	1.443.5639	681.5948	298.5681	298.5681	2.166.5817	2.166.5817
	Benavente.....	28.319.5323	25.318.5618	3.000.5705	23.652.5931	20.938.597	-5-	-5-	1.368.5157	1.081.5406	383.5020	383.5020	2.915.5215	2.915.5215
	Chamusca.....	22.868.5613	21.837.5573	1.031.5040	20.318.5117	19.545.517	-5-	-5-	445.5125	487.5024	246.5531	246.5531	1.858.5840	1.858.5840
	Sanfaren.....	67.971.5542	64.086.5222	3.885.5320	51.039.5005	47.500.579	-5-	-5-	11.534.5569	11.187.5456	624.5161	624.5161	4.773.5807	4.773.5807
	Thomar.....	24.093.5813	22.961.5614	1.432.5199	21.686.5258	20.644.596	-5-	-5-	178.5472	87.5571	277.5365	277.5365	1.951.5718	1.951.5718
Villa Real	Torres Novas.....	31.470.5452	30.510.5042	960.5410	26.247.5428	25.317.547	-5-	-5-	2.462.5256	2.431.5796	326.5863	326.5863	2.433.5905	2.433.5905
		203.027.5790	190.549.5511		167.368.5649	156.635.538	-5-	-5-	17.402.5218	15.657.5201	2.156.5621	2.156.5621	16.100.5302	16.100.5302
		12.478.5279	12.478.5279		10.733.5262	-5-			1.745.5017	-5-			-5-	-5-
	Arcos de Valle de Vez.....	23.414.5126	21.441.5334	1.972.5792	20.972.5088	19.053.597	-5-	-5-	186.5375	131.5696	292.5989	292.5989	1.962.5674	1.962.5674
	Melgaço.....	6.641.5341	6.437.5924	203.5417	5.979.5897	5.776.548	-5-	-5-	60.5040	60.5040	81.5319	81.5319	520.5085	520.5085
	Monção.....	11.076.5675	10.468.5071	608.5604	9.862.5872	9.287.573	-5-	-5-	105.5640	72.5170	136.5898	136.5898	971.5265	971.5265
Villa Real	Ponte de Lima.....	21.195.5803	20.490.5900	704.5903	18.352.5309	17.657.5416	-5-	-5-	53.5859	43.5849	33			

DISTRICOS	COMARCAS	ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAGÃO DAS NOTAS	
		Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Vizeu	Armamar.....	13:099\$253	12:251\$547	847\$706	11:697\$150	10:944\$38	-§-	-§-	193\$101	98\$158	139\$464	139\$464	1:069\$538	1:069\$538
	Castro Daire.....	6:371\$641	6:196\$461	375\$180	5:946\$144	5:590\$21	-§-	-§-	53\$071	33\$819	66\$252	66\$252	506\$174	506\$174
	Lamego.....	31:242\$162	27:991\$563	3:250\$599	28:303\$719	25:062\$20	-§-	-§-	189\$314	180\$227	279\$759	279\$759	2:469\$370	2:469\$370
	Mangualde.....	14:693\$426	13:728\$077	965\$349	13:182\$175	12:383\$66	-§-	-§-	198\$967	32\$125	155\$000	155\$000	1:157\$284	1:157\$284
	Moimenta.....	12:230\$935	11:534\$487	696\$448	10:924\$106	10:393\$99	-§-	-§-	221\$058	54\$717	115\$959	115\$959	969\$812	969\$812
	Pesqueira.....	14:848\$996	12:091\$647	2:757\$349	13:245\$752	10:754\$33	-§-	-§-	398\$436	132\$484	154\$763	154\$763	1:050\$045	1:050\$045
	Resende.....	6:730\$999	5:635\$859	1:095\$140	6:169\$763	5:079\$66	-§-	-§-	61\$660	56\$620	56\$118	56\$118	443\$458	443\$458
	Santa Comba Dão.....	13:477\$877	12:661\$707	516\$170	12:022\$148	11:529\$70	-§-	-§-	63\$030	39\$305	132\$864	132\$864	959\$835	959\$835
	Sinfões.....	9:502\$477	9:081\$827	420\$650	8:601\$209	8:192\$20	-§-	-§-	51\$855	40\$145	87\$629	87\$629	761\$784	761\$784
	Tondella.....	10:783\$841	10:566\$877	216\$964	9:724\$082	9:559\$33	-§-	-§-	103\$445	51\$204	116\$979	116\$979	839\$335	839\$335
	Vizeu.....	30:931\$629	28:242\$631	2:688\$998	25:135\$744	23:327\$02	-§-	-§-	3:206\$397	2:326\$119	282\$561	282\$561	2:306\$927	2:306\$927
	Vouzella.....	12:769\$414	12:268\$162	501\$252	11:341\$782	10:986\$10	-§-	-§-	314\$674	169\$103	131\$037	131\$037	981\$921	981\$921
		176:582\$650	162:250\$845		156:293\$774	143:802\$95	-§-	-§-	5:055\$008	3:214\$026	1:718\$385	1:718\$385	13:515\$483	13:515\$483
		14:331\$805	14:331\$805		12:490\$823	-§-			1:840\$982	-§-			-§-	-§-
Angra	Angra.....	41:915\$161	39:924\$557	1:990\$604	38:778\$036	36:927\$90	1:987\$942	1:987\$566	1:058\$668	918\$573	78\$987	78\$987	11\$528	11\$528
	Ilha Graciosa.....	5:298\$431	5:298\$431		4:593\$512	4:593\$512	360\$636	360\$636	292\$587	292\$587	14\$801	14\$801	36\$595	36\$595
	Ilha de S. Jorge.....	(a) -§-	-§-		-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
		47:213\$292	45:222\$688		43:371\$548	41:521\$45	2:348\$578	2:348\$202	4:351\$255	1:214\$160	93\$788	93\$788	48\$123	48\$123
Funchal		1:990\$604	1:990\$604		1:850\$133	\$376			140\$095	-§-			-§-	-§-
	Funchal.....	29:252\$879	26:234\$630	3:018\$249	21:486\$591	18:970\$55	5:609\$771	5:609\$771	2:058\$895	4:556\$723	28\$982	28\$982	68\$640	68\$640
	Sant'Anna.....	9:364\$780	8:865\$931	498\$849	7:982\$980	7:504\$70	451\$120	451\$120	906\$639	886\$039	12\$296	12\$296	11\$745	11\$745
	Cofre central do distrito.....	1:782\$508	1:782\$508	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:782\$508	1:782\$508	-§-	-§-	-§-	-§-
		40:400\$167	36:883\$069		29:469\$571	26:475\$25	6:060\$894	6:060\$891	4:748\$042	4:225\$270	41\$278	41\$278	80\$385	80\$385
Horta		3:517\$098	3:517\$098		2:994\$326	-§-			522\$772	-§-			-§-	-§-
	Horta.....	18:265\$626	17:702\$374	563\$252	15:376\$474	15:314\$61	1:288\$720	1:288\$720	1:549\$632	1:048\$209	36\$948	36\$948	13\$852	13\$852
	Lagens das Flores.....	5:039\$449	5:039\$449	-§-	4:886\$527	4:886\$527	142\$200	142\$200	48832	48832	1\$935	1\$935	3\$905	3\$905
	Lagens do Pico.....	7:906\$933	7:857\$388	49\$545	7:442\$197	7:442\$197	393\$203	393\$203	62\$517	13\$160	507	507	8\$509	8\$509
		31:211\$978	30:599\$184		27:705\$198	27:643\$18	1:824\$123	1:824\$123	4:617\$004	1:066\$224	39\$390	39\$390	26\$266	26\$266
Ponta Delgada		612\$797	612\$797		62\$017	-§-			550\$780	-§-			-§-	-§-
	Ponta Delgada.....	75:204\$329	73:421\$083	1:783\$246	61:051\$139	59:546\$08	5:513\$259	5:513\$259	8:447\$606	8:255\$432	406\$296	406\$296	-§-	-§-
	Ribeira Grande.....	25:656\$940	25:428\$120	528\$820	25:013\$689	24:736\$88	34\$620	33\$137	598\$066	347\$566	10\$563	10\$563	-§-	-§-
	Villa Franca.....	23:281\$173	22:618\$086	663\$087	22:156\$466	21:579\$34	14\$566	14\$566	4:096\$126	4:010\$163	14\$015	14\$015	-§-	-§-
	Villa de Santa Maria.....	602\$281	558\$166	44\$115	600\$773	556\$65	-§-	-§-	-§-	-§-	1\$508	1\$508	-§-	-§-
Maiores		124:744\$723	121:725\$455		108:822\$067	106:418\$94	5:648\$474	5:560\$962	10:141\$798	9:613\$163	132\$384	132\$384	-§-	-§-
	(a) Não está ainda julgada a conta.	3:019\$268	3:019\$268		2:403\$121	87\$512			528\$635	-§-			-§-	-§-
ALFANDEGAS														
Maiores	Alfandega grande de Lisboa.....	2.627:888\$870	2.627:888\$870	-§-	2.605\$197	2.605\$197	2.564:967\$853	2.564:967\$853	6:508\$535	6:508\$533	9:707\$506	9:707\$506	44:099\$777	44:099\$777
	Alfandega municipal.....	855:034\$778	855:034\$778	-§-	16:740\$855	16:740\$855	822:857\$678	822:857\$678	1:475\$876	1:475\$876	-§-	-§-	13:960\$369	13:960\$369
	Alfandega do pescado.....	22:443\$050	22:443\$050	-§-	-§-	-§-	21:081\$498	21:081\$498	-§-	-§-	820\$871	820\$871	540\$681	540\$681
	Alfandega do Porto.....	2.094:860\$879	2.094:860\$879	-§-	3:718\$977	3:718\$977	1.999:898\$265	1.999:898\$265	28:437\$587	28:437\$587	19:660\$671	19:660\$671	43:145\$379	43:145\$379
	Alfandega de Angra.....	44:452\$943	44:452\$943	-§-	120\$957	120\$957	38:621\$507	38:621\$507	1:25					

ALFANDEGAS MENORES		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO		
Círculos	Alfandegas	Liquidado	Cobrado	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862
	De portos de mar			
	Setúbal	6:315\$957	6:315\$957	101\$601
	Faro	4:466\$370	4:466\$370	101\$601
	Lagos	2:073\$999	2:073\$999	101\$601
Algarve	Olhão	6:138\$026	6:138\$026	101\$601
	Tavira	3:542\$048	3:542\$048	101\$601
	Villa Nova de Portimão	4:483\$205	4:483\$205	101\$601
	Villa Real de Santo António	8:824\$044	8:824\$044	101\$601
		35:843\$649	35:843\$649	101\$601
		-	-	-
	Aveiro	10:528\$676	10:528\$676	170\$116
	Ericeira	4:571\$584	4:571\$584	200\$550
Ericeira	Figueira	69:550\$738	69:550\$738	181
	Pedrenera	1:877\$952	1:877\$952	-
	Peniche	2:166\$651	2:166\$651	-
	S. Martinho	1:053\$507	1:053\$507	-
		86:751\$108	86:751\$108	-
		-	-	-
Marítimas do norte	Caminha	2:152\$735	2:152\$735	-
	Espozende	450\$579	450\$579	-
	Viana	57:057\$344	57:057\$344	-
	Villa do Conde	6:530\$519	6:530\$519	-
		66:491\$177	66:491\$177	-
		-	-	-
	De portos secos			
Almeida	Almeida	1:206\$847	1:206\$847	-
	Freixo	854\$294	854\$294	-
	Villar Torpim	362\$835	362\$835	-
		2:423\$976	2:423\$976	-
		-	-	-
Bragança	Bragança	3:299\$474	3:299\$474	-
	Chaves	3:960\$735	3:960\$735	-
	Miranda	976\$735	976\$735	-
	Montalegre	629\$793	629\$793	-
	Vinhaes	1:109\$986	1:109\$986	-
		9:976\$723	9:976\$723	-
		-	-	-
Castello Branco	Castello Branco	597\$196	597\$196	-
	Castello de Vide	397\$753	397\$723	-
	Montalvão	52\$844	52\$844	-
	Portalegre	136\$302	136\$302	-
		1:184\$095	1:184\$095	-
		-	-	-
Elvas	Aronches	353\$960	353\$960	-
	Campo Maior	551\$501	551\$501	-
	Elvas	1:527\$156	1:527\$156	-
	Villa Viçosa	441\$198	441\$198	-
		2:873\$845	2:873\$845	-
		-	-	-

ALFANDEGAS MENORES		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISADA DAS NOTAS	
Círculos	Alfandegas	Liquidado	Cobrado	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
	De portos de mar													
	Setúbal	6:315\$957	6:315\$957	101\$601	185\$039	185\$039	4:522\$377	4:522\$377	10\$000	10\$000	1:128\$063	1:128\$063	470\$458	470\$458
	Faro	4:466\$370	4:466\$370	101\$601	63\$876	63\$876	3:527\$760	3:527\$760	540	540	564\$996	564\$996	309\$338	309\$338
	Lagos	2:073\$999	2:073\$999	101\$601	89\$153	89\$153	1:790\$529	1:790\$529	-	-	81\$947	81\$947	112\$368	112\$368
Algarve	Olhão	6:138\$026	6:138\$026	101\$601	123\$310	123\$310	5:501\$361	5:501\$361	58\$969	58\$969	201\$788	201\$788	252\$598	252\$598
	Tavira	3:542\$048	3:542\$048	101\$601	91\$617	91\$617	2:930\$773	2:930\$773	28\$474	28\$474	286\$095	286\$095	205\$089	205\$089
	Villa Nova de Portimão	4:483\$205	4:483\$205	101\$601	113\$997	113\$997	2:752\$011	2:752\$011	58\$891	58\$891	1:224\$415	1:224\$415	333\$891	333\$891
	Villa Real de Santo António	8:824\$044	8:824\$044	101\$601	170\$691	170\$691	7:624\$042	7:624\$042	-	-	502\$501	502\$501	526\$810	526\$810
		35:843\$649	35:843\$649	101\$601	837\$705	837\$705	28:648\$853	28:648\$853	156\$734	156\$734	3:989\$805	3:989\$805	2:210\$552	2:210\$552
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Aveiro	10:528\$676	10:528\$676	170\$116	117\$930	117\$930	8:917\$426	8:917\$426	806\$845	806\$845	297\$323	297\$323	389\$152	389\$152
	Ericeira	4:571\$584	4:571\$584	200\$550	26\$514	26\$514	1:359\$281	1:359\$281	417\$819	417\$819	27\$235	27\$235	40\$735	40\$735
Ericeira	Figueira	69:550\$738	69:550\$738	181	367\$740	367\$740	54:577\$499	54:577\$499	8:790\$198	8:790\$198	1:186\$627	1:186\$627	4:628\$674	4:628\$674
	Pedrenera	1:877\$952	1:877\$952	-	36\$475	36\$475	1:631\$074	1:631\$074	153\$798	153\$798	30\$138	30\$138	26\$467	26\$467
	Peniche	2:166\$651	2:166\$651	-	34\$686	34\$686	2:005\$772	2:005\$772	22\$988	22\$988	44\$594	44\$594	58\$611	58\$611
	S. Martinho	1:053\$507	1:053\$507	-	25\$614	25\$614	706\$329	706\$329	265\$719	265\$719	4\$035	4\$035	56\$810	56\$810
		86:751\$108	86:751\$108	-	608\$959	608\$959	69:197\$381	69:197\$381	10:157\$367	10:157\$367	1:586\$952	1:586\$952	5:200\$449	5:200\$449
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimas do norte	Caminha	2:152\$735	2:152\$735	-	181\$518	181\$518	1:675\$918	1:675\$918	2\$775	2\$775	171\$244	171\$244	121\$280	121\$280
	Espozende	450\$579	450\$579	-	10\$128	10\$128	376\$891	376\$891	36\$120	36\$120	7\$692	7\$692	19\$748	19\$748
	Viana	57:057\$344	57:057\$344	-	129\$420	129\$420	52:639\$916	52:639\$916	19\$732	19\$732	890\$728	890\$728	3:377\$548	3:377\$548
	Villa do Conde	6:530\$519	6:530\$519	-	43\$002	43\$002	5:917\$026	5:917\$026	11\$444	11\$444	143\$942	143\$942	415\$105	415\$105
		66:491\$177	66:491\$177	-	364\$068	364\$068	60:609\$751	60:609\$751	70\$071	70\$071	1:213\$606	1:213\$606	3:933\$681	3:933\$681
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	De portos secos													

ALFANDEGAS MENORES		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIACAO		IMPOSTO PARA A AMORTISAGÃO DAS NOTAS	
Círculos	Alfandegas	Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Mertola	Alcoutim.....	196.559	196.559	-	14.585	14.585	123.537	123.537	-	-	43.5001	43.5001	15.5136	15.5136
Mertola	Mertola.....	788.5799	788.5799	000.00	14.520	14.520	501.5642	501.5642	-	-	220.5933	220.5933	51.5944	51.5944
Moura	Moura.....	484.5274	484.5274	000.00	25.509	25.509	272.5618	272.5618	-	-	157.5230	157.5230	29.5331	29.5331
Serpente	Mourão.....	1.379.5383	1.379.5383	-	17.502	17.502	1.167.5248	1.167.5248	-	-	69.5426	69.5426	125.5684	125.5684
Serpente	Serpente.....	599.5790	599.5790	000.00	27.501	27.501	442.5322	442.5322	-	-	84.5321	84.5321	46.5137	46.5137
Alcoutim	Alcoutim.....	3.448.5805	3.448.5805	000.00	97.5995	97.5995	2.507.5667	2.507.5667	-	-	574.5911	574.5911	268.5232	268.5232
Idanha a Nova	Idanha a Nova.....	512.5708	512.5708	-	25.5095	25.5095	404.5955	404.5955	-	-	60.5453	60.5453	22.5205	22.5205
Sabugal	Penamacor.....	(a) -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sabugal	Sabugal.....	292.5940	292.5940	-	76.559	76.559	182.5449	182.5449	-	-	19.5335	19.5335	14.5647	14.5647
Vilar Maior	Vilar Maior.....	679.5152	679.5152	-	250.5827	250.5827	335.5396	335.5396	-	-	52.5880	52.5880	40.5049	40.5049
Valença	Valença.....	1.484.5800	1.484.5800	-	352.5431	352.5431	922.5800	922.5800	-	-	132.5668	132.5668	76.5901	76.5901
Das ilhas	Das ilhas.....	13.024.5179	13.024.5179	-	4.104.5648	4.104.5648	10.530.5120	10.530.5120	-	-	472.5288	472.5288	897.5423	897.5423
Angra	Ilha Graciosa.....	368.5458	368.5458	11.5004	11.5004	296.5786	296.5786	17.5233	17.5233	8.5568	8.5568	34.5867	34.5867	
Horta	Ilha de S. Jorge.....	462.5480	462.5480	-	28.5616	28.5616	367.5394	367.5394	20.5644	20.5644	13.5431	13.5431	32.5395	32.5395
Horta	Ilha das Flores.....	428.5688	428.5688	-	-	-	325.5555	325.5555	73.5920	73.5920	-	-	29.5213	29.5213
Ponta Delgada	Ilha de Santa Maria.....	20.5792	20.5792	-	-	3.5172	3.5172	17.5132	17.5132	5.5096	5.5096	5.5392	5.5392	
(a)	(a) Não estão ainda julgadas as contas.		1.280.5418	1.280.5418	39.5620	39.5620	992.5907	992.5907	128.5929	128.5929	22.5095	22.5095	96.5867	96.5867
COFRES DEPENDENTES DOS MINISTÉRIOS														
Ministérios	Cofres	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00	000.00
Academia real das sciencias	Academia real das sciencias.....	1.242.5325	1.242.5325	-	-	-	-	1.242.5325	1.242.5325	-	-	-	-	-
Administração do diario	Administração do diario.....	15.485.5260	15.485.5260	-	-	-	-	15.485.5260	15.485.5260	-	-	-	-	-
Conselho de saude publica	Conselho de saude publica.....	4.247.5908	4.247.5908	-	-	-	-	4.247.5908	4.247.5908	-	-	-	-	-
Escola medica de Lisboa	Escola medica de Lisboa.....	1.084.5860	1.084.5860	-	985.5260	985.5260	-	-	-	-	-	-	99.5600	99.5600
Reino	Escola medica do Porto.....	1.872.5860	1.872.5860	-	-	-	-	1.872.5860	1.872.5860	-	-	-	-	-
Escola polytechnica	Escola polytechnica.....	8.144.5017	8.144.5017	-	-	-	-	8.002.5227	8.002.5227	-	-	141.5790	141.5790	141.5790
Imprensa nacional	Imprensa nacional.....	92.728.5787	92.728.5787	-	-	-	-	92.728.5787	92.728.5787	-	-	-	-	-
Imprensa da universidade	Imprensa da universidade.....	12.763.5210	12.763.5210	-	-	-	-	12.763.5210	12.763.5210	-	-	-	-	-
Universidade	Universidade.....	49.591.5488	49.591.5488	-	17.801.5280	17.801.5280	-	-	-	-	879.5984	879.5984	910.5224	910.5224
Arsenal do exercito	Arsenal do exercito.....	457.160.5715	457.160.5715	-	18.786.5540	18.786.5540	-	-	136.342.5577	136.342.5577	-	-	1.151.5614	1.151.5614
Escola do exercito	Escola do exercito.....	50.427.5514	50.427.5514	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital de Runa	Hospital de Runa.....	811.5035	811.5035	-	-	-	-	811.5035	811.5035	-	-	-	-	-
55.104.5409	55.104.5409	3.865.5860	3.865.5860	-	-	-	-	3.865.5860	3.865.5860	-	-	-	-	-
55.104.5409	55.104.5409	-	-	-	-	-	-	55.104.5409	55.104.5409	-	-	-	-	-

COFRES DEPENDENTES DOS MINISTÉRIOS		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA AMORTISAÇÃO DAS NOTAS	
Ministérios	Cofres	Liquidado	Bobranga	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Marinha	Conselho de saude naval.....	2:998\$300	2:998\$300	-	-	-	-	-	2:998\$300	2:998\$300	-	-	-	-
	Thesouraria da marinha.....	727\$467	727\$467	-	-	-	-	-	727\$467	727\$467	-	-	-	-
		3:725\$767	3:725\$767	-	-	-	-	-	3:725\$767	3:725\$767	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Administração geral das matas.....	46:780\$693	46:780\$693	-	-	-	-	-	46:780\$693	46:780\$693	-	-	-	-
	Instituto agrícola.....	(a) -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Instituto industrial.....	3:665\$797	3:665\$797	-	-	-	-	-	3:665\$797	3:665\$797	-	-	-	-
	Intendencia das obras publicas.....	6:539\$310	6:539\$310	-	-	-	-	-	6:539\$310	6:539\$310	-	-	-	-
	Telegraphos.....	(a) -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Direcções das obras publicas:													
	de Aveiro.....	228\$045	228\$045	-	-	-	-	-	228\$045	228\$045	-	-	-	-
	de Beja.....	5\$000	5\$000	-	-	-	-	-	5\$000	5\$000	-	-	-	-
	de Braga.....	40\$120	40\$120	-	-	-	-	-	40\$120	40\$120	-	-	-	-
	de Bragança.....	42\$240	42\$240	-	-	-	-	-	42\$240	42\$240	-	-	-	-
	de Castello Branco.....	-	9-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de Coimbra.....	639\$485	639\$485	-	-	-	-	-	639\$485	639\$485	-	-	-	-
	de Evora.....	57\$160	57\$160	-	-	-	-	-	57\$160	57\$160	-	-	-	-
	de Faro.....	(a) -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	da Guarda.....	20\$250	20\$250	-	-	-	-	-	20\$250	20\$250	-	-	-	-
	de Leiria.....	68\$090	68\$090	-	-	-	-	-	68\$090	68\$090	-	-	-	-
	de Portalegre.....	15\$000	15\$000	-	-	-	-	-	15\$000	15\$000	-	-	-	-
	do Porto.....	1:596\$985	1:596\$985	-	-	-	-	-	1:596\$985	1:596\$985	-	-	-	-
	de Santarem.....	(a) -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de Vianna.....	4\$000	4\$000	-	-	-	-	-	4\$000	4\$000	-	-	-	-
	de Villa Real.....	488\$045	488\$045	-	-	-	-	-	488\$045	488\$045	-	-	-	-
	de Vizeu.....	202\$925	202\$925	-	-	-	-	-	202\$925	202\$925	-	-	-	-
	do Tejo.....	113\$600	113\$600	-	-	-	-	-	113\$600	113\$600	-	-	-	-
	da Figueira.....	5\$500	5\$500	-	-	-	-	-	5\$500	5\$500	-	-	-	-
	Comissão dos pesos e medidas.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		60:512\$245	60:512\$245	-	-	-	-	-	60:512\$245	60:512\$245	-	-	-	-
	Pontes:													
	do Forno.....	1:088\$303	1:088\$303	-	-	-	-	-	1:088\$303	1:088\$303	-	-	-	-
	de Paredes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	do Pico.....	1:234\$568	1:234\$568	-	-	-	-	-	1:234\$568	1:234\$568	-	-	-	-
	das Regadas.....	631\$372	631\$372	-	-	-	-	-	631\$372	631\$372	-	-	-	-
	de Tolões .....	614\$551	614\$551	-	-	-	-	-	614\$551	614\$551	-	-	-	-
	(a) Não estão ainda julgadas as contas.	3:558\$794	3:558\$794	-	-	-	-	-	3:558\$794	3:558\$794	-	-	-	-
	CORREIOS													
MINISTÉRIOS	Círculos	Correios												
Obras publicas	Beja.....	Aljustrel.....	5\$805	5\$805	-	-	-	-	5\$805	5\$805	-	-	-	-
		Alvito.....	13\$735	13\$735	-	-	-	-	13\$735	13\$735	-	-	-	-
		Almodovar.....	24\$470	24\$470	-	-	-	-	24\$470	24\$470	-	-	-	-
		Beja.....	2:800\$100	2:800\$100	-	-	-	-	2:800\$100	2:800\$100	-	-	-	-
		Castro Verde.....	4\$615	4\$615	-	-	-	-	4\$615	4\$615	-	-	-	-
		Cuba.....	24\$450	24\$450	-	-	-	-	24\$450	24\$450	-	-	-	-
		Ferreira.....	7\$585	7\$585	-	-	-	-	7\$585	7\$585	-	-	-	-
		Mertola.....	80\$335	80\$335	-	-	-	-	80\$335	80\$335	-	-	-	-
		Messejana.....	2\$810	2\$810	-	-	-	-	2\$810	2\$810	-	-	-	-
		Moura.....	168\$830	168\$830	-	-	-	-	168\$830	168\$830	-	-	-	-
			3:132\$735	3:132\$735	-	-	-	-	3:132\$735	3:132\$735	-	-	-	-

MINISTÉRIOS	CORREIOS		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAÇÃO DAS NOTAS	
	Círculos	Correios	Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Beja	Transporte	3:132\$735	3:432\$735	-	-	-	-	-	-	3:132\$735	3:132\$735	-	-	-	-
	Odemira	18\$925	18\$925	-	-	-	-	-	-	18\$925	18\$925	-	-	-	-
	Ourique	20\$295	20\$295	-	-	-	-	-	-	20\$295	20\$295	-	-	-	-
	Serpa	61\$735	61\$735	-	-	-	-	-	-	61\$735	61\$735	-	-	-	-
	Vianna do Alentejo	19\$510	19\$510	-	-	-	-	-	-	19\$510	19\$510	-	-	-	-
	Vidigueira	9\$190	9\$190	-	-	-	-	-	-	9\$190	9\$190	-	-	-	-
	Torrão	10\$625	10\$625	-	-	-	-	-	-	10\$625	10\$625	-	-	-	-
Coimbra		3:273\$015	3:273\$015	-	-	-	-	-	-	3:273\$015	3:273\$015	-	-	-	-
	Agueda	210\$660	210\$660	-	-	-	-	-	-	210\$660	210\$660	-	-	-	-
	Albergaria Velha	270\$950	270\$950	-	-	-	-	-	-	270\$950	270\$950	-	-	-	-
	Anadia	148\$845	148\$845	-	-	-	-	-	-	148\$845	148\$845	-	-	-	-
	Arganil	85\$740	85\$740	-	-	-	-	-	-	85\$740	85\$740	-	-	-	-
	Aveiro	390\$830	390\$830	-	-	-	-	-	-	390\$830	390\$830	-	-	-	-
	Avô	12\$410	12\$410	-	-	-	-	-	-	12\$410	11\$410	-	-	-	-
	Cantanhede	42\$510	42\$510	-	-	-	-	-	-	42\$510	42\$510	-	-	-	-
	Ceia	62\$590	62\$590	-	-	-	-	-	-	62\$590	62\$590	-	-	-	-
	Coimbra	14:307\$455	14:307\$455	-	-	-	-	-	-	14:307\$455	14:307\$455	-	-	-	-
	Condeixa Nova	58\$030	58\$030	-	-	-	-	-	-	58\$030	58\$030	-	-	-	-
	Figueira da Foz	707\$815	707\$815	-	-	-	-	-	-	707\$815	707\$815	-	-	-	-
	Mealhada	73\$285	73\$285	-	-	-	-	-	-	73\$285	73\$285	-	-	-	-
	Montemor o Novo	50\$700	50\$700	-	-	-	-	-	-	50\$700	50\$700	-	-	-	-
	Mortaga	12\$590	12\$590	-	-	-	-	-	-	12\$590	12\$590	-	-	-	-
	Oliveira do Hospital	13\$140	13\$140	-	-	-	-	-	-	13\$140	13\$140	-	-	-	-
	Penella	31\$850	31\$850	-	-	-	-	-	-	31\$850	31\$850	-	-	-	-
	Pombal	59\$080	59\$080	-	-	-	-	-	-	59\$080	59\$080	-	-	-	-
	Redinha	2\$245	2\$245	-	-	-	-	-	-	2\$245	2\$245	-	-	-	-
	Santa Comba Dão	79\$185	79\$185	-	-	-	-	-	-	79\$185	79\$185	-	-	-	-
	Sandomil	6\$430	6\$430	-	-	-	-	-	-	6\$430	6\$430	-	-	-	-
	Soure	53\$225	53\$225	-	-	-	-	-	-	53\$225	53\$225	-	-	-	-
	Tábua	12\$805	12\$805	-	-	-	-	-	-	12\$805	12\$805	-	-	-	-
	Tondela	57\$995	57\$995	-	-	-	-	-	-	57\$995	57\$995	-	-	-	-
	Santo André	32\$075	32\$075	-	-	-	-	-	-	32\$075	32\$075	-	-	-	-
		16:782\$440	16:782\$440	-	-	-	-	-	-	16:782\$440	16:782\$440	-	-	-	-
Extremoz	Alter do Chão	19\$417	19\$417	-	-	-	-	-	-	19\$417	19\$417	-	-	-	-
	Arraiolos	19\$419	19\$419	-	-	-	-	-	-	19\$419	19\$419	-	-	-	-
	Aviz	42\$790	42\$790	-	-	-	-	-	-	42\$790	42\$790	-	-	-	-
	Borba	32\$602	32\$602	-	-	-	-	-	-	32\$602	32\$602	-	-	-	-
	Campo Maior	66\$530	66\$530	-	-	-	-	-	-	66\$530	66\$530	-	-	-	-
	Crato	43\$850	43\$850	-	-	-	-	-	-	43\$850	43\$850	-	-	-	-
	Elvas	163\$121	163\$121	-	-	-	-	-	-	163\$121	163\$121	-	-	-	-
	Evora	216\$332	216\$332	-	-	-	-	-	-	216\$332	216\$332	-	-	-	-
	Extremoz	6:399\$579	6:399\$579	-	-	-	-	-	-	6:399\$579	6:399\$579	-	-	-	-
	Fronteira	24\$915	24\$915	-	-	-	-	-	-	24\$915	24\$915	-	-	-	-
	Monforte	15\$685	15\$685	-	-	-	-	-	-	15\$685	15\$685	-	-	-	-
	Niza	21\$647	21\$647	-	-	-	-	-	-	21\$647	21\$647	-	-	-	-
	Portalegre	187\$434	187\$434	-	-	-	-	-	-	187\$434	187\$434	-	-	-	-
	Portel	24\$741	24\$741	-	-	-	-	-	-	24\$741	24\$741	-	-	-	-
	Redondo	13\$510	13\$510	-	-	-	-	-	-	13\$510	13\$510	-	-	-	-
	Souzel	8\$770	8\$770	-	-	-	-	-	-	8\$770	8\$770	-	-	-	-
	Villa Viçosa	62\$279	62\$279	-	-	-	-	-	-	62\$279	62\$279	-	-	-	-
		7:562\$621	7:562\$621	-	-	-	-	-	-	7:562\$621	7:562\$621	-	-	-	-
Faro	Albufeira	37\$539	37\$539	-	-	-	-	-	-	37\$539	37\$539	-	-	-	-
	Alcoutim	8\$211	8\$211	-	-	-	-	-	-	8\$211	8\$211	-	-	-	-
		45\$750	45\$750	-	-	-	-	-	-	45\$750	45\$750	-	-	-	-

MINISTÉRIOS	CORREIOS		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAÇÃO DAS NOTAS	
	Círculos	Correios	Liquidado	Cobrado	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Faro.	Transporte.....		45.5750	45.5750	-	-	-	-	-	45.5750	45.5750	-	-	-	-
	Castro Marim.....	4.5295	4.5295	-	-	-	-	-	-	4.5295	4.5295	-	-	-	-
	Faro.....	4.104.5416	4.104.5416	-	-	-	-	-	-	4.104.5416	4.104.5416	-	-	-	-
	Lagôa.....	37.5901	37.5901	-	-	-	-	-	-	37.5901	37.5901	-	-	-	-
	Lagos.....	181.5035	181.5035	-	-	-	-	-	-	181.5035	181.5035	-	-	-	-
	Loulé.....	41.5596	41.5596	-	-	-	-	-	-	41.5596	41.5596	-	-	-	-
	Olhão.....	77.5331	77.5331	-	-	-	-	-	-	77.5331	77.5331	-	-	-	-
	Silves.....	41.5052	41.5052	-	-	-	-	-	-	41.5052	41.5052	-	-	-	-
	Tavira.....	84.5104	84.5104	-	-	-	-	-	-	84.5104	84.5104	-	-	-	-
	Villa Nova de Portimão.....	131.5169	131.5169	-	-	-	-	-	-	131.5169	131.5169	-	-	-	-
Obras publicas.	Villa Real de Santo Antonio.....	77.5050	77.5050	-	-	-	-	-	-	77.5050	77.5050	-	-	-	-
		4.825.5699	4.825.5699	-	-	-	-	-	-	4.825.5699	4.825.5699	-	-	-	-
	Alcacer.....	66.5053	66.5053	-	-	-	-	-	-	66.5053	66.5053	-	-	-	-
	Alcobaca.....	87.5305	87.5305	-	-	-	-	-	-	87.5305	87.5305	-	-	-	-
	Alcoentre.....	41.5360	41.5360	-	-	-	-	-	-	41.5360	41.5360	-	-	-	-
	Aldeia Gallega.....	39.5250	39.5250	-	-	-	-	-	-	39.5250	39.5250	-	-	-	-
	Alemquer.....	84.5184	84.5184	-	-	-	-	-	-	84.5184	84.5184	-	-	-	-
	Alhandra.....	21.5870	21.5870	-	-	-	-	-	-	21.5870	21.5870	-	-	-	-
	Alverca.....	3.5000	3.5000	-	-	-	-	-	-	3.5000	3.5000	-	-	-	-
	Angra.....	1.797.5325	1.797.5325	-	-	-	-	-	-	1.797.5325	1.797.5325	-	-	-	-
Lisboa.	Arruda.....	13.5949	13.5949	-	-	-	-	-	-	13.5949	13.5949	-	-	-	-
	Athouguia.....	2.5480	2.5480	-	-	-	-	-	-	2.5480	2.5480	-	-	-	-
	Azambuja.....	17.5000	17.5000	-	-	-	-	-	-	17.5000	17.5000	-	-	-	-
	Azeitão.....	6.5920	6.5920	-	-	-	-	-	-	6.5920	6.5920	-	-	-	-
	Barreiro.....	54.5150	54.5150	-	-	-	-	-	-	54.5150	54.5150	-	-	-	-
	Batalha.....	10.5882	10.5882	-	-	-	-	-	-	10.5882	10.5882	-	-	-	-
	Caldas.....	165.5925	165.5925	-	-	-	-	-	-	165.5925	165.5925	-	-	-	-
	Carregado.....	7.5790	7.5790	-	-	-	-	-	-	7.5790	7.5790	-	-	-	-
	Cartaxo.....	28.5995	28.5995	-	-	-	-	-	-	28.5995	28.5995	-	-	-	-
	Cascaes.....	41.5150	41.5150	-	-	-	-	-	-	41.5150	41.5150	-	-	-	-
Lisboa.	Castanheira.....	5.5930	5.5930	-	-	-	-	-	-	5.5930	5.5930	-	-	-	-
	Cezimbra.....	12.5216	12.5216	-	-	-	-	-	-	12.5216	12.5216	-	-	-	-
	Cintra.....	105.5166	105.5166	-	-	-	-	-	-	105.5166	105.5166	-	-	-	-
	Funchal.....	2.498.5760	2.498.5760	-	-	-	-	-	-	2.498.5760	2.498.5760	-	-	-	-
	Grandola.....	23.5520	23.5520	-	-	-	-	-	-	23.5520	23.5520	-	-	-	-
	Horta.....	1.554.5695	1.554.5695	-	-	-	-	-	-	1.554.5695	1.554.5695	-	-	-	-
	Leiria.....	121.5310	121.5310	-	-	-	-	-	-	121.5310	121.5310	-	-	-	-
	Lisboa.....	168.784.5759	168.784.5759	-	-	-	-	-	-	168.784.5759	168.784.5759	-	-	-	-
	Lourinhã.....	6.5440	6.5440	-	-	-	-	-	-	6.5440	6.5440	-	-	-	-
	Mafra.....	100.5693	100.5693	-	-	-	-	-	-	100.5693	100.5693	-	-	-	-
Setubal.	Moita.....	25.5615	25.5615	-	-	-	-	-	-	25.5615	25.5615	-	-	-	-
	Montemór o Novo.....	92.5181	92.5181	-	-	-	-	-	-	92.5181	92.5181	-	-	-	-
	Obidos.....	12.5131	12.5131	-	-	-	-	-	-	12.5131	12.5131	-	-	-	-
	Oeiras.....	31.5623	31.5623	-	-	-	-	-	-	31.5623	31.5623	-	-	-	-
	Palmella.....	2.5875	2.5875	-	-	-	-	-	-	2.5875	2.5875	-	-	-	-
	Peniche.....	46.5762	46.5762	-	-	-	-	-	-	46.5762	46.5762	-	-	-	-
	Ponta Delgada.....	1.826.5255	1.826.5255	-	-	-	-	-	-	1.826.5255	1.826.5255	-	-	-	-
	Porto de Moz.....	5.5635	5.5635	-	-	-	-	-	-	5.5635	5.5635	-	-	-	-
	Ribaldeira.....	11.5775	11.5775	-	-	-	-	-	-	11.5775	11.5775	-	-	-	-
	Rio Maior.....	8.5490	8.5490	-	-	-	-	-	-	8.5490	8.5490	-	-	-	-
Sobral.	Sacavem.....	38.5935	38.5935	-	-	-	-	-	-	38.5935	38.5935	-	-	-	-
	S. Thiago do Cacem.....	54.5332	54.5332	-	-	-	-	-	-	54.5332	54.5332	-	-	-	-
	Seixal.....	77.5245	77.5245	-	-	-	-	-	-	77.5245	77.5245	-	-	-	-
	Setubal.....	563.5525	563.5525	-	-	-	-	-	-	563.5525	595.5525	-	-	-	-
	Sobral.....	12.5280	12.5280	-	-	-	-	-	-	12.5280	12.5280	-	-	-	-
		178.514.5758	178.514.5758	-	-	-	-	-	-	178.514.5758	178.514.5758	-	-	-	-

MINISTERIOS	CORREIOS		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAES E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAGAO DAS NOTAS	
	Círculos	Correios	Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Lisboa	Transporte.....		178:514\$758	178:514\$758	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	178:514\$758	178:514\$758	-§-	-§-	-§-	-§-
	Torres Vedras.....		72\$600	72\$600	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	72\$600	72\$600	-§-	-§-	-§-	-§-
	Vendas Novas.....		53\$270	53\$270	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	53\$270	53\$270	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa Franca.....		26\$935	26\$935	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	26\$935	26\$935	-§-	-§-	-§-	-§-
	Almada.....		216\$993	216\$993	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	216\$993	216\$993	-§-	-§-	-§-	-§-
			178:884\$556	178:884\$556	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	178:884\$556	178:884\$556	-§-	-§-	-§-	-§-
	Amarante.....		680\$324	680\$324	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	680\$324	680\$324	-§-	-§-	-§-	-§-
	Arouca.....		410\$828	410\$828	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	410\$828	410\$828	-§-	-§-	-§-	-§-
	Bemposta.....		114\$440	114\$440	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	114\$440	114\$440	-§-	-§-	-§-	-§-
Porto	Braga.....		4:332\$719	4:332\$719	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	4:332\$719	4:332\$719	-§-	-§-	-§-	-§-
	Cabeceiras de Basto.....		382\$214	382\$214	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	382\$214	382\$214	-§-	-§-	-§-	-§-
	Celorico de Basto.....		401\$185	401\$185	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	401\$185	401\$185	-§-	-§-	-§-	-§-
	Fafe.....		903\$877	903\$877	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	903\$877	903\$877	-§-	-§-	-§-	-§-
	Feira.....		1:066\$983	1:066\$983	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:066\$983	1:066\$983	-§-	-§-	-§-	-§-
	Felgueiras.....		885\$885	885\$885	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	885\$885	885\$885	-§-	-§-	-§-	-§-
	Guimarães.....		1:676\$470	1:676\$470	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:676\$470	1:676\$470	-§-	-§-	-§-	-§-
	Lixa.....		626\$435	626\$435	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	626\$435	626\$435	-§-	-§-	-§-	-§-
	Louzada.....		706\$852	706\$852	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	706\$852	706\$852	-§-	-§-	-§-	-§-
	Mesão Frio.....		247\$205	247\$205	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	247\$205	247\$205	-§-	-§-	-§-	-§-
Obras publicas	Mondim.....		135\$454	135\$454	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	135\$454	135\$454	-§-	-§-	-§-	-§-
	Montalegre.....		82\$677	82\$677	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	82\$677	82\$677	-§-	-§-	-§-	-§-
	Oliveira de Azemeis.....		1:171\$864	1:171\$864	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:171\$864	1:171\$864	-§-	-§-	-§-	-§-
	Ovar.....		197\$199	197\$199	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	197\$199	197\$199	-§-	-§-	-§-	-§-
	Paredes.....		273\$617	273\$617	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	273\$617	273\$617	-§-	-§-	-§-	-§-
	Penafiel.....		1:404\$710	1:404\$710	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:404\$710	1:404\$710	-§-	-§-	-§-	-§-
	Peso da Regua.....		349\$978	349\$978	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	349\$978	349\$978	-§-	-§-	-§-	-§-
	Porto.....		79:363\$242	79:363\$242	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	79:363\$242	79:363\$242	-§-	-§-	-§-	-§-
	Ruiães.....		119\$370	119\$370	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	119\$370	119\$370	-§-	-§-	-§-	-§-
	Santa Cruz.....		215\$865	215\$865	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	215\$865	215\$865	-§-	-§-	-§-	-§-
Santarem	Santo Thyrso.....		383\$737	383\$737	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	383\$737	383\$737	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa do Conde.....		1:749\$195	1:749\$195	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:749\$195	1:749\$195	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa Nova de Famalicão.....		1:556\$534	1:556\$534	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:556\$534	1:556\$534	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa Verde.....		419\$143	419\$143	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	419\$143	419\$143	-§-	-§-	-§-	-§-
			99:858\$002	99:858\$002	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	99:858\$002	99:858\$002	-§-	-§-	-§-	-§-
	Abrantes.....		159\$510	159\$510	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	159\$510	159\$510	-§-	-§-	-§-	-§-
	Alvaiazere.....		30\$735	30\$735	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	30\$735	30\$735	-§-	-§-	-§-	-§-
	Benavente.....		28\$855	28\$855	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	28\$855	28\$855	-§-	-§-	-§-	-§-
	Castello Branco.....		109\$530	109\$530	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	109\$530	109\$530	-§-	-§-	-§-	-§-
Santarem	Chamusca.....		24\$035	24\$035	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	24\$035	24\$035	-§-	-§-	-§-	-§-
	Constancia.....		35\$985	35\$985	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	35\$985	35\$985	-§-	-§-	-§-	-§-
	Coruche.....		5\$590	5\$590	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	5\$590	5\$590	-§-	-§-	-§-	-§-
	Covilhá.....		90\$000	90\$000	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	90\$000	90\$000	-§-	-§-	-§-	-§-
	Ferreira do Zezere.....		18\$915	18\$915	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	18\$915	18\$915	-§-	-§-	-§-	-§-
	Figueiró dos Vinhos.....		30\$245	30\$245	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	30\$245	30\$245	-§-	-§-	-§-	-§-
	Fundão.....		32\$100	32\$100	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	32\$100	32\$100	-§-	-§-	-§-	-§-
	Gollegã.....		74\$745	74\$745	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	74\$745	74\$745	-§-	-§-	-§-	-§-
	Idanha.....		54\$910	54\$910	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	54\$910	54\$910	-§-	-§-	-§-	-§-
	Salvaterra.....		16\$350	16\$350	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	16\$350	16\$350	-§-	-§-	-§-	-§-
Santarem	Santarem.....		9:091\$455	9:091\$455	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	9:091\$455	9:091\$455	-§-	-§-	-§-	-§-
	Certã.....		56\$850	56\$850	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	56\$850	56\$850	-§-	-§-	-§-	-§-
	Thomar.....		86\$305	86\$305	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	86\$305	86\$305	-§-	-§-	-§-	-§-
	Torres Novas.....		68\$710	68\$710	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-						

MINISTERIOS	CORREIOS		ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAES E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIACÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAGÃO DAS NOTAS	
	Circulos	Correios	Liquidado	Cobrança	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
Viana	Arcos de Valle de Vez.....	461\$580	461\$580	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	461\$580	461\$580	-§-	-§-	-§-	-§-
	Barcellos .....	1:163\$756	1:163\$756	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	1:163\$756	1:163\$756	-§-	-§-	-§-	-§-
	Caminha .....	330\$942	330\$942	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	330\$942	330\$942	-§-	-§-	-§-	-§-
	Espozende .....	348\$965	348\$965	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	348\$965	348\$965	-§-	-§-	-§-	-§-
	Melgaço .....	221\$810	221\$810	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	221\$810	221\$810	-§-	-§-	-§-	-§-
	Monção .....	329\$196	329\$196	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	329\$196	329\$196	-§-	-§-	-§-	-§-
	Ponte da Barca .....	207\$985	207\$985	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	207\$985	207\$985	-§-	-§-	-§-	-§-
	Ponte de Lima .....	473\$935	473\$935	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	473\$935	473\$935	-§-	-§-	-§-	-§-
	Valença .....	553\$555	553\$555	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	553\$555	553\$555	-§-	-§-	-§-	-§-
	Viana .....	9:005\$886	9:005\$886	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	9:005\$886	9:005\$886	-§-	-§-	-§-	-§-
Villa Real	Villa Nova de Cerveira.....	231\$498	231\$498	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	231\$498	231\$498	-§-	-§-	-§-	-§-
		13:329\$108	13:329\$108	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	13:329\$108	13:329\$108	-§-	-§-	-§-	-§-
	Bragança .....	202\$304	202\$304	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	202\$304	202\$304	-§-	-§-	-§-	-§-
	Carrazeda .....	36\$385	36\$385	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	36\$385	36\$385	-§-	-§-	-§-	-§-
	Chacim .....	60\$510	60\$510	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	60\$510	60\$510	-§-	-§-	-§-	-§-
	Chaves .....	686\$595	686\$595	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	686\$595	686\$595	-§-	-§-	-§-	-§-
	Miranda .....	37\$447	37\$447	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	37\$447	37\$447	-§-	-§-	-§-	-§-
	Mirandella .....	204\$106	204\$106	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	204\$106	204\$106	-§-	-§-	-§-	-§-
	Moncorvo .....	109\$326	109\$326	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	109\$326	109\$326	-§-	-§-	-§-	-§-
	Murça .....	79\$430	79\$430	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	79\$430	79\$430	-§-	-§-	-§-	-§-
Obras publicas	Provezende .....	57\$595	57\$595	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	57\$595	57\$595	-§-	-§-	-§-	-§-
	Sabrosa .....	205\$280	205\$280	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	205\$280	205\$280	-§-	-§-	-§-	-§-
	Santa Martha .....	68\$890	68\$890	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	68\$890	68\$890	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa Pouca de Aguiar .....	221\$628	221\$628	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	221\$628	221\$628	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa Real .....	5:367\$431	5:367\$431	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	5:367\$431	5:367\$431	-§-	-§-	-§-	-§-
	Vinhas .....	40\$597	40\$597	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	40\$597	40\$597	-§-	-§-	-§-	-§-
		7:377\$524	7:377\$524	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	7:377\$524	7:377\$524	-§-	-§-	-§-	-§-
	Aguilar .....	5\$890	5\$890	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	5\$890	5\$890	-§-	-§-	-§-	-§-
	Almeida .....	47\$136	47\$136	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	47\$136	47\$136	-§-	-§-	-§-	-§-
	Castro Daire .....	110\$996	110\$996	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	110\$996	110\$996	-§-	-§-	-§-	-§-
Vizeu	Celorico .....	37\$380	37\$380	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	37\$380	37\$380	-§-	-§-	-§-	-§-
	Gouveia .....	59\$061	59\$061	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	59\$061	59\$061	-§-	-§-	-§-	-§-
	Guarda .....	101\$517	101\$517	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	101\$517	101\$517	-§-	-§-	-§-	-§-
	Lamego .....	423\$538	423\$538	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	423\$538	423\$538	-§-	-§-	-§-	-§-
	Lapa .....	11\$055	11\$055	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	11\$055	11\$055	-§-	-§-	-§-	-§-
	Mangualde .....	90\$629	90\$629	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	90\$629	90\$629	-§-	-§-	-§-	-§-
	Moimenta .....	73\$409	73\$409	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	73\$409	73\$409	-§-	-§-	-§-	-§-
	Nellas .....	10\$540	10\$540	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	10\$540	10\$540	-§-	-§-	-§-	-§-
	Penalva .....	28\$945	28\$945	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	28\$945	28\$945	-§-	-§-	-§-	-§-
	Pesqueira .....	61\$840	61\$840	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	61\$840	61\$840	-§-	-§-	-§-	-§-
	Pinhel .....	108\$103	108\$103	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	108\$103	108\$103	-§-	-§-	-§-	-§-
	Rezende .....	206\$783	206\$783	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	206\$783	206\$783	-§-	-§-	-§-	-§-
	Sabugal .....	24\$597	24\$597	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	24\$597	24\$597	-§-	-§-	-§-	-§-
	S. Miguel .....	4\$005	4\$005	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	4\$005	4\$005	-§-	-§-	-§-	-§-
	S. Pedro do Sul .....	136\$811	136\$811	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	136\$811	136\$811	-§-	-§-	-§-	-§-
	Satão .....	5\$480	5\$480	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	5\$480	5\$480	-§-	-§-	-§-	-§-
	Trancoso .....	102\$941	102\$941	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	102\$941	102\$941	-§-	-§-	-§-	-§-
	Villa Nova de Foscôa .....	31\$307	31\$307	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	31\$307	31\$307	-§-	-§-	-§-	-§-
	Vizeu .....	6:760\$404	6:760\$404	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	6:760\$404	6:760\$404	-§-	-§-	-§-	-§-
	Vouzella .....	54\$285	54\$285	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	54\$285	54\$285	-§-	-§-	-§-	-§-
		8:496\$632	8:496\$632	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	8:496\$632	8:496\$632	-§-	-§-	-§-	-§-

## RECAPITULAÇÃO

DESIGNAÇÃO DOS COFRES	ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAÇÃO DAS NOTAS		
	Liquidado	Cobrado	Restos a cobrar em 30 de junho de 1862	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	
<b>Rebedorias do continente</b>														
de Aveiro .....	419:208\$401	414:395\$132	4:813\$269	106:325\$171	101:890\$60	-	-	2:217\$577	2:038\$786	1:236\$156	1:236\$156	9:229\$497	9:229\$497	
de Beja.....	413:198\$300	106:858\$156	6:340\$144	98:473\$492	92:855\$06	-	-	4:333\$304	3:614\$585	1:249\$572	1:249\$572	9:141\$932	9:141\$932	
de Braga .....	231:866\$179	220:383\$175	11:483\$004	186:823\$212	175:464\$90	-	-	25:387\$180	25:262\$480	2:179\$570	2:179\$570	17:476\$217	17:476\$217	
de Bragança .....	85:104\$710	77:506\$149	7:598\$561	75:813\$964	68:389\$37	-	-	842\$749	668\$773	1:010\$652	1:010\$652	7:437\$345	7:437\$345	
de Castello Branco.....	87:790\$166	83:875\$271	3:914\$895	73:417\$915	70:928\$35	-	-	5:612\$068	4:186\$730	1:064\$023	1:064\$023	7:696\$460	7:696\$460	
de Coimbra.....	144:608\$741	130:603\$666	11:005\$075	124:054\$167	113:756\$35	-	-	5:518\$929	4:314\$665	1:439\$317	1:439\$317	10:376\$328	10:376\$328	
de Evora.....	139:590\$834	136:657\$178	2:933\$656	123:842\$014	121:167\$68	-	-	2:126\$506	1:867\$176	1:633\$340	1:633\$340	11:989\$004	11:989\$004	
de Faro.....	85:041\$671	79:740\$038	5:301\$633	74:360\$129	69:848\$77	-	-	2:147\$765	1:357\$490	976\$573	976\$573	7:557\$204	7:557\$204	
Districto.. da Guarda.....	93:567\$887	87:766\$399	5:801\$488	81:808\$627	76:469\$35	-	-	1:958\$704	1:496\$488	1:443\$349	1:443\$349	8:657\$207	8:657\$207	
de Leiria .....	88:177\$448	83:310\$200	4:867\$248	75:897\$662	72:125\$95	-	-	3:322\$738	2:227\$217	1:090\$876	1:090\$876	7:866\$172	7:866\$172	
de Lisboa.....	3.441:216\$492	3.286:147\$063	155:069\$429	1.293:046\$742	1.146:454\$68	1.520:440\$370	1.520:440\$370	534:290\$451	525:813\$132	20:348\$587	28:348\$587	73:090\$342	73:090\$342	
de Portalegre.....	104:743\$560	101:819\$266	2:924\$294	90:258\$326	87:753\$00	-	-	3:790\$739	3:371\$761	1:212\$839	1:212\$839	9:481\$656	9:481\$656	
do Porto.....	415:991\$275	394:195\$152	21:796\$123	355:973\$186	335:146\$48	-	-	23:903\$488	22:934\$113	4:194\$775	4:194\$775	31:919\$826	31:919\$826	
de Santarem.....	203:027\$790	190:549\$511	12:478\$279	167:368\$649	156:635\$38	-	-	47:402\$218	15:637\$201	2:456\$621	2:456\$621	16:100\$302	16:100\$302	
de Viana .....	123:293\$354	116:582\$920	6:710\$434	105:765\$745	99:351\$51	679\$054	679\$054	2:869\$027	2:572\$791	1:739\$495	1:739\$495	12:240\$033	12:240\$033	
de Villa Real.....	115:271\$155	99:769\$163	15:501\$992	100:874\$016	86:560\$80	4:985	4:985	4:776\$477	3:587\$692	1:108\$117	1:108\$117	8:507\$560	8:507\$560	
de Vizeu .....	176:582\$650	162:250\$845	14:331\$805	156:293\$774	143:802\$90	-	-	5:035\$008	3:214\$026	1:718\$385	1:718\$385	13:515\$483	13:515\$483	
	5.765:280\$613	5.472:409\$284	292:871\$329	3.290:596\$791	3.018:601\$28	1.521:124\$409	1.521:124\$400	645:554\$928	624:679\$106	45:522\$217	45:522\$217	262:482\$268	262:482\$268	
<b>Rebedorias das ilhas</b>														
Districto.. de Angra.....	47:213\$292	45:222\$688	1:990\$604	43:371\$548	41:321\$45	2:348\$578	2:348\$202	1:351\$255	1:211\$160	93\$788	93\$788	48:123	48:123	
do Funchal.....	40:400\$167	36:883\$069	3:517\$098	29:469\$571	26:475\$24	6:060\$891	6:060\$874	4:748\$042	4:225\$270	41\$278	41\$278	80\$385	80\$385	
da Horta .....	31:211\$978	30:599\$181	612\$797	27:705\$198	27:643\$181	1:824\$123	1:824\$123	1:617\$001	1:066\$221	39\$390	39\$390	26\$266	26\$266	
de Ponta Delgada.....	124:744\$723	121:725\$455	3:019\$268	108:822\$067	106:418\$94	5:648\$474	5:648\$474	10:141\$798	9:613\$163	132\$384	132\$384	-	-	
	243:570\$160	234:430\$393	9:139\$767	209:368\$384	202:038\$75	15:882\$066	15:794\$178	17:858\$096	16:115\$814	306\$840	306\$840	154\$774	154\$774	
<b>Alfandegas maiores</b>														
Alfandegas do continente.....	5.600:227\$577	5.600:227\$577	1.168:101	-	23:065\$029	23:065\$029	5.408:805\$296	5.408:805\$296	36:421\$998	36:421\$998	30:189\$048	30:189\$048	101:746\$206	101:746\$206
das ilhas .....	204:654\$423	204:654\$423	-	-	626\$470	626\$470	181:978\$741	181:978\$741	1:715\$540	1:715\$540	3:964\$077	3:964\$077	16:369\$895	16:369\$895
	5.804:882\$000	5.804:882\$000	-	-	23:691\$199	23:691\$199	5.590:784\$037	5.590:784\$037	38:137\$538	38:137\$538	34:153\$125	34:153\$125	118:116\$101	118:116\$101
<b>Alfandegas menores de portos marítimos</b>														
Círculo.. do Algarve.....	35:843\$649	35:843\$649	-	-	837\$705	837\$705	28:648\$853	28:648\$853	156\$734	156\$734	3:989\$805	3:989\$805	2:210\$552	2:210\$552
da Ericeira .....	86:751\$108	86:751\$108	-	-	608\$959	608\$959	69:197\$381	69:197\$381	10:157\$367	10:157\$367	4:586\$952	4:586\$952	5:200\$449	5:200\$449
marítimas do norte .....	66:191\$177	66:191\$177	-	-	364\$068	364\$068	60:609\$751	60:609\$751	70\$071	70\$071	1:213\$606	1:213\$606	3:933\$681	3:933\$681
	188:785\$934	188:785\$934	-	-	1:810\$732	1:810\$732	138:455\$985	138:455\$985	10:384\$172	10:384\$172	6:790\$363	6:790\$363	11:344\$682	11:344\$682
<b>Alfandegas menores de portos secos</b>														
Círculo.. de Almeida.....	2:423\$976	2:423\$976	-	-	746\$689	746\$689	1:317\$062	1:317\$062	-	-	210\$661	210\$661	149\$564	149\$564
de Bragança.....	9:976\$723	9:976\$723	-	-	656\$299	656\$299	7:547\$182	7:547\$182	-	-	4:189\$399	4:189\$399	583\$843	583\$843
de Castello Branco .....	1:184\$095	1:184\$095	-	-	108\$472	108\$472	607\$83							

DESIGNAÇÃO DOS COFRES	ESTADO DA ARRECADAÇÃO EM GLOBO			IMPOSTOS DIRECTOS		IMPOSTOS INDIRECTOS		PROPRIOS NACIONAIS E RENDIMENTOS DIVERSOS		IMPOSTO DE VIAÇÃO		IMPOSTO PARA A AMORTISAÇÃO DAS NOTAS	
	Liquidado	Cobrado	Restos a cobrar em 30 de junho de 1863	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado	Liquidado	Cobrado
<b>Correios e postas do reino</b>													
de Beja .....	3:273:015	3:277:015	-	-	-	-	-	3:273:015	3:273:015	-	-	-	-
de Coimbra .....	16:782:540	16:782:540	-	-	-	-	-	16:782:540	16:782:540	-	-	-	-
de Extremoz .....	7:562:5621	7:562:5621	-	-	-	-	-	7:562:5621	7:562:5621	-	-	-	-
de Faro .....	4:825:5699	4:825:5699	-	-	-	-	-	4:825:5699	4:825:5699	-	-	-	-
Círculo .....	178:884:556	178:884:556	-	-	-	-	-	178:884:556	178:884:556	-	-	-	-
do Porto .....	99:858:002	99:858:002	-	-	-	-	-	99:858:002	99:858:002	-	-	-	-
de Santarem .....	10:054:5455	10:054:5455	-	-	-	-	-	10:054:5455	10:054:5455	-	-	-	-
de Vianna .....	13:329:5108	13:329:5108	-	-	-	-	-	13:329:5108	13:329:5108	-	-	-	-
de Villa Real .....	7:377:5524	7:377:5524	-	-	-	-	-	7:377:5524	7:377:5524	-	-	-	-
de Vizeu .....	8:496:5652	8:496:5652	-	-	-	-	-	8:496:5652	8:496:5652	-	-	-	-
	350:444:5072	350:444:5072	-	-	-	-	-	350:444:5072	350:444:5072	-	-	-	-
<b>Repartições dependentes dos diversos ministerios</b>													
Ministerio do reino .....	157:160:5715	157:160:5715	-	18:786:5540	18:786:5540	-	-	136:342:5577	136:342:5577	879:5984	879:5984	1:151:5614	1:151:5614
da guerra .....	55:104:5409	55:104:5409	-	-	-	-	-	55:104:5409	55:104:5409	-	-	-	-
da marinha .....	3:725:5767	3:725:5767	-	-	-	-	-	3:725:5767	3:725:5767	-	-	-	-
das obras publicas .....	64:071:5039	64:071:5039	-	-	-	-	-	64:071:5039	64:071:5039	-	-	-	-
	280:061:5930	280:061:5930	-	18:786:5540	18:786:5540	-	-	259:243:5792	259:243:5792	879:5984	879:5984	1:151:5614	1:151:5614

**COMPARAÇÃO POR MINISTÉRIOS, DA DESPEZA VOTADA, LIQUIDADA E PAGA  
PERTENCENTE AO EXERCÍCIO DE 1860-1861**

MINISTERIOS E SERVIÇOS	DESPESA AUOTORISADA	DIREITOS LIQUIDADOS	DEDUÇÕES SEGUNDO A LEI	PAGAMENTOS REALISADOS	RESTOS A PAGAR
<b>Ministerio da fazenda</b>					
Encargos geraes.....	2.349:464\$915	5.989:632\$797	215:383\$197	5.971:033\$508	18:579\$289
Serviço proprio .....	929:631\$536	1.009:767\$224	53:020\$480	1.007:283\$540	2:483\$684
Despesa extraordinaria .....	103:006\$345	108:710\$937	-§-	108:710\$937	-§-
<b>Ministerio do reino</b>					
Despesa ordinaria .....	1.348:673\$040	1.293:943\$457	(a)	-§-	1.293:534\$447
Despesa extraordinaria .....	946\$400	946\$400	-§-	946\$400	-§-
<b>Ministerio da justiça</b>					
Despesa ordinaria .....	488:787\$461	478:767\$486	(a)	-§-	477:997\$975
Despesa extraordinaria .....	6:000\$000	2:620\$000	-§-	2:620\$000	-§-
<b>Ministerio da guerra</b>					
Despesa ordinaria .....	2.855:045\$108	2.731:811\$927	164:604\$403	2.723:820\$517	7:991\$410
Despesa extraordinaria .....	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
<b>Ministerio da marinha</b>					
Despesa ordinaria .....	932:222\$389	819:425\$406	(a)	-§-	815:128\$573
Despesa extraordinaria .....	415:595\$136	114:905\$536	-§-	114:905\$536	-§-
<b>Ministerio dos estrangeiros</b>					
Despesa ordinaria .....	473:635\$058	172:520\$020	21:974\$803	171:466\$348	1:053\$502
Despesa extraordinaria .....	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
<b>Ministerio das obras publicas</b>					
Despesa ordinaria .....	2.813:305\$135	2.774:411\$800	21:879\$043	2.774:388\$892	22\$908
Despesa extraordinaria .....	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
<b>Junta do credito publico</b>					
Divida interna .....	1.974:853\$476	2.000:067\$514	3:136\$759	1.976:348\$814	23:718\$700
Divida externa .....	2.075:949\$943	2.056:472\$978	1:221\$816	2.048:811\$851	7:661\$127
	<b>16.167:115\$942</b>	<b>19.554:003\$482</b>	<b>481:220\$501</b>	<b>19.487:017\$508</b>	<b>66:985\$974</b>
<b>RESUMO</b>					
Despesa ordinaria .....	15.941:568\$061	19.326:820\$609	481:220\$501	19.239:834\$635	66:985\$974
Despesa extraordinaria .....	225:547\$881	227:182\$873	-§-	227:182\$873	-§-
	<b>16.167:115\$942</b>	<b>19.554:003\$482</b>	<b>481:220\$501</b>	<b>19.487:017\$508</b>	<b>66:985\$974</b>

(a) As contas dos ministerios do reino, justica e marinha omittem a importancia das decimas descontadas nos vencimentos dos empregados pertencentes aos mesmos ministerios.

## DESENVOLVIMENTOS DO ESTADO N.º 5

## MINISTERIO DA FAZENDA

A lei de 28 de julho de 1860, que auctorou a receita e despesa publicas, relativas ao exercicio de 1860-1861, distribuiu ao ministerio da fazenda, para o serviço ordinario um credito de .....  
E para o serviço extraordinario .....  
Decimas a deduzir segundo o artigo 3.º da mesma lei (tabella de 8 de agosto de 1860) .....

Augmentaram este credito:

Decreto de 30 de março de 1861—Capítulo 4.º—Amortisação da dívida á antiga companhia utilidade publica; pagamento da liquidação da companhia viação portuense; estradas ao norte do Douro; caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e Hespanha.....  
Decreto de 3 de novembro de 1860—Capítulo 7.º—Alteração no quadro dos empregados da secretaria da fazenda.....  
Decreto de 3 de novembro de 1860—Capítulo 7.º—Alteração no quadro dos empregados do tesouro.....  
Decreto de 29 de dezembro de 1860—Capítulo 13.º—Alteração no quadro dos empregados das repartições de fazenda dos distritos e concelhos .....

Carta de lei de 2 de abril de 1861—Capítulo 15.º—Subsídios aos operarios da fabrica da Marinha Grande, durante a interrupção dos trabalhos .....

Decreto de 3 de novembro de 1860—Adicional—Gratificações aos vogaes do conselho das alfandegas; inspectores de contribuições; escripturários dos escrivães de fazenda.....

Carta de lei de 30 de julho de 1860—Adicional—Indemnização de títulos extra viados pelo ex-delegado em Paris.....

Pauta geral das alfandegas, artigo 17.º—Adicional—Fazendas apprehendidas por conta da fazenda publica .....

O credito primitivo para a despesa extraordinaria foi elevado por:

Decreto de 2 de novembro de 1859—Extraordinaria—Fundação de um hospital de creanças pobres .....

Carta de lei de 3 de abril de 1861—Extraordinaria—Dívida a uma pensionista

Carta de lei de 30 de março de 1861—Extraordinaria—Despesas com o consorcio da Serenissima Senhora Infanta D. Antonia .....

Total da despesa auctorizada .....

O mesmo ministerio recebeu do tesouro durante o exercicio:

Para os encargos do serviço ordinario .....

Para os encargos do serviço extraordinario .....

Agio de bonds e inscripções, garantia do empréstimo de 600:000 £ contratado com a casa de Raphael Erlanger, por meio da venda de 1.500:000 £ nominais, em bonds de 3 por cento emitidos por leis de 4 de junho de 1837 e 5 de março de 1858.....

Agio da venda de outros bonds e inscripções.....

Pagou segundo a sua conta:

Serviço ordinario .....

Agio dos ditos bonds .....

Serviço extraordinario .....

2.997:388\$301	-§-	
-§-	42:707\$968	
229:740\$589	-§-	
2.767:647\$712	42:707\$968	

317:730\$487		
1:420\$372		
17:095\$282		
13:144\$990		
2:922\$070		
5:211\$325		
453:792\$213		
132\$000	514:448\$739	-§-

30:000\$000		
298\$377		
30:000\$000	-§-	60:298\$377
3.279:096\$451	103:006\$343	
3.382:402\$796		

3.285:490\$825	-§-	
-§-	108:710\$937	
3.692:846\$223	-§-	
6.978:337\$048	108:710\$937	

3.285:490\$825		
3.692:846\$223	6.978:337\$048	-§-
-§-	108:710\$937	

3.285:490\$825		
3.692:846\$223	6.978:337\$048	-§-
-§-	108:710\$937	

3.285:490\$825		
3.692:846\$223	6.978:337\$048	-§-
-§-	108:710\$937	

## MINISTERIO DO REINO

A lei da despesa do anno economico de 1860-1861 destinou ao ministerio do reino um credito de réis 1.374:788\$552  
Deduções conforme o artigo 3.º da dita lei de 28 de julho de 1860 (tabella de 31 de agosto dito) ... 87:533\$521

Augmentaram este credito:

Carta de lei de 10 de agosto de 1860—Capítulo 2.º—Gratificação aos chefes de repartição da secretaria do conselho d'estado .....	242\$250
Carta de lei de 11 de agosto de 1860—Capítulo 4.º—1 por cento do imposto sobre o premio das loterias, com applicação ao theatro de D. Maria II .....	8:421\$600
Carta de lei de 14 de agosto de 1860—Capítulo 5.º—Augmento de vencimento ao porteiro da biblioteca de Lisboa .....	104\$500
Decreto de 4 de fevereiro de 1861—Capítulo 6.º—Despesas extraordinarias do conselho de saude publica do reino .....	16:000\$000
Carta de lei de 3 de agosto de 1860—Capítulo 7.º—Augmento da consignação á camara municipal de Lisboa, para illuminação, limpeza, etc. ....	17:113\$374
Carta de lei de 3 de agosto de 1860—Capítulo 8.º—Por conta da dívida á companhia do gaz .....	16:500\$000
Carta de lei de 6 de março de 1863—Capítulo 10.º—Despesas com a polícia preventiva do reino .....	3:036\$283
Decreto de 31 de dezembro de 1860—Extraordinario—Socorros aos habitantes do Barreiro, Seixal e Costa da Trafaria .....	946\$400
Somma a despesa auctorizada .....	62:384\$609
O ministerio recebeu do tesouro durante o exercicio .....	1.349:619\$140
Pagou segundo a sua conta .....	1.285:556\$330
Deficit suprido com recursos proprios .....	1.288:193\$477

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

O ministerio da justiça foi dotado pela lei do orçamento com 497:474\$210 réis, a saber  
Deduções em conformidade com o artigo 3.º da mesma lei (tabella do 1.º de agosto de 1860) .....

Serviço ordinario 491:474\$210 Serviço extraordinario 6:000\$500

71:388\$194 -§-

420:086\$016 6:000\$000

Elevaram estes creditos:

Carta de lei de 11 de setembro de 1860—Capítulo 2.º—Importancia em generos, parte das congruas dos eclesiásticos no bispado do Funchal .....	9:236\$693
Decretos de 14 de fevereiro e 20 de abril de 1861—Capítulo 7.º—Sustento de presos e polícia das cadeias .....	56:593\$819
Decreto de 27 de março de 1861—Capítulo 8.º—Habilitações, bullas e sagrações de prelados diocesanos .....	2:870\$931

488:787\$461 6:000\$600

Por conta d'este credito recebeu durante o exercicio:

Com applicação ao serviço ordinario .....	474:982\$484
Encontro de direitos de mercê .....	3:015\$494
Com applicação ao serviço extraordinario .....	-§- 2:620\$000
Pagou segundo a sua conta .....	477:997\$975 2:620\$000

-§- -§-

## MINISTERIO DA GUERRA

Para o serviço do ministerio da guerra foi votado pela lei do orçamento um credito de ..... 2.975:660\$204  
Deduções conforme o artigo da mesma lei (tabella de 8 de agosto de 1850) ..... 460:245\$156

Este credito foi elevado por

Transferencia da auctorização ao ministerio da fazenda, para pagamento dos predios ocupados pelas linhas de defesa da capital .....	3:000\$000
Decreto de 3 de abril de 1861—Compra de armamento para o exercito .....	36:630\$000
Recebeu o ministerio durante o exercicio .....	2.850:686\$893
Pagou segundo a sua conta .....	2.723:820\$517
Resto disponivel .....	125:866\$376

## MINISTERIO DA MARINHA

Ao ministerio da marinha foi abonado pela lei de 28 de julho de 1860 o credito de 1.005:310\$090 réis, a saber . . . . .

Deduções conforme a mesma lei . . . . .

Augmentaram este credito :

Carta de lei de 11 de agosto de 1860—**Capítulo 6.º**—Vencimento de um lente de artilharia da escola naval . . . . .

Decreto de 16 de maio de 1861—**Capítulo 3.º**—Rações das equipagens dos navios do estado . . . . .

Carta de lei de 11 de agosto de 1860—**Extraordinario**—Abono a aspirantes a facultativos da armada . . . . .

Decreto de 24 de dezembro de 1860—**Extraordinario**—Suprimentos a Moçambique e Timor . . . . .

Por conta d'estes creditos recebeu o ministerio . . . . .

Pagou segundo a sua conta . . . . .

Resto disponivel . . . . .

	Serviço ordinario	Serviço extraordinario
936:643\$424	68:666\$666	
36:639\$018	—\$—	
900:004\$406	68:666\$666	
196\$967	—\$—	
32:021\$016	—\$—	
—\$—	1:752\$000	
—\$—	45:176\$470	
932:222\$389	115:595\$136	
4.015:106\$655	182:471\$051	
815:128\$573	146:582\$336	
199:978\$082	65:888\$715	
236:866\$797		

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Os creditos distribuidos ao ministerio dos estrangeiros, no orçamento geral do estado elevaram-se a réis 160:027\$348

Deduções conforme a lei de 28 de julho de 1860 (tabella de 18 de agosto dito) . . . . .

22:542\$290

137:485\$058

Elevaram esta auctorisação :

Carta de lei de 22 de agosto de 1861—**Capítulo 5.º**—Diferença para mais na despesa d'este capitulo . . . . .

24:000\$000

Carta de lei de 11 de agosto de 1860—**Adicional**—Ao governo inglez, reclamação dos proprietarios do cutter *Herald* . . . . .

12:150\$000

36:150\$000

Por conta d'estes creditos recebeu o ministerio . . . . .

173:788\$172

173:635\$058

Pagou segundo a sua conta . . . . .

171:466\$518

Resto disponivel . . . . .

2:321\$654

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS

A lei da despesa propria do anno economico de 1860—1861 auctorisou para o serviço do ministerio das obras publicas, commercio e industria um credito de . . . . .

1.005:463\$107

25:795\$070

979:670\$037

Este credito foi elevado pelas seguintes auctorisações :

Carta de lei de 19 de fevereiro de 1859—**Capítulo 3.º**—Construcção da estrada de Caminha a Valenca . . . . .

3:293\$582

Carta de lei de 10 de agosto de 1860—**Capítulo 3.º**—Estradas ordinarias de 1.ª e 2.ª classe . . . . .

61:692\$062

Carta de lei de 9 de agosto de 1860—**Capítulo 3.º**—Construcção, conservação e reparação de estradas e pontes . . . . .

662:952\$943

775:525\$510

Carta de lei de 30 de março de 1861—**Capítulo 3.º**—Reparação das ruinas causadas pela chuva em diversas obras de arte e estradas . . . . .

47:584\$923

Carta de lei de 3 de agosto de 1857—**Capítulo 4.º**—Subvenção á companhia de caminho de ferro do sul . . . . .

109:521\$027

Carta de lei de 5 de maio de 1860—**Capítulo 4.º**—Subvenção á empreza constructora dos caminhos de ferro do norte e leste . . . . .

217:407\$750

398:230\$972

Carta de lei de 29 de maio de 1860—**Capítulo 4.º**—Subvenção á empreza constructora dos caminhos de ferro do sueste . . . . .

53:333\$332

17:968\$863

2.153:426\$519

Transporte..... 2.153:426\$519

Carta de lei de 29 de julho de 1856— <b>Capítulo 6.º</b> —Obras publicas e estradas no distrito vinhateiro do Douro . . . . .	14:328\$680
Carta de lei de 23 de abril de 1859— <b>Capítulo 6.º</b> —Construcção da nova casa da alfandega do Porto . . . . .	130:314\$663
Carta de lei de 21 de julho de 1857— <b>Capítulo 6.º</b> —Obras da barra do Douro . . . . .	8:631\$613
Carta de lei de 14 de agosto de 1858— <b>Capítulo 6.º</b> —Salubridade de Lisboa e das ilhas, lazareto . . . . .	95:541\$871
Carta de lei de 7 de junho de 1859— <b>Capítulo 6.º</b> —Melhoramentos de barras, rios e reparos em diversos edificios do continente . . . . .	23:058\$390
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 6.º</b> —Construcção de um porto artificial na cidade de Ponta Delgada . . . . .	46:868\$298
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 6.º</b> —Continuação das obras das barras e rios . . . . .	136:411\$394
Carta de lei de 30 de março de 1861— <b>Capítulo 6.º</b> —Reparos das ruinas causadas pelas chuvas em diversos edificios do estado, melhoramento da barra do Porto, Figueira e Aveiro . . . . .	68:081\$138
Decreto de 14 de junho de 1861— <b>Capítulo 6.º</b> —Juros e amortização do emprestimo com a companhia viação portuense para a estrada de Braga ao Porto . . . . .	3:073\$894
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 8.º</b> —Conselho veterinario, hospital veterinario e officina syderotechnica . . . . .	709\$992
Carta de lei de 22 de agosto de 1860— <b>Capítulo 8.º</b> —Instituto industrial de Lisboa . . . . .	300\$060
Carta de lei de 18 de abril de 1859— <b>Capítulo 9.º</b> —Construcção do caminho de madeira de Leiria ao porto de S. Martinho . . . . .	78:624\$332
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 9.º</b> —Idem deduzido do emprestimo pela lei de 9 de agosto de 1860 . . . . .	3:308\$209
Carta de lei de 30 de março de 1861— <b>Capítulo 9.º</b> —Idem . . . . .	18:566\$568
Carta de lei de 7 de junho 1859— <b>Capítulo 9.º</b> —Com o armamento dos hiatos <i>Marinha Grande e Vallado</i> . . . . .	366\$015
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 9.º</b> —Idem . . . . .	691\$791
Decreto de 14 de junho de 1861— <b>Capítulo 10.º</b> —Complemento das despesas a cargo da administração geral dos correios . . . . .	12:150\$000
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 11.º</b> —Subsídio á companhia de navegação do Tejo . . . . .	2:768\$048
Carta de lei de 9 de agosto de 1860— <b>Capítulo 11.º</b> —Subsídio ao emprezario da navegação do Minho . . . . .	4:600\$000
Decreto de 14 de junho de 1861— <b>Capítulo 11.º</b> —Despesas de serviço da repartição dos pesos e medidas . . . . .	16:518\$048
Total da despesa auctorizada . . . . .	2.813:305\$135
O ministerio recebeu por conta d'estes creditos . . . . .	2.578:431\$303
Pagou segundo a sua conta . . . . .	2.774:388\$892
Excesso de despesa . . . . .	195:957\$589

## JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Divida interna Divida externa

A lei de 28 de julho de 1860 auctorisou a despesa da junta do credito publico na importancia de 4.053:278\$035 réis, a saber . . . . .

1.912:734\$776 2.009:273\$583

Deduções segundo a mesma lei (tabella de 8 de agosto de 1860) . . . . .

3:252\$800 1.221\$816

1.909:484\$976 2.040:495\$399

Estes creditos foram elevados por:

Carta de lei de 30 de março de 1860—**Capítulo 2.º**—Dotação addicional . . . . .

7:500\$000 —\$—

Carta de lei de 9 de agosto de 1860—**Capítulo 2.º**—Idem . . . . .

56:040\$000 —\$—

Cartas de lei de 19 de fevereiro de 1859 e 5 de maio e 10 de agosto de 1860—**Capítulo 2.º**—Idem

1:868\$500 —\$—

Cartas de lei de 5 e 29 de maio de 1860—**Capítulo 2.º**—Idem . . . . .

—\$— 65:454\$544

Total da despesa auctorizada . . . . .

4.974:853\$476 2.075:949\$943

A junta recebeu por conta d'esta dotação . . . . .

4.974:853\$476 2.134:220\$316

Pagou segundo a sua conta . . . . .

4.976:348\$814 2.048:814\$851

1:495\$338 85:408\$465

83:913\$127

**COMPARAÇÃO DA DESPEZA LIQUIDADA E PAGA  
NOS EXERCÍCIOS DE 1859-1860 E 1860-1861**

MINISTÉRIOS E SERVIÇOS	DESPESA LIQUIDADA		PAGAMENTOS REALISADOS		RESTOS A PAGAR	
	EXERCÍCIO DE 1859-1860	1860-1861	EXERCÍCIO DE 1859-1860	1860-1861	EXERCÍCIO DE 1859-1860	1860-1861
<b>Ministério da fazenda</b>						
Encargos geraes.....	6.468.296\$759	5.989.632\$797	6.439.097\$568	5.974.053\$508	29.199\$191	18.579\$289
Serviço proprio .....	812.485\$034	1.009.767\$224	810.309\$859	1.007.283\$540	2.175\$175	2.483\$684
Despesa extraordinaria .....	52.226\$290	108.710\$937	52.226\$290	108.710\$937	-δ-	-δ-
<b>Ministério do reino</b>						
Despesa ordinaria .....	1.212.185\$200	1.293.943\$457	1.206.760\$612	1.293.534\$447	5.424\$588	409\$010
Despesa extraordinaria .....	-δ-	946\$400	-δ-	946\$400	-δ-	-δ-
<b>Ministério da justiça</b>						
Despesa ordinaria .....	435.004\$033	478.767\$486	434.328\$453	477.997\$975	675\$580	769\$511
Despesa extraordinaria .....	4.399\$160	2.620\$000	4.399\$160	2.620\$000	-δ-	-δ-
<b>Ministério da guerra</b>						
Despesa ordinaria .....	3.026.704\$289	2.731.811\$927	3.026.410\$825	2.723.820\$517	293\$464	7.991\$410
Despesa extraordinaria .....	-δ-	-δ-	-δ-	-δ-	-δ-	-δ-
<b>Ministério da marinha</b>						
Despesa ordinaria .....	819.081\$575	819.425\$406	814.712\$941	815.128\$573	4.338\$634	4.296\$833
Despesa extraordinaria .....	542.717\$459	114.905\$536	542.717\$459	114.905\$536	-δ-	-δ-
<b>Ministério dos estrangeiros</b>						
Despesa ordinaria .....	206.250\$854	172.520\$020	178.451\$863	171.466\$518	27.798\$994	1.053\$502
Despesa extraordinaria .....	-δ-	-δ-	-δ-	-δ-	-δ-	-δ-
<b>Ministério das obras publicas</b>						
Despesa ordinaria .....	3.096.303\$905	2.774.441\$800	3.096.213\$905	2.774.388\$892	90\$000	22\$908
Despesa extraordinaria .....	7.143\$835	-δ-	7.143\$835	-δ-	-δ-	-δ-
<b>Junta do credito publico</b>						
Divida interna .....	1.886.095\$322	2.000.067\$514	1.863.076\$572	1.976.348\$814	23.016\$750	23.718\$700
Divida externa .....	2.059.368\$136	2.056.472\$978	2.052.373\$008	2.048.811\$851	6.995\$128	7.661\$127
	20.628.259\$851	19.554.003\$482	20.528.252\$350	19.487.017\$508	100.007\$501	66.985\$974
<b>RESUMO</b>						
Despesa ordinaria .....	20.021.773\$107	19.326.820\$609	19.921.765\$606	19.259.834\$633	100.007\$501	66.985\$974
Despesa extraordinaria .....	606.486\$744	207.182\$873	606.486\$744	227.182\$873	-δ-	-δ-
	20.628.259\$851	19.554.003\$482	20.528.252\$350	19.487.017\$508	100.007\$501	66.985\$974

**Estado n.º 7.**

## COMPARAÇÃO POR MINISTERIOS E CAPITULOS DA DESPEZA AUCTORISADA E PAGA, RESPECTIVA AO EXERCICIO DE 1860-1861

NUMEROS DOS CAPITULOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPEZAS SEGUNDO AS DIVISÕES DO ORÇAMENTO	CREDITOS LEGISLATIVOS				DESPEZA REALISADA	DIFERENÇAS NAS DESPEZAS			
		Ordinarios	Supplementares	Extraordi-narios	Leis especiaes		Para mais	Para menos		
<b>MINISTERIO DA FAZENDA</b>										
<b>Serviço ordinario</b>										
Encargos geraes										
1. <sup>o</sup> Dotação da familia real .....	440:950\$000	-§-	-§-	-§-	410:950\$000	-§-	30:000\$000			
2. <sup>o</sup> Cortes .....	72:789\$850	-§-	-§-	-§-	98:903\$200	26:113\$350	-§-			
3. <sup>o</sup> Presidencia do conselho deministros	2:400\$000	-§-	-§-	-§-	12\$903	-§-	2:387\$097			
4. <sup>o</sup> Juros e amortisações a cargo do thesouro .....	966:890\$096	-§-	-§-	317:730\$487	4:928:651\$184	3:644:030\$601	-§-			
5. <sup>o</sup> Classes inactivas.....	470:903\$124	-§-	-§-	-§-	460:694\$644	-§-	10:208\$477			
6. <sup>o</sup> Encargos geraes .....	77:801\$361	-§-	-§-	-§-	71:841\$577	-§-	5:959\$784			
<b>Serviço proprio do ministerio</b>										
7. <sup>o</sup> Secretaria d'estado.....	12:556\$800	-§-	-§-	1:420\$372	13:767\$668	-§-	209\$504			
8. <sup>o</sup> Thesouro publico .....	52:438\$306	-§-	-§-	17:095\$282	65:998\$882	-§-	3:534\$706			
9. <sup>o</sup> Tribunal de contas.....	48:823\$900	-§-	-§-	-§-	47:102\$082	-§-	1:721\$818			
10. <sup>o</sup> Procuradoria geral da fazenda.....	3:330\$000	-§-	-§-	-§-	3:225\$825	-§-	104\$175			
11. <sup>o</sup> Alfandegas .....	337:332\$916	-§-	-§-	-§-	400:378\$891	63:045\$975	-§-			
12. <sup>o</sup> Administração geral da casa da moe- da .....	49:837\$008	-§-	-§-	-§-	42:385\$276	-§-	7:451\$732			
13. <sup>o</sup> Repartições de fazenda dos distri- ctos e concelhos .....	168:872\$170	-§-	-§-	13:144\$990	180:938\$460	-§-	1:078\$700			
14. <sup>o</sup> Empregados addidos .....	5:361\$810	-§-	-§-	-§-	4:348\$569	-§-	1:043\$241			
15. <sup>o</sup> Diversas despezas.....	57:360\$374	-§-	-§-	2:922\$070	90:002\$349	29:719\$905	-§-			
<b>Despesas auctorisadas não incluidas no orçamento</b>										
Gratificações aos vogaes do conse- lho das alfandegas .....	-§-	-§-	-§-	1:261\$279	1:261\$279	-§-	-§-			
Gratificações a inspectores de con- tribuições .....	-§-	-§-	-§-	368\$000	368\$000	-§-	-§-			
Ordenados aos escripturarios dos escrivães de fazenda.....	-§-	-§-	-§-	3:582\$046	3:582\$046	-§-	-§-			
Indemnisação por titulos extravia- dos pelo ex-delegado em Paris, João Mousinho da Silveira .....	-§-	-§-	-§-	153:792\$213	153:792\$213	-§-	-§-			
Fazendas apprehendidas por conta da fazenda publica.....	-§-	-§-	-§-	132\$000	132\$000	-§-	-§-			
Total da despesa ordinaria....	2.767:647\$712	-§-	-§-	511:448\$739	6.978:337\$048	3.762:909\$834	63:669\$234			
<b>Despesa extraordinaria</b>										
Soldos em dvida aos officiaes ingle- zes que serviram no exercito por- tuguez, durante a guerra penin- sular.....	8:430\$383	-§-	-§-	-§-	8:807\$045	376\$662	-§-			
Precatorios, restituições de rendi- mentos e depositos.....	12:000\$000	-§-	-§-	-§-	12:421\$899	421\$899	-§-			
	20:430\$383	-§-	-§-	-§-	21:228\$944	798\$564	-§-			

NUMEROS DOS CAPITULOS	CREDITOS LEGISLATIVOS				DESPEZA REALISADA	DIFERENÇAS NAS DESPEZAS	
	Ordinarios	Supplementares	Extraordinarios	Leis especias		Para mais	Para menos
Transporte.....	20:430:383	-§-	-§-	-§-	21:228:3944	798:3561	-§-
Saldo do custo da livraria do bispo do Porto.....	500:000	-§-	-§-	-§-	500:000	-§-	-§-
Despezas de exercícios findos, e quotas pela arrecadação de rendimentos publicos.....	2:000:000	-§-	-§-	-§-	1:528:3355	-§-	471:645
Fóros em dvida.....	2:000:000	-§-	-§-	-§-	474:3023	-§-	1:525:3975
Despezas com os funeraes do Serenissimo Senhor Infante D. Leopoldo e da Serenissima Senhora Infanta D. Maria.....	5:445:3095	-§-	-§-	-§-	5:445:3095	-§-	-§-
Divida á fabrica da Abelheira, relativamente a exercícios findos.....	5:989:3600	-§-	-§-	-§-	5:989:3600	-§-	-§-
Divida de exercícios findos á imprensa nacional.....	594:3160	-§-	-§-	-§-	594:3160	-§-	-§-
Restituição á imprensa nacional, de um ordenado que pagou indevidamente.....	313:3250	-§-	-§-	-§-	313:3250	-§-	-§-
Restituição ao arrematante que foi do subsidio litterario, no distrito de Vizeu, 1833-1836.....	5:435:3480	-§-	-§-	-§-	5:435:3480	-§-	-§-
Parte da dotação de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V, destinanada ao hospital de creanças pobres.....	-§-	-§-	-§-	30:000:000	30:000:000	-§-	-§-
Restituições de preços de arrematações de bens nacionaes, que foram annulladas.....	-§-	-§-	-§-	-§-	903:3651	903:3651	-§-
Pagamento a uma pensionista.....	-§-	-§-	-§-	298:377	298:377	-§-	-§-
Despezas com o consorcio da Serenissima Senhora Infanta D. Antonia.....	-§-	-§-	-§-	30:000:000	30:000:000	-§-	-§-
A junta do deposito publico, por conta de obrigações do thesouro, anteriores a julho de 1833.....	-§-	-§-	-§-	-§-	6:000:000	6:000:000	-§-
Total da despesa extraordinaria	42:707:3968	-§-	-§-	60:298:377	108:710:3937	7:702:3212	4:997:3620
Despesa ordinaria (transporte).	2.767.647:3712	-§-	-§-	511:448:379	6.978:337:3048	3.762:909:3831	63:669:3234
Despesa total.....	2.810.355:3680	-§-	-§-	571:747:3116	7.087:047:3985	3.770:612:3043	63:666:3854
MINISTERIO DO REINO							
Despesa ordinaria							
1.º Secretaria d'estado.....	36:611:3090	-§-	-§-	-§-	29:100:3980	7:510:3110	
2.º Conselho d'estado.....	26:787:3400	-§-	-§-	242:3250	19:268:3420	-§-	7:761:3230
3.º Governos civis.....	83:143:3560	-§-	-§-	-§-	80:986:3935	-§-	2:126:3625
4.º Instrução publica.....	491:751:3615	-§-	-§-	8:421:3600	477:407:3030	-§-	22:766:3185
5.º Estabelecimentos scientificos e industriaes.....	108:913:3935	-§-	-§-	104:3500	109:078:3576	60:3441	-§-
6.º Saude publica.....	20:888:3160	16:000:000	-§-	-§-	36:316:3541	-§-	571:3619
7.º Subsidios a municipalidades.....	126:486:3426	-§-	-§-	33:613:3574	146:600:000	-§-	13:500:000
8.º Soccorros a estabelecimentos de beneficencia.....	126:156:3190	-§-	-§-	-§-	128:397:3947	2:241:3755	-§-
9.º Guardas municipaes.....	225:415:3235	-§-	-§-	-§-	218:613:3935	-§-	6:799:3300
10.º Diversas despezas.....	41:111:3220	-§-	-§-	-§-	3:036:3285	47:762:3085	3:394:3580
Somma a despesa ordinaria...	1.287:234:3831	16:000:000	-§-	45:438:3209	1.293:534:3447	5:896:3476	61:035:3069

NUMEROS DOS CAPITULOS	CREDITOS LEGISLATIVOS				DESPEZA REALISADA	DIFERENÇAS NAS DESPEZAS	
	Ordinarios	Supplementares	Extraordinarios	Leis especias		Para mais	Para menos
Transporte.....	1.287:234:3831	16:000:000	-§-	-§-	45:438:3209	1.293:534:3447	5:896:3476
Despesa extraordinaria							
Soccorros aos habitantes da villa do Barreiro.....	-§-	-§-	-§-	-§-	946:3400	-§-	946:3400
Despesa ordinaria.....	1.287:234:3831	16:000:000	-§-	-§-	45:438:3209	1.293:534:3447	5:896:3476
Despesa extraordinaria.....	-§-	-§-	-§-	-§-	946:3400	-§-	946:3400
Somma total.....	1.287:234:3831	16:000:000	-§-	-§-	45:438:3209	1.294:480:3847	5:896:3476
MINISTERIO DA JUSTIÇA							
Despesa ordinaria							
1.º Secretaria d'estado.....	20:829:3665	-§-	-§-	-§-	20:782:3530	-§-	47:3135
2.º Dioceses do reino.....	159:273:3448	-§-	-§-	-§-	9:236:3695	162:309:3500	-§-
3.º Supremo tribunal de justiça.....	22:839:3070	-§-	-§-	-§-	22:936:3338	97:3268	-§-
4.º Tribunaes de segunda instancia.....	67:225:3500	-§-	-§-	-§-	64:018:3460	-§-	3:207:3040
5.º Juizes de primeira instancia.....	50:541:3333	-§-	-§-	-§-	49:626:3768	-§-	914:3565
6.º Ministerio publico.....	52:050:3000	-§-	-§-	-§-	52:045:3989	-§-	4:3011
7.º Sustento de presos e policia de cadeias.....	38:237:3000	56:393:3819	-§-	-§-	94:317:3459	-§-	513:3360
8.º Diversas despezas.....	9:090:3000	-§-	-§-	-§-	2:870:3931	11:960:3931	-§-
Somma a despesa ordinaria...	420:086:3016	56:593:3819	-§-	-§-	12:107:3626	477:997:3975	97:3268
Despesa extraordinaria							
Subsidios a conventos de religiosas.....	6:000:000	-§-	-§-	-§-	2:620:3000	-§-	3:380:3000
Despesa total.....	426:086:3016	56:593:3819	-§-	-§-	12:107:3626	480:617:3975	97:3268
MINISTERIO DA GUERRA							
Despesa ordinaria							
1.º Secretaria d'estado.....	79:945:3928	-§-	-§-	-§-	77:994:3472	-§-	1:951:3456
2.º Estado maior do exercito.....	47:970:3000	-§-	-§-	-§-	45:423:3809	-§-	2:346:3191
3.º Divisões militares.....	19:803:3600	-§-	-§-	-§-	19:072:3166	-§-	731:3434
4.º Corpos das diversas armas.....	1.743:413:3142	-§-	-§-	-§-	1.591:475:3886	-§-	151:637:3256
5.º Governos de praças.....	33:864:3843	-§-	-§-	-§-	24:995:3661	-§-	8:869:3182
6.º Estabelecimentos de instrução.....	35:429:3710	-§-	-§-	-§-	38:190:3257	2:760:3547	-§-
7.º Repartições civis.....	230:972:3522	-§-	-§-	-§-	225:424:3532	-§-	5:547:3990
8.º Officiaes em diversas commissões.....	26:357:3670	-§-	-§-	-§-	31:495:3352	5:137:3682	-§-
9.º Corpos sedentarios.....	125:375:3626	-§-	-§-	-§-	127:819:3467	2:443:3841	-§-
10.º Officiaes em disponibilidade e inatividade temporaria.....	38:284:3800	-§-	-§-	-§-	31:420:3233	-§-	6:864:3567
11.º Officiaes sem acesso e reformados.....	304:524:3525	-§-	-§-	-§-	294:465:3354	-§-	10:059:3171
12.º Diversas despezas.....	129:772:3742	-§-	-§-	-§-	36:630:3000	3:000:3000	216:043:328
Despesa total.....	2.815:415:3108	-§-	-§-	-§-	36:630:3000	3:000:3000	2.723:820:3517
MINISTERIO DA MARINHA							
Despesa ordinaria							
1.º Secretaria d'estado.....	63:091:3444	-§-	-§-	-§-	59:523:3827	-§-	3:567:3647
2.º Officiaes militares e civis.....	35:108:3868	-§-	-§-	-§-	33:965:3712	-§-	1:443:3156
3.º Armamento naval.....	416:373:3123	32:021:3016	-§-	-§-	322:124:3984	-§-	126:269:3155
4.º Arsenal da marinha.....	263:312:3366	-§-	-§-	-§-	296:855:3488	33:343:3122	-§-
5.º Cordoaria nacional.....	42:998:3460	-§-	-§-	-§-	38:250:3927	-§-	4:747:3533
6.º Diversos estabelecimentos.....	24:735:3520	-§-	-§-	-§-	24:800:3235	-§-	432:3252
7.º Diversas despezas.....	34:188:3050	-§-	-§-	-§-	20:792:3396	-§-	13:395:3654
8.º Officiaes reformados.....	19:996:3575	-§-	-§-	-§-	18:845:3004	-§-	4:181:3571
Somma a despesa ordinaria...	900:004:3406	32:021:3016	-§-				

NUMEROS DOS CAPITULOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPEZAS SEGUNDO AS DIVISÕES DO ORÇAMENTO	CREDITOS LEGISLATIVOS				DESPEZA REALISADA	DIFERENÇAS NA DESPEZA	
		Ordinarios	Supplementares	Extraordinarios	Leis especias		Para mais	Para menos
<b>Despeza extraordinaria</b>								
Suprimento a Moçambique e Timor	26:666:666	-§-	-§-	-§-	-§-	26:666:660	-§-	-§-
Subsidio a Moçambique.....	42:000:000	-§-	-§-	-§-	-§-	42:000:000	-§-	-§-
Abono a aspirantes a facultativos da armada .....	-§-	-§-	-§-	1:752:5000	1:062:5400	-§-	689:5600	
Suprimento a Moçambique e Timor	-§-	-§-	45:176:5470	-§-	45:176:5470	-§-	-§-	
Despeza extraordinaria.....	68:666:666	-§-	45:176:5470	1:752:5000	114:905:5536	-§-	689:5600	
Despeza ordinaria.....	900:004:5406	32:021:5016	-§-	196:5967	815:128:5573	33:343:5122	150:436:5938	
Somma a despesa .....	968:671:5072	32:021:5016	45:176:5470	1:948:5967	930:034:5109	33:343:5122	151:126:5538	
<b>MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS</b>								
<b>Despeza ordinaria</b>								
1.º Secretaria d'estado.....	13:280:5320	-§-	-§-	-§-	13:112:5330	-§-	168:5190	
2.º Corpo diplomatico.....	66:798:5000	-§-	-§-	-§-	66:601:5797	-§-	196:5203	
3.º Corpo consular.....	6:400:5000	-§-	-§-	-§-	6:145:5000	-§-	255:5000	
4.º Comissões mixtas .....	4:265:5000	-§-	-§-	-§-	3:497:5205	-§-	767:5795	
5.º Despesas eventuais.....	46:741:538	-§-	-§-	24:000:5000	69:960:5186	-§-	781:5362	
<b>Despezas não incluidas no orçamento</b>								
Ao governo inglez, reclamação a favor dos proprietarios do cutter Herald, apprehendido pelas autoridades portuguezas .....	-§-	-§-	-§-	12:150:5000	12:150:5000	-§-	-§-	
Somma a despesa .....	137:485:5058	-§-	-§-	36:150:5000	171:466:5518	-§-	2:168:5540	
<b>MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS</b>								
<b>Despeza ordinaria</b>								
1.º Administração central .....	43:825:5780	-§-	-§-	-§-	42:609:5992	-§-	1:215:5788	
2.º Intendencia das obras publicas de Lisboa.....	15:453:5460	-§-	-§-	-§-	12:155:5881	-§-	3:297:5579	
3.º Estradas .....	-§-	-§-	-§-	775:525:5510	776:086:5990	561:5480	-§-	
4.º Caminhos de ferro .....	-§-	-§-	-§-	398:230:5972	398:230:5972	-§-	-§-	
5.º Telegraphos electricos .....	105:670:5800	-§-	-§-	-§-	93:210:5834	-§-	12:459:5966	
6.º Diversas obras.....	185:066:5369	3:073:5894	-§-	523:236:5547	712:068:5723	691:5913	-§-	
7.º Trabalhos geodesicos, chorographicos, etc .....	58:685:5888	-§-	-§-	-§-	56:065:5481	-§-	2:620:5407	
8.º Estabelecimentos de instrucção e melhoramentos industriaes .....	62:065:5200	-§-	-§-	1:009:5992	68:153:5257	5:078:5065	-§-	
9.º Pinhaes e matas nacionaes .....	62:145:5950	-§-	-§-	101:556:5915	149:343:5768	-§-	14:359:5097	
10.º Administração geral dos correios .....	290:858:5430	14:483:5220	-§-	-§-	296:415:5709	-§-	9:225:5941	
11.º Diversas despezas .....	155:898:5160	12:150:5000	-§-	4:368:5048	170:347:5285	-§-	2:068:5923	
Somma a despesa .....	979:670:5037	29:707:5114	-§-	1.803:927:5984	2.774:388:5892	6:331:5458	45:247:5701	
<b>JUNTA DO CREDITO PUBLICO</b>								
<b>Dívida interna</b>								
1.º Gratificações aos membros da junta e ordenados dos empregados....	16:923:5200	-§-	-§-	-§-	16:474:5862	-§-	448:5338	
2.º Juros de capitais de dívida interna	1.882:788:5740	-§-	-§-	65:371:5500	1.930:158:5280	1:998:5040	-§-	
	1.899:711:5940	-§-	-§-	65:371:5500	1.966:633:5142	1:998:5040	448:5338	

NUMEROS DOS CAPITULOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPEZAS SEGUNDO AS DIVISÕES DO ORÇAMENTO	CREDITOS LEGISLATIVOS				DESPEZA REALISADA	DIFERENÇAS NA DESPEZA	
		Ordinarios	Supplementares	Extraordinarios	Leis especias		Para mais	Para menos
<b>Transporte.....</b>								
3.º Amortisações .....	-	1.899:711:5940	-§-	-§-	-§-	65:371:5500	1.966:633:5142	1:998:5040 448:5338
4.º Diversos encargos .....	-	3:670:5036	-§-	-§-	-§-	3:073:5800	-§-	596:5236
Somma dos encargos da dívida interna .....	-	6:100:5000	-§-	-§-	-§-	6:641:5872	541:5872	-§-
	-	1.909:481:5976	-§-	-§-	-§-	65:371:5500	1.976:348:5814	2:539:5912 1:044:5374
<b>Dívida externa</b>								
5.º Despesas com a comissão da agência em Londres .....	-	6:327:5274	-§-	-§-	-§-	6:044:5781	-§-	282:5493
6.º Juros, diferenças de cambios, etc .....	-	1.973:768:5125	25:115:5685	-§-	-§-	40:338:5859	1.984:066:5000	-§- 55:156:5669
7.º Amortização do fundo da conversão de 1845 .....	-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-	-§-
8.º Diversos encargos .....	-	30:400:5000	-§-	-§-	-§-	58:701:5070	28:301:5070	-§-
Encargos da dívida externa .....	-	2.010:495:5399	25:115:5685	-§-	-§-	40:338:5859	2.048:811:5851	28:301:5070 55:439:5162
Encargos da dívida interna .....	-	1.909:481:5976	-§-	-§-	-§-	65:371:5500	1.976:348:5814	2:539:5912 1:044:5374
Somma a despesa .....	-	3.919:977:5375	25:115:5685	-§-	-§-	105:710:5359	4.025:160:5665	30:840:5982 56:483:5736
<b>RECAPITULAÇÃO</b>								
Ministerio da fazenda .....	-	2.810:385:5680	-§-	-§-	-§-	571:747:5116	7.087:047:5985	3.770:612:5043 65:666:5834
Ministerio do reino .....	(a)	1.287:234:5831	16:000:5000	946:5400	45:438:5209	1.294:480:5847	5:896:5476	61:035:5069
Ministerio da justiça .....	-	426:086:5016	56:593:5819	-§-	-§-	12:107:5626	480:617:5975	97:5268 14:266:5734
Ministerio da guerra .....	-	2.815:415:5108	-§-	36:630:5000	3:000:5000	2.723:820:5517	56:982:5656	188:207:5247
Ministerio da marinha .....	-	968:671:5072	32:021:5016	45:176:5470	1:948:5967	930:034:5109	33:343:5122	151:126:5338
Ministerio dos negócios estrangeiros .....	-	137:485:5038	-§-	-§-	-§-	36:150:5000	171:466:5518	-§- 2:168:5340
Ministerio das obras publicas .....	-	979:670:5037	29:707:5114	-§-	-§-	1.803:927:5870	2.774:388:5892	6:331:5458 45:247:5701
Junta do credito publico .....	-	3.919:977:5375	25:115:5685	-§-	-§-	105:710:5359	4.025:160:5665	30:840:5982 56:483:5736
	-	13.344:895:5177	159:437:5634	82:752:5870	2.580:030:5261	-	3.904:104:5005	584:202:5439
	-	-	-	-	-	16.167:115:5942	-	19.487:017:5508 3.319:901:5566

(

## RESPOSTAS DOS MINISTÉRIOS

## AS OBSERVAÇÕES CONTIDAS

NO

# **RELATORIO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

## **SOBRE**

## AS CONTAS DO EXERCICIO DE 1860-1861

	Pag.
Ministerio da fazenda .....	87
Ministerio do reino .....	93
Ministerio da justica .....	97
Ministerio da guerra .....	101
Ministerio da marinha .....	105
Ministerio dos estrangeiros .....	109
Ministerio das obras publicas .....	113
Junta do credito publico .....	117

## RESPOSTAS DOS MINISTÉRIOS

AS OBSERVATIONS CONTINUE

6

# RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

三九

## MINISTERIO

DOS

## NEGÓCIOS DA FAZENDA

## RESPÔSOS DOS MINISTÉRIOS

THE OBSERVATION OF COUNTRIES

• 0

# RELAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

· 161 ·

12 COPIAS DE EXCEPCION DE 1800-1881

## MINISTERIO

DOS

## NEGÓCIOS DA FAZENDA

... (continua) 24 a 25 pag. (continua) ... que  
... a sua suposição. Considerando o que se tem visto, devem  
... ser feitos de apresentar a ... (continua) ...  
... da Fazenda, bem representado seu ministério, um exame das  
... contas sobre a regularidade da contabilidade pública, que  
... deve ser feito tanto quanto a sua regularidade, a mais e a  
... de que a proporção que o poder das autoridades representantes  
... da Fazenda se for resultando.

... é nota da diversa documentação sempre parte do ministerio  
... da Fazenda, que se fazem. Não haverá, porém, dúvida  
... quanto ao direito de fazer o exame. O que se  
... deve fazer é examinar a regularidade das contas.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

### OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

Relatório, pag. 8 (Confrontação da receita julgada)

A direcção geral da contabilidade deve ter conhecimento de todas as alterações efectuadas na contabilidade dos distritos, por indicação do tribunal; e que, pelo contrario, os delegados do tribunais devem ter conhecimento das alterações que se fizerem na contabilidade dos distritos, por indicação da direcção geral da contabilidade.

Para facilitar a comparação incumbida ao tribunal, convinha que a conta de exercício do tesouro fosse acompanhada de um desenvolvimento da cobrança (por classes) respectiva a cada distrito.

Relatório, pag. 12 (Observação commun a todos os ministerios)

Os avisos de conformidade devem designar a que exercícios e a que capítulos foi aplicada a despesa que legalisam.

Pelo que respeita a este ministerio ha a observar que actualmente podem considerar-se quasi em dia os mencionados serviços, e sempre que se dá o caso de alguma demora, é esta proveniente das dificuldades que se encontram em obter com promptidão e devidamente processados todos os documentos tendentes a esclarecer a legalidade e boa classificação das despezas.

Este ministerio não põe dúvida em exarar nos avisos de conformidade um desenvolvimento feito por exercícios e capítulos, conforme a indicação do tribunal, mesmo porque, em vista do referido desenvolvimento, parece que se poderá prescindir das relações dos pagamentos igualmente desenvolvidas, resultando por esta forma economia de trabalho, que tão necessaria se torna no serviço publico.

### RESPOSTAS DO MINISTERIO

Resposta ab observato ab alios A) Et. pag. 1881  
(continua) ab observato ab 3

Aindaque está providenciado pelo officio circular de 2 de agosto de 1852 e posteriores determinações, o metodo pelo qual as repartições de fazenda dos distritos devem dar mensalmente conhecimento à direcção geral da contabilidade dos extractos das annullações e falhas, na conformidade do artigo 88.<sup>o</sup> do regulamento de 28 de janeiro de 1850, com tudo não haverá duvida em ordenar aos delegados do tesouro que participem à direcção geral da contabilidade todas e quaequer alterações ou rectificações que o tribunal tenha feito ou venha a fazer de futuro na classificação por exercícios dos rendimentos publicos, a fim de que se possam lançar nas contas geraes do tesouro as notas precisas, em harmonia com os resultados obtidos pelo exame a que o mesmo tribunal procede nas referidas contas.

O desenvolvimento da cobrança dos rendimentos publicos, por annos economicos e distritos, se não se encontra nas contas de gerencia do tesouro tem com tudo sido publicado conjuntamente com os relatórios annuaes do ministerio da fazenda. Poderia repetir-se a publicação, mas serviria apenas para duplicar o serviço sem que d'ahi proviesse resultado proveitoso, vistoque, se o tribunal quizer compulsar a importancia total da receita em cada distrito, por classes de rendimentos, pôde obter essa conferencia comparando as respectivas tabellas, que em tempo lhe são remetidas, com o desenvolvimento da alludida cobrança por cada um dos cofres publicos que se encontra no referido relatorio.

N'estas observações pondera o tribunal o inconveniente que resulta da falta de prompta remessa das relações dos pagamentos mensaes, a que se refere o decreto n.<sup>o</sup> 3 de 19 de agosto de 1859, e bem assim de não serem apresentados em devido tempo os avisos de conformidade que legalisam os referidos pagamentos.

Pelo que respeita a este ministerio ha a observar que actualmente podem considerar-se quasi em dia os mencionados serviços, e sempre que se dá o caso de alguma demora, é esta proveniente das dificuldades que se encontram em obter com promptidão e devidamente processados todos os documentos tendentes a esclarecer a legalidade e boa classificação das despezas.

Relatorio, pag. 12 e 13 (Ministerio da fazenda)

Excessos de despesa.

Para justificar o excesso que houve em algumas despesas, este ministerio nada tem a acrescentar ás judiciais ponderações emitidas pelo tribunal, limitando-se a fazer, pelo que respeita a outras despesas, as seguintes considerações:

Para o augmento de despesa com a fiscalisaçāo das alfandegas foi permittido ao governo abrir creditos suplementares, conforme se acha determinado pelo artigo 2.<sup>o</sup> da carta de lei de 28 de julho de 1860.

O acrecimento de despesas eventuaes, justifica-se em vista do desenvolvimento da conta do exercicio de que se trata, por onde se conhece a urgente necessidade dos serviços que devem lograr a exceder a verba votada para esta despesa.

A importancia de 6:000\$000 réis em papel moeda, entregue á junta do deposito publico, foi requisitada pelo ministerio do reino, a fim de habilitar a mesma junta a satisfazer qualquer precatório passado na referida moeda.

RESUMOS DO MINISTERIO

Relatorio, pag. 18 (A conta de exercicio do thesouro e as operações de thesouraria)

A conta de exercicio deve, como as demais contas, abranger todos os factos ocorridos durante o tempo a que respeita. Relação das ordens por operações de thesouraria (artigo 47.<sup>o</sup> do decreto n.<sup>o</sup> 3 de 19 de agosto de 1859) falta de cumprimento d'esta disposição.

O artigo 47.<sup>o</sup> do decreto n.<sup>o</sup> 3 de 19 de agosto de 1859 determinará que fossem remetidas mensalmente ao tribunal de contas, pela direcção geral da thesouraria, assim relações dos avisos de credito expedidos a favor dos diferentes ministerios, como relações das ordens por operações de thesouraria.

A falta d'aquelles documentos, havendo sido notada em um officio do ex.<sup>mo</sup> presidente do tribunal de contas de que a thesouraria tomou conhecimento, deu lugar ao officio d'esta direcção geral, datado de 22 de maio de 1866, dirigido ao secretario do mesmo tribunal, explicando o motivo da indicada omissão.

Posto que n'este officio não se mencionasse expressamente as relações de ordens por operações de thesouraria, é certo que fazendo-se as ponderações, que ali se acham sobre a conveniencia de suprimir o trabalho das relações, tivera-se em vista igualmente as relações respectivas ás indicadas ordens.

As considerações tendentes a mostrar a desnecessidade de umas e outras relações haviam sido manifestadas perante a commissão que elaborou o regulamento geral de contabilidade, aprovado por decreto de 12 de dezembro de 1863, como foi dito no citado officio de 22 de maio; e parece que a commissão as attendera, porque a tal respeito nada provindio, limitando-se o artigo 296.<sup>o</sup> do citado regulamento a exigir a remessa ao tribunal dos documentos que estivessem ou houvessem de ser designados nos regulamentos respectivos.

A thesouraria não pôde conhecer que as relações dos avisos de credito fossem menos necessarias do que as relações das ordens de operações de thesouraria, ou aquellas mais do que estas; entretanto conclue-se do silencio que o tribunal de contas guarda no seu relatorio de 22 de novembro de 1866, a pag. 18, a respeito das relações dos avisos de credito, que se conformara com a informação dada no officio da thesouraria de 22 de maio d'esse anno.

Um documento publico veiu ultimamente confirmar a desnecessidade das relações mensaes dos avisos de credito, passados pela thesouraria, a favor dos diversos ministerios. É o decreto de 11 de abril ultimo que supriu do 1.<sup>o</sup> de julho proximo a expedição d'esses avisos, pelos fundamentos consignados no relatorio que precede o mesmo decreto.

Em quanto ás relações das ordens de pagamento por operações de thesouraria, se o uso que d'esses documentos se pôde fazer no tribunal de contas é um elemento indispensavel para os seus trabalhos, em contrario do que foi ponderado no officio já citado, de 24 de maio de 1866, a direcção geral da thesouraria não terá duvida de dar preferencia a esse expediente, suspendendo, quanto seja necessário, outros serviços, que até agora têm sido considerados mais urgentes.

Relatorio, pag. 19 (Observações sobre o balanço da administração da fazenda)

Balanço da administração da fazenda publica; documento respectivo na conta do exercicio.

Sobre este ponto as proprias observações do tribunal são resposta satisfatoria. Dificuldades iguais as que impedem o tribunal de contas de apresentar o balanço da administração da fazenda, tem encontrado este ministerio na execução das ordens sobre a regularisaçāo da contabilidade publica, que, no entanto, tem sido successivamente melhorada, e mais o ha de ser, á proporção que o pessoal das diversas repartições de fazenda se for habilitando.

A nota da dvida fluctuante faz sempre parte do relatorio annual do ministerio da fazenda. Não haverá, porém, duvida alguma em a fazer incluir nas contas do thesouro, e dar ao tribunal de contas todos e quaisquer esclarecimentos que re quisitar sobre o assumpto.

28

oia inundações obstruindo avenidas e ruas que eram o  
obstáculo ao escoamento das águas. A chuva de outubro  
que se estendeu por quase todo o mês de novembro  
e dezembro, com intensidade sem precedentes, obstruiu  
os canais de drenagem e provocou inundações que  
causaram danos consideráveis.

A chuva de outubro e novembro causou danos  
consideráveis, que só foram parcialmente reparados  
pela chuva de dezembro, que foi mais forte e duradoura.  
A chuva de dezembro causou danos consideráveis.

Ministério, pag. 18 (A conta de execução da tesouraria  
e as operações de tesouraria)

A conta de execução deve, como é de costume, abrange-  
gar todos os factos verificados durante o tempo à que cada  
ponta.

Relação das ordens por operações da tesouraria (artigo  
12.º do decreto n.º 23 de 19 de junho de 1860) fala de cum-  
primento d'esse disposto.

equivalente sobre o passado  
aberto de operações de tesouraria

Para justificar a existência de operações de tesouraria  
que não constem da relação das ordens, é necessário  
que haja prova de que elas foram feitas em virtude de  
ordens ou outras disposições, ou seja, em virtude de  
recepção a outras disposições.

Para o cumprimento de despesas com a execução das  
ordens foi permitido ao governo abrir crédito no dia  
anterior, conforme se acha determinado pelo artigo 2.º do  
decreto de 28 de julho de 1860.

O cumprimento de despesas eventuais, instituído em  
virtude do decreto (artigo 12.º) é:

Ab��p operações; considerar elas ab operações de  
tesouraria que não constem da relação das ordens, e  
que a justificativa de despesas feitas em virtude de  
recepção a outras disposições, e não de emitir a mesma juntar a salvo  
qualquer preceito passado na referida moeda.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO REINO

### MINISTERIO

DOS

## NEGOCIOS DO REINO

Artigo 12.º do decreto n.º 23 de 19 de junho de 1860, de  
que consta que fossem remetidas mensalmente a cada  
despacho, para direção geral da tesouraria, as relações  
dos avisos de crédito expedidos a favor dos diferentes  
ministros, como reuniões das ordens por operações de tesouraria.

A falta d'aqueles documentos, levando sido notado  
um ofício de ex.º presidente do tribunal de contas, a  
que fazendo as ponderações, que ali se acham sobre  
conservação de se prestar a tribunais das relações que  
em cada legião tem as relações por operações de tesouraria.

Posto que n'este ofício não se mencionasse expressamente  
as relações por operações de tesouraria, é con-  
siderado as ponderações, que ali se acham sobre  
conservação de se prestar a tribunais das relações que  
em cada legião tem as relações por operações de tesouraria.

As considerações levadas a mostra a despossessões  
nem a outras relações, haviam sido manifestadas perante  
comissão que elaborou o regulamento geral da contabilidade,  
aprovado por decreto de 12 de dezembro de 1860,  
como foi dito no ofício citado de 23 de maio, e parecer  
a comissão, se afimável, põe-se a tal respeito nada por  
dizê-lo, ilustrando o artigo 20.º do citado regulamento  
exigindo a remessa ao tribunal das decisões que estiverem  
ou houverem de ser designadas nos regulamentos respon-  
sive.

A tesouraria não pode considerar que as relações das  
ordens de crédito fossem menos necessárias de que as relações  
das operações de tesouraria, com aquela que  
esta, admitindo consciência do silêncio que o artigo  
de contas guarda no seu relatório de 23 de novembro de  
1860, a pag. 18, a respeito das relações das avisos de  
crédito, que se conforma com a informação dada no ofício  
da tesouraria de 23 de maio d'essa anna.

Tal documento público veio ultimamente confirmar a  
necessidade das relações mensais das avisos de crédito,  
sendo già tesouraria, a favor dos diversos ministérios  
decreto de 41 de abril ultimo, nos soprano do 1º de  
julho proximo à expedição d'esse ofício, pelos fundos  
consignados no relatório que precede o mesmo decreto.

Enquanto as relações das ordens de pagamento per-  
mitidas da tesouraria, se o uso que d'esses documentos  
pode fazer ao tribunal de contas é um elemento indispõ-  
ível para os seus trabalhos, em contrário de que foi possivel  
no ofício pro citado, de 23 de maio de 1860, a direção  
da tesouraria que terá dúvida de dar preferência a esse  
pedimento, encorajando, quanto seja necessário, outros  
que em sua opinião têm sido considerados mais arre-  
pendíveis.

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria

Régua das contas de tesouraria das  
ordens de crédito e das relações de  
tesouraria



Relatorio, pag. 13 (Capitulos 5.<sup>o</sup>, 8.<sup>o</sup> e 10.<sup>o</sup>)

Excessos de despeza.

Relatorio, pag. 27 (Capitulo 6.<sup>o</sup>)

Melhoramentos que reclama a contabilidade municipal, a dos estabelecimentos de beneficencia e a das juntas geraes de districto.

Sobre a causa que motivou os excessos de despeza nos capitulos 5.<sup>o</sup>, 8.<sup>o</sup> e 10.<sup>o</sup> não pôde o ministerio do reino dar outros esclarecimentos alem d'aqueles que se acham publicados na nota preliminar da sua conta de gerencia do anno economico de 1861-1862, e dos quaes o tribunal tem conhecimento por isso que os transcreveu no seu relatorio a pag. 15.

*Diversidade de opiniões sobre exercícios.* — Está providenciado na lei de administração civil de 26 de junho de 1867, artigos 154.<sup>o</sup>, 163.<sup>o</sup> e 185.<sup>o</sup>

*Despezas com os expostos.* — Prejudicado.

*Camara de Villa Nova de Gaia.* — Depende de medida legislativa que o governo deliberará se ha de apresentar ás cõrtes.

*Camara de Belem.* — Idem.

*Empregados creados pelas juntas geraes.* — As reparticoes de expostos, até agora indispensaveis nos governos civis, poderão dispensar-se para o futuro, vistoque a suppressão de quatro districtos torna disponivel o pessoal d'elles, que pôde ser empregado n'este serviço. Se porém a experientia mostrar que este meio não é bastante, será mister solicitar providencia legislativa, poisque a criação de empregos não está facultada ás juntas geraes nem mesmo pela nova lei de administração civil.

*Indemnização por uma condenação do tribunal.* — Prejudicado.

*Suprimentos.* — Está de algum modo providenciado no artigo 89.<sup>o</sup> da lei de 26 de julho, e pôde providenciar-se por meio do regulamento do governo, repetindo-se as ordens que já sobre similar assumpto se têm dado.

## MINISTERIO

DOS

## NEGOCIOS DA JUSTIÇA

... 1000 reis abonado em despesas de despesas de justiça  
... 8.º exercicio. Na conta o resultado do custo das  
... despesas ordinárias não despesas que se despesaram  
... na conta por de sua conta ou devida de despesas  
... de 1861-1862, e que quaisquer despesas que se despesaram  
... por esse que se despesaram na sua relatório a pag. 11.

Relatorio, pag. 17 (Relatório 6.)

Melhoramento das regras e conformidade das despesas  
das estatações de benefícios e das peças que se  
despesam.

Despesas de expediente sobre beneficios. — Esta provisão  
estende-se ao exercício de 1860-1861 de modo de lhe  
aplicar.

#### Despesas de expediente prejudicadas

Comissão de Fazenda. — Despesas de medidas legais que se processam diligentes de sua procederem de  
despesas de expediente.

#### Comissão de Fazenda. — Despesas

de expediente prejudicadas pelas mesmas. — As despesas  
que se processam diligentes de sua procederem de  
despesas de expediente. Na parte a respeito das  
mesmas prejudicadas a despesa que se processa  
diligentes de sua procederem de despesas de  
expediente. Porque a vantagem de empregar mais  
facilmente os meios de procederem de despesas de  
expediente.

Despesas de expediente para uma condonabilidade de crimes. — Despesas

#### MINISTÉRIO

#### NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

Exceção provisória no  
caso da regulamentação de justiça, referida-se a despesas que  
se processam diligentes de sua procederem de despesas de  
expediente.

1860-1861:1  
0906000:3  
1336071:4

0006360:3  
174680:1  
166451:4

8106004:56

1000-1861:26

0186068:10

0186068:10

... 1000 reis abonado em despesas de  
... despesas de expediente prejudicadas  
... ... ... ... ... ... ... ...

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA JUSTICA

#### RESPOSTAS DO MINISTERIO

... 1000 reis abonado em despesas de  
... despesas de expediente prejudicadas  
... ... ... ... ... ... ... ...

**OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL**

... 1000 reis abonado em despesas de  
... despesas de expediente prejudicadas  
... ... ... ... ... ... ... ...

Relatorio, pag. 12 (Observação commun a todos os ministerios)

1861-1862

Os avisos de conformidade devem designar a que exercícios e capítulos foi aplicada a despesa que legalizam.

... 1000 reis abonado em despesas de  
... despesas de expediente prejudicadas  
... ... ... ... ... ... ... ...

Relatorio, pag. 13 e 14 (Ministerio da justiça)

Excessos de despesa.

... 1000 reis abonado em despesas de  
... despesas de expediente prejudicadas  
... ... ... ... ... ... ... ...

Não se oferece dúvida alguma para que nos avisos de conformidade se declare a sua importância classificada por exercícios e capítulos da despesa, conforme a tabella relativa a cada exercício.

Apparece no capítulo 3.º, supremo tribunal de justiça, conta do exercício de 1860-1861, uma diferença entre a somma auctorizada para este capítulo e a que effectivamente foi abonada e paga na importancia de 97\$268 réis.

D'esta diferença fez-se a declaração que pareceu necessária na nota preliminar, e para mais a esclarecer oferece-se agora o seguinte desenvolvimento; a saber:

	Lei	Abonado	Diferenças	
			Para menos	Para mais
Augmento da terça parte dos ordenados .....	4:266\$670	4:266\$700	-5-	\$030
Ordenado do oficial de se- cretaria .....	400\$000	345\$340	54\$650	-5-
Dito dos amanuenses .....	570\$000	372\$078	197\$922	-5-
Dito do portero .....	320\$000	293\$330	26\$670	-5-
Despesa do expediente...	200\$000	292\$490	-5-	92\$490
Trabalhos extraordinarios na secretaria .....	-5-	284\$000	-5-	284\$000
	5:756\$670	5:853\$938	279\$252	376\$520
Diferença.....	97\$268	-5-	97\$268	-5-
	5:853\$938	5:853\$938	376\$520	376\$520

No capítulo 6.º ministerio publico:

A despesa do expediente no exercício de 1860-1861, foi: Na procuradoria geral da corôa mais do que a verba votada .....	15\$730
Na procuradoria regia da relação de Lisboa ...	100\$850
Na procuradoria regia da relação do Porto ...	292\$850
A renda da casa d'esta procuradoria regia ....	120\$000
	529\$430

A importancia proveniente das vacaturas que houve n'este capítulo sommam .....	461\$403
Diferença .....	68\$027

No relatorio, a pag. 13, diz-se que a despesa  
com os presos nas cadeias da capital excede  
em 694\$060 réis a prestação annual de  
2:400\$000 réis, com que a santa casa da mi-  
sericordia de Lisboa concorre para esta des-

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

### OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

Relatorio, pag. 10

#### Exercicio de 1860-1861:

Fundos recebidos.....	2.850:686\$893
Pagamentos effectuados.....	2.723:820\$517
Resto disponivel.....	<u>126:866\$376</u>

#### Exercicio de 1861-1862:

Fundos recebidos.....	2.850:686\$893
Abate-se:	
Importancia que deixou de requisitar-se por conta dos duodecimos .....	6:428\$758

Avisos de credito annullados .....	32:351\$876
Importancia requisitada e não recibida .....	<u>178\$287</u>

Total autorizado.....	2.855:045\$108
Abate-se:	

Importancia que deixou de requisitar-se por conta dos duodecimos .....	6:428\$758
Avisos de credito annullados .....	32:351\$876

Importancia requisitada e não recibida .....	<u>178\$287</u>
Total effectivamente recebido .....	2.816:086\$187

Pagamentos effectuados.....	2.723:820\$517
Resto .....	<u>92:265\$670</u>

#### Todas as operações descriptas na conta do ministerio devem ser classificadas por exercícios.

Relatorio, pag. 11

Na conta da repartição de saude e dos hospitaes militares que acompanham a conta geral do ministerio deve fazer-se a destincção da receita e despesa que pertence á mesma repartição e a cada um dos hospitaes.

As importâncias mencionadas nas contas do tesouro publico dos annos de 1860-1861 e 1861-1862 como entregues a este ministerio a 1.<sup>a</sup> de 3.045:571\$971 réis e a 2.<sup>a</sup> de 2.903:070\$570 réis combinam na sua totalidade, como se vê da comparação nas notas (5) a pag. 69 da conta de 1860-1861 e a pag. 33 da de 1861-1862 d'este ministerio, com as contas do tesouro dos mesmos annos a pag. 47 e 48 da 1.<sup>a</sup> e a pag. 46 da 2.<sup>a</sup>, mas differem na classificação dos exercícios a que pertencem.

A receita para o exercicio de que se trata foi a que se vê da seguinte demonstração:

Auctorisação da tabella liquida das deduções pela qual se requisitaram os competentes duodecimos ao tesouro.....	2.815:415\$108
Creditos extraordinarios que elevaram a dita auctorisação.....	39:630\$000
Total auctorizado.....	2.855:045\$108
Abate-se:	
Importancia que deixou de requisitar-se por conta dos duodecimos .....	6:428\$758
Avisos de credito annullados .....	32:351\$876
Importancia requisitada e não recibida .....	<u>178\$287</u>
Total effectivamente recebido .....	2.816:086\$187
Pagamentos effectuados.....	2.723:820\$517
Resto .....	<u>92:265\$670</u>

Este saldo porém não existia em dinheiro, por isso que na sua maior parte tinha sido applicado a pagamentos por meio de interinos que não foi possível resgatar durante o mesmo exercicio.

Nas contas d'este ministerio tem sido descripta a sua despesa por exercícios e capítulos, e na conta de cada exercicio tem sempre ido comparada por capítulos a auctorisação com a despesa que se liquidou; quanto à receita conhece-se de cada conta e da segunda parte da competente nota preliminar, qual é a que pertence ao exercicio, parecendo que d'este modo se satisfaz com toda a clareza ao que se torna necessário para o julgamento do tribunal de contas sobre cada exercicio na conformidade da lei.

Não ha duvida em satisfazer a esta indicação, que será tomada em consideração na conta de 1866-1867, que é a primeira a publicar-se.

Discordancia entre a conta do thesouro e a do ministerio da guerra pelo que respeita á receita das quotas para o monte pio militar.

A importancia das quotas com que diversos officiaes militares em empregos civis do exercito contribuiram para o monte pio militar no anno economico de 1860-1861, não é a de 5:864\$056 réis que diz o relatorio do tribunal e que foi tirada do mappa da liquidação da gerencia, adicionando-lhe a do mappa dos pagamentos no exercicio sem lhe juntarem porém a da parte que ficou em dívida:

Segundo se vê do mappa geral da despesa liquida do exercicio de 1860-1861 a pag. 55 da respectiva conta impressa, importam as mencionadas quotas em.....	5:865\$556
Da conta da receita e despesa da thesoura no anno de 1861-1862 a pag.	
21, vê-se que entraram nas caixas centraes do ministerio da fazenda por conta d'estas quotas.....	5:824\$446
E da conta dos fundos recebidos e despendidos pelo ministerio da guerra no anno economico de 1863-1864 pag. 45 das respectivas contas geraes, vê-se que se entregou no ministerio da fazenda por saldo das mesmas quotas .....	41\$110
	5:865\$556

Logo toda a importancia liquida em relação ás quotas de que se trata foi integralmente recebida pelo ministerio da fazenda como cumpria, ficando portanto sem efeito n'esta parte as observações do tribunal.

Recibos interinos, conta que o ministerio deve remetter ao tribunal, conforme o artigo 20.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 3 de 19 de agosto de 1859. Falta de cumprimento d'este preceito.

Quando se remettem ao tribunal as contas annuaes das pagadorias militares vão sempre acompanhadas das contas da entrada, saida e existencia de interinos que lhes são relativos, e junto ás contas geraes do ministerio sempre tambem temido a conta geral do movimento dos interinos, como se poderá ver a pag. 75 das contas da gerencia de 1860-1861 e do mesmo modo em todas as subsequentes, do que se conhece ter sido sempre cumprido o preceito da lei.

A conta que os ministerios apresentam dos fundos postos á sua disposição pelo thesouro, importa que seja desenvolvida não só por cofres, como tem sido, mas tambem por exercicios e capitulos. O ministerio da justiça adoptou já este metodo na ultima conta publicada, devem seguir-o todos os outros, o melhoramento é grande e o trabalho simples.

Relatorio, pag. 12

Importa que nos avisos de conformidade se designe a que exercicios e que capitulos foi applicada a despesa que elles egalisam.

Relatorio, pag. 14

Excessos de despesa em 1860-1861.

Os avisos de conformidade tem sempre sido feitos conforme as ordens em vigor e pelos modelos que n'ellas se estabeleceram.

Nas respectivas contas declararam-se as proveniencias d'estes excessos que todos foram exigidos pelas necessidades do serviço e que são as mesmas que cita o relatorio do tribunal.

## MINISTERIO

DOS

## NEGOCIOS DA MARINHA

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA

### OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

### RESPOSTAS DO MINISTERIO

#### Relatorio, pag. 11 (Ministerio da marinha)

Na conta de exercicio o ministerio não faz menção da despeza extraordinaria.

Não havendo lei ou regulamento que estabelecesse o metodo de organizar a conta de exercicio, adoptou-se aquelle que se julgou mais conveniente. Tendo-se, porém, publicado o regulamento geral da contabilidade publica, no qual se indica o methodo por que devem ser prestadas as contas de exercicio, foram por este ministerio executadas as contas dos dois ultimos exercicios, comprehendendo n'ellas a despeza extraordinaria.

Os documentos que instruem a conta do ministerio devem ser desenvolvidos por exercicios.

Dar-se-hão os desenvolvimentos de todos os documentos de despeza. Porém as sommas que se despendem com os navios fóra do porto de Lisboa será muito difficult desenvolve-las, porquanto a sua classificação só pode ter lugar depois que os navios recolhem a Lisboa.

#### Relatorio, pag. 11 (Observação commum a todos os ministerios)

A conta dos fundos recebidos do thesouro deve ser desenvolvida por exercicios e capitulos.

Será satisfeita esta exigencia.

#### Relatorio, pag. 12 (Observação commum a todos os ministerios)

Os avisos de conformidade devem designar os exercicios e capitulos a que foi applicada a despeza que legalisam.

Será igualmente satisfeita.

#### Relatorio, pag. 14 (Ministerio da marinha)

Excessos de despeza.

O excesso de despeza no capitulo 4.<sup>º</sup> provém da despeza feita com o acabamento da construção de dois navios, applicando-se para esse fim as sobras do capitulo 3.<sup>º</sup>, por serem despesas homogeneas. Não houve porém lei ou auctorisação para isso.



## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

### OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

Relatorio, pag. 11 (Observação commun a todos os ministerios)

A conta dos fundos recebidos do tesouro deve ser desen-  
vólvida por exercicios e capítulos.

### RESPOSTAS DO MINISTERIO

A repartição de contabilidade fica de acordo para proce-  
der no futuro segundo a observação do tribunal de contas.

Relatorio, pag. 12 (Observação commun a todos os ministerios)

Os avisos de conformidade devem designar a que exerci-  
cios e capítulos foi aplicada a despesa que legalisam.

A repartição de contabilidade fica de acordo para proce-  
der no futuro segundo a observação do tribunal de contas.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

RESPOSTAS DE INQUIÉTUDES

QUESTIONNAIRES DE REPONSES

—  
—  
—  
—  
—

—  
—  
—  
—  
—

—  
—  
—  
—  
—

—  
—  
—  
—  
—

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

QUESTIONNAIRES DE REPONSES

RESPONSES DE INQUIÉTUDES

QUESTIONNAIRES DE REPONSES

RESPONSES DE INQUIÉTUDES

QUESTIONNAIRES DE REPONSES

DAS

## OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIOS E INDUSTRIAS

### OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

### RESPOSTAS DO MINISTERIO

Relatorio, pag. 11 (Observação commun a todos os ministerios)

A conta dos fundos recebidos do tesouro deve ser desenvolvida por exercicios e por capitulos.

Será satisfeita esta exigencia para o futuro, segundo a observação do tribunal de contas.

Relatorio, pag. 12 (Observação commun a todos os ministerios)

Os avisos de conformidade devem designar a que exercicios e a que capitulos foi aplicada a despesa que legalisam.

Os avisos de conformidade tem sempre sido passados segundo as instruções de 2 de dezembro de 1835, ficando de acordo para proceder-se no futuro ás indicações do tribunal de contas.

Relatorio, pag. 14 (Ministerio das obras publicas)

Excessos de despesa.

O excesso de 4:490\$241 réis que se nota entre a despesa verificada e a auctorizada foi suprido com o producto de donativos e com parte da receita eventual que se cobrou n'este ministerio e que não foram encontrados nas auctorisações e por consequencia nos fundos entregues pelo ministerio da fazenda; a saber:

No capitulo 3.<sup>o</sup> foi satisfeito com o producto de varios donativos com destino á construcção das estradas do continente.

No capitulo 6.<sup>o</sup> foi satisfeito com o producto de varios donativos com applicação ás obras da barra do rio Douro e ao melhoramento do rio Tejo.

No capitulo 8.<sup>o</sup> provém do custeamento da officina de instrumentos de precisão creada no instituto industrial de Lisboa, sendo esta despesa satisfeita pela receita eventual d'este estabelecimento, visto não ter verba auctorizada.

Relatorio, pag. 12 (Ministerio das obras publicas)

As receitas arrecadadas nos cofres dependentes dos ministerios não podem ser aplicadas sem previa auctorisação.

Do 1.<sup>o</sup> de julho de 1864 foi adoptado que a receita eventual cobrada nos diversos cofres dependentes d'este ministerio seja entregue nas caixas centraes, e por consequencia encontrada nos fundos recebidos do ministerio da fazenda por conta das auctorisações, segundo o disposto no artigo 4.<sup>o</sup> do regulamento geral de contabilidade.

# JUNTA DO CREDITO PUBLICO

## JUNTA DO CREDITO PUBLICO

### OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

A junta do credito publico excede a verba votada para o pagamento de juros da dívida interna em 25:694\$240 réis, porque se os pagamentos realizados durante o exercício foram superiores à autorização respectiva em 4:998\$040 réis, acresce que ficaram ainda em dívida 23:696\$200 réis.

No capítulo 4.<sup>º</sup> a junta excede a verba votada em 541\$872 réis; a saber:

Em premios de transferencia .....	277\$527
Em diversas despesas .....	264\$345
Total .....	<u>541\$872</u>

Na sua resposta do 1.<sup>º</sup> de fevereiro de 1865 a junta explicou a razão do excesso que se nota quasi sempre nas despesas deste capítulo.

No capítulo 8.<sup>º</sup> foi excedida a autorização em 28:301\$070 réis, isto é:

Comissões, corretagens, juros e outras despesas em Lisboa .....	25:115\$686
Comissões e outras despesas em Paris .....	2:437\$400
	<u>27:553\$086</u>
Desconto de letras e outras despesas em Londres .....	2:101\$127
	<u>29:654\$213</u>
Deduzindo-se a menor despesa em premios de transferencias .....	4:353\$143
Excesso .....	<u>28:301\$070</u>

A verba votada não podia comprehendêr a receita proveniente dos bonds da dívida externa, que se trocaram por inscrições, por isso que esta operação se faz durante o anno. Portanto alem da verba votada liquidou-se e transferiu-se para a dívida interna da dotação da dívida externa 44:165\$454 réis, e com este aumento de receita não se deu excesso de despesa.

A resposta a que o tribunal se refere é a seguinte:

O aumento na despesa dos premios de transferências provém da cifra transferida por particulares, que não se pôde limitar a ponto de não se exceder a verba votada, visto que uma grande parte da receita da junta é arrecadada nos distritos do reino.

Na dívida externa approximou-se mais da realidade a cifra votada.

O aumento das despesas diversas provém das emissões.

A verba de comissões e corretagens e outras despesas também comprehende a despesa de diferenças de cambios. As libras esterlinas são calculadas no orçamento pelo cambio de \$3; tanto mais se distanciar d'este cambio o preço por que as letras sobre Londres forem compradas no mercado, tanto mais avultará a cifra necessaria para compensar a elevação do cambio por que se calcularam as cifras da despesa.

Em quanto ao aumento d'esta verba deu a junta conta ao governo, em consulta de 1 de novembro de 1861, de que era necessário suprir aquele excesso, e por decreto de 24 de mesmo mês se abriu um crédito supplementar pela quantia de 25:115\$686 réis.

O aumento da verba de comissões e outras despesas em Paris provém do contrato feito com a casa Erlanger, para o pagamento dos juros n'aquela cidade, sendo a comissão de  $\frac{1}{4}$  por cento quando a cifra do pagamento exceder a 100:000 libras.

Tanto maior é a somma dos juros pagos, tanto maior é a despesa que se faz. Nos orçamentos não se tem attendido ás circunstâncias do contrato e quasi se tem sempre regulado esta verba pela antiga despesa.

O aumento do desconto de letras e outras despesas em Londres provém da dificuldade de calcular approximadamente o desconto das letras em Londres, porque é oscilante a taxa do juro.

Pôde acontecer que esta cifra seja muito avultada em dada época, e diminuta em outros annos economicos.



